



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

*Hudson Henrique de Oliveira Masferrer*

**A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E  
HOMOPARENTALIDADE EM TRÊS LIVROS DE LITERATURA INFANTIL**

**UBERLÂNDIA**

**2017**

Universidade Federal de Uberlândia - Avenida Maranhão, s/nº, Bairro Jardim Umuarama - 38.408-144 - Uberlândia – MG

+55 – 34 – 3218-2701

[pgpsi@fapsi.ufu.br](mailto:pgpsi@fapsi.ufu.br)

<http://www.pgpsi.ufu.br>



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

***Hudson Henrique de Oliveira Masferrer***

**A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E  
HOMOPARENTALIDADE EM TRÊS LIVROS DE LITERATURA INFANTIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador: Emerson Fernando Rasera

**UBERLÂNDIA  
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M396c Masferrer, Hudson Henrique de Oliveira, 1990  
2017 A Construção dos sentidos sobre diversidade sexual e homoparentalidade em três livros de literatura infantil / Hudson Henrique de Oliveira Masferrer. - 2017.  
124 p.

Orientador: Emerson Fernando Rasera.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.276>  
Inclui bibliografia.

1. Psicologia - Teses. 2. Literatura infantojuvenil - Teses. 3. Sexo - Diferenças - Teses. 4. Infância - Aspectos psicológicos - Teses. I. Rasera, Emerson Fernando. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9

Angela Aparecida Vicentini Tzi Tziboy – CRB-6/947



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

***Hudson Henrique de Oliveira Masferrer***

**A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E  
HOMOPARENTALIDADE EM TRÊS LIVROS DE LITERATURA INFANTIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador(a): Emerson Fernando Rasera

**Banca Examinadora**

Uberlândia, 21 de Dezembro de 2017

---

Prof. Dr. Emerson Fernando Rasera (Orientador)  
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

---

Prof. Dra. Flávia do Bonsucesso Teixeira  
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

---

Prof. Dra. Elenita Pinheiro de Queiroz Silva  
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

---

Prof. Dra. Eliane Regina Pereira (Suplente)  
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

---

**UBERLÂNDIA**

**2017**

Universidade Federal de Uberlândia - Avenida Maranhão, s/nº, Bairro Jardim Umuarama - 38.408-144 - Uberlândia – MG

+55 – 34 – 3218-2701

[pgpsi@fapsi.ufu.br](mailto:pgpsi@fapsi.ufu.br)

<http://www.pgpsi.ufu.br>

## AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer é antecedido pela ação de reconhecer. Reconhecer que não se está sozinho ao longo de uma caminhada; reconhecer que o outro direta e indiretamente contribuí no processo de escrita de um projeto, de um texto, de um poema e, principalmente, de uma dissertação. Por isso, neste breve texto, quero reconhecer e agradecer as pessoas que ajudaram a construir o meu trabalho.

Agradeço a Deus, que em sua bondade me proporciona experiências que me fazem crescer e me tornar alguém melhor.

Aos meus pais André e Ioneide, que acreditam, me apoiam e incentivam nas minhas escolhas. Ao meu irmão Lucas, que também aposta na minha caminhada. A toda a minha família que mesmo que sem entender muito o que é um mestrado não mediram esforços para demonstrar seu apoio.

A minha namorada Amanda, que deixou esse processo mais leve.

Ao meu orientador Emerson, que me apresentou um novo jeito de pensar a sexualidade. Obrigado pelos questionamentos e apontamentos que fazem que eu seja hoje um pesquisador, psicólogo e ser humano melhor do que quando eu comecei o mestrado.

À professora Paula, que me acolheu e também me ensinou no estágio em docência.

Aos meus amigos, que ao me perguntarem ‘e o como está o mestrado?’ me impulsionavam e incentivavam. À galera do vôlei da Psico que deixaram esse mestrado mais divertido.

À banca de qualificação e também de defesa pela disponibilidade e pelos questionamentos que fizeram com que minha pesquisa se tornasse ainda melhor.

## RESUMO

Muitos são os dispositivos que direta ou indiretamente atuam no processo de formação e constituição de subjetividades. Os livros de literatura infantil são compreendidos como importantes artefatos culturais que atuam no processo de educação e construção identitárias dos sujeitos, especificamente as crianças para quem os livros se destinam. Esta dissertação tem como objetivo analisar como livros infantis abordam e constroem os discursos sobre a diversidade sexual e a homoparentalidade, bem como problematizar os efeitos identitários decorrentes da produção de tais discursos. Para tanto foram identificados e selecionados três livros – Olívia tem dois papais, Meus dois pais e Tenho dois pais - com temáticas relacionadas à diversidade sexual e a homoparentalidade. Eles foram analisados a partir da perspectiva construcionista social que entende a linguagem como um instrumento que permite fundar, dar sentido, incluir e marginalizar, produzir identidades e relações entre os sujeitos. Conforme nossas análises compreendemos que os três livros apresentam importantes questionamentos para instituições tão naturalizadas em nossa sociedade como, por exemplo, a família e a parentalidade. No entanto, é comum nas três obras a utilização de mecanismos sutis que apontam para a criação de um modelo de família gay, ou seja, os livros com seus enredos, dramas, personagens e discursos apresentam um viés de cunho higienista e normalizador. O estudo ainda aponta a necessidade de outros trabalhos se debruçarem a analisar os livros que possuem temáticas relacionadas à diversidade sexual e a homoparentalidade, bem como uma revisitação das obras aqui analisadas, tendo em vista que não há uma verdade única e que a partir de outros conceitos é possível chegar a outras conclusões.

Palavras-chave: Homoparentalidade. Diversidade Sexual. Literatura Infantil.

## ABSTRACT

Many are the devices that directly or indirectly act in the process of formation and constitution of subjectivities. Children's literature books are understood as important cultural artifacts that act in the process of education and identity construction of the subjects, specifically the children for whom the books are intended. This dissertation aims to analyze how children's books approach and construct discourses on sexual diversity and homoparentality, as well as to problematize the identity effects resulting from the production of such discourses. For that, three books have been identified and selected - Olivia has two parents, My two parents and I have two parents - with themes related to sexual diversity and homoparentality. They were analyzed from the social constructionist perspective that understands the language as an instrument that allows to found, to make sense, to include and to marginalize, to produce identities and relations between the subjects. According to our analyzes we understand that the three books present important questions for institutions as naturalized in our society as, for example, family and parenting. However, it is common in the three works to use subtle mechanisms that point to the creation of a gay family model, that is, books with their entanglements, dramas, characters and speeches present a hygienist and normalizing bias. The study also points out the need for other studies to analyze the books that have themes related to sexual diversity and homoparentality, as well as a review of the works analyzed here, since there is no single truth and that from other perspective it is possible to reach other conclusions.

Keywords: Homoparentality. Sexual Diversity. Children's Literature Books.

## SUMÁRIO

<b>1. Apresentação .....</b>	<b>06</b>
<b>2. Sexualidade, gênero e diversidade sexual: uma breve contextualização.....</b>	<b>17</b>
<b>3. A família como produção social.....</b>	<b>38</b>
<b>3.1 A parentalidade no contexto homossexual.....</b>	<b>46</b>
<b>4. A infância e os livros de literatura infantil como construção.....</b>	<b>55</b>
<b>5. Lançando um olhar sobre as famílias homoparentais de três livros de literatura infantil.....</b>	<b>71</b>
<b>5.1 Olívia tem dois papais: reposicionando os conceitos de família e masculinidade.....</b>	<b>72</b>
<b>5.2 Tenho dois papais: perigos da normatização.....</b>	<b>84</b>
<b>5.3 Meus dois pais: marcas do silêncio e da homofobia.....</b>	<b>92</b>
<b>6. Considerações finais.....</b>	<b>106</b>
<b>7. Referências .....</b>	<b>114</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

Durante o período da minha graduação em Psicologia, realizada na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), entre os anos de 2008 e 2013, foi gradual e envolvente a minha aproximação a temas e práticas que envolvessem a infância. Para o mestrado, inicialmente, a ideia e o anteprojeto eram outros, mas por circunstâncias outras a temática da infância apareceu como uma possibilidade.

Foi a partir de uma conversa casual com meu primo, Miguel, que na época tinha aproximadamente sete anos, que surgiram os primeiros delineamentos dessa pesquisa. A conversa girou em torno da minha curiosidade em saber a opinião dele de como eram os banheiros da escola em que ele estudava. Como resposta ele disse que os banheiros eram divididos em masculinos (para meninos) e “masculinas” (para meninas).

Tomando como pontapé inicial a conversa que tive com meu primo, pensei em alguns temas e os levei para uma conversa com o meu orientador que também tinha alguns interesses na área da infância. Foi então que começamos a escrever uma ‘estória’ que tinha como personagens principais os livros para infância que apresentavam temas que versavam sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual.

Quando penso na relação entre esses tais personagens que compõe essa dissertação percebo o quanto eles ocupam (ou pelo menos ocupavam) um lugar de figuração, no sentido de não estarem entre os protagonistas no curso de Psicologia no período da minha graduação. Salvo os livros para infância e em menor escala a sexualidade, temas como gênero e diversidade sexual ocupavam os becos do curso.

Nesse sentido, o meu contato com esses temas foi mínimo ou praticamente inexistente. O que ouvi e estudei em relação à sexualidade é que ela tinha a ver com impulsos inconscientes e com fases do tipo oral, anal e fálica. Questões de gênero, diversidade sexual,

homoparentalidade foram conceitos que me aproximei ao me debruçar na construção dessa pesquisa.

Apesar de a aproximação conceitual ter data mais ou menos recente o meu envolvimento com essas questões, ao longo da vida, não o é. Meus ouvidos sempre estranharam frases e comentários do tipo ‘homem que é homem de verdade não chora’, ‘lugar de mulher é na cozinha’, ‘aquela menina fica com todo mundo, ela é rodada’, ‘meninos não podem brincar de boneca’, ‘jogar vôlei é coisa de gayzinho’. Com o tempo, o estranhamento tornou-se insuficiente. Era preciso mais.

A princípio, a escolha dos livros se deu de uma forma mais ampla abarcando livros que tratavam de questões de gênero. No entanto, devido à escassez de trabalhos que explorassem a construção dos sentidos sobre a diversidade sexual relacionada com a parentalidade, bem como a importância de tratar deste assunto decidimos trilhar esse caminho.

Sendo assim, este trabalho torna-se oportunidade e ferramenta que além de estranhar, denunciar, falar sobre, desconstruir, visa a desnaturalização e propõe um olhar mais atento e crítico a alguns livros de literatura infantil que têm como enredo a parentalidade de homens homossexuais. Além das motivações que perpassam minha vida pessoal, essa dissertação também, e principalmente, se justifica pelo contexto social e político que o nosso país tem atravessado em relação às discussões acerca da diversidade sexual.

Este estudo ganha caráter de relevância na medida em que pretende contribuir para a reflexão sobre as formas de perceber e expressar o que vem a ser família. Tal problematização começa a acontecer quando o que se pretende aqui é analisar outros tipos de enlaçamento familiar que não o preconizado por algumas instâncias sociais, ou seja, nesta pesquisa há a exposição e a aproximação da família homoparental. A escolha de abordar esse jeito de ser

família justifica-se pelo retrocesso político e jurídico que o Brasil tem vivenciado nos últimos anos.

É nesse contexto que se desarquia o PL 6583/13, apresentado pelo deputado Anderson Ferreira no ano de 2013. Tal PL foi nomeado como “Estatuto da família” que além de propor políticas públicas voltadas para a entidade familiar também anuncia que a família se faz quando o núcleo desse agrupamento é formado pela união de um homem e uma mulher e que potencialmente pode impedir a adoção de crianças por casais do mesmo sexo (Câmara, 2014). A descrição de família que acompanha o referido PL está regida pela lógica da naturalização biológica que tem sido usada como dispositivo normatizador, naturalizador e excludente amplamente divulgado pela heterossexualidade compulsória. Desde 27/10/2015 tal projeto de lei está aguardando deliberação do recurso na mesa diretora da Câmara dos Deputados.

Outra justificativa para esta pesquisa tem relação com a crescente influência do “Movimento Escola Sem Partido” proposto pelo Procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, que se denomina como uma iniciativa de pais e alunos preocupados com o que entendem como sendo um alto grau de contaminação político-ideológica das escolas e universidades brasileiras. Tal movimento ainda se afirma como uma associação informal sem fins lucrativos e sem nenhuma relação de cunho político-partidário e ideológico e que tem como principal objetivo lutar contra uma possível doutrinação existente no sistema de ensino do Brasil. Como alguns de seus objetivos, o movimento pretende extinguir o caráter ideológico e político das escolas, bem como garantir que os pais possam dar a seus filhos a educação moral de acordo com seus próprios valores e convicções (Amorim & Salej, 2016). Além dos objetivos já citados, o movimento impõe ao Estado a obrigação de não se intrometer na orientação sexual dos estudantes por meio de práticas que comprometam, precipitem ou direcionem o desenvolvimento ‘natural’ da personalidade dos sujeitos em

harmonia com a respectiva identidade biológica do sexo, sendo proibida qualquer menção daquilo que eles chamaram de “ideologia de gênero” (Amorim & Salej, 2016).

Outra discussão que fortalece o argumento dessa dissertação de problematizar a naturalização de conceitos produtores de desigualdade é o debate sobre o que tem sido amplamente divulgado como ‘ideologia de gênero’. O termo gênero (com todas as problematizações geradas por ele) passou a preocupar com mais intensidade a cúpula católica a partir das conferências internacionais sobre o desenvolvimento e população (no Cairo, em 1994) e sobre as mulheres (em Pequim, no ano de 1995) ambas conduzidas pela Organização das Nações Unidas que tinham como um dos principais alvos de discussão a promoção da igualdade de gênero. Conforme o setor católico conservador, o conceito de gênero é uma ameaça e promove a subversão do arranjo familiar (tradicional) que é tomado como natural, de origem divina e importante articulador da reprodução da vida social. A igreja católica passou a protagonizar uma oposição ao movimento feminista e ao da diversidade sexual com o intuito tanto de retomar sua autoridade sobre seus fiéis quanto para conservar seu papel de destaque como ator político (Miguel, 2016; Coelho & Santos, 2016). Foi no pontificado de João Paulo II que se iniciou a doutrinação católica contrária ao gênero, mas foi a partir do ano 2000 que a terminologia ‘ideologia de gênero’ passou a ser utilizada aqui no Brasil (Miguel, 2016).

Desde o início de seu papado, João Paulo II já manifestava uma preocupação com a posição das mulheres. Em seus textos, havia a intenção de exaltar as mulheres no que dizia respeito aos seus aspectos naturais. A luta pela igualdade defendida pelo feminismo é vista como uma ameaça às características extraordinárias e divinas das mulheres. A complementaridade dos sexos é compreendida a partir da ideia de que Deus dotou a mulher de um dom que acompanha sua função gestora. Além desses argumentos baseados na fé, o

setor conservador católico também lança mão de justificativas alicerçadas em bases científicas sejam elas biológicas, psicológicas ou ainda sociológicas (Miguel, 2016).

Conforme uma nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a “ideologia de gênero” rejeita a ideia de que a diferença sexual inscrita no corpo possa ser identificativa da pessoa; além disso, nega a complementaridade dos sexos; desvincula sexo e procriação; visa demolir a matriz heterossexual que sustenta a sociedade (a família formada por um homem e uma mulher passa a ser vista como uma entre várias formas de ser família) (Coelho & Santos, 2016).

Conforme os setores mais conservadores da sociedade, a “ideologia de gênero” seria mais ‘prejudicial’ às crianças, pois ainda estariam em processo de formação de suas identidades masculinas/femininas. Por tal motivo, o Plano Nacional de Educação (aprovado em 2014) e os respectivos planos de educação das esferas estaduais e municipais (que seriam votados em 2015 e deveriam reger o ensino do país por dez anos) foram alvos das ações dos segmentos conservadores que conseguiram banir a temática de gênero da elaboração de tais planos (Miguel, 2016; Coelho & Santos, 2016).

A partir desses elementos supracitados, este trabalho revela-se como mais uma oportunidade de não compactuar com a lógica binária presente nas argumentações do “Movimento Escola sem Partido” e nos ataques à “ideologia de gênero” entendendo que nada há de natural na tríade corpo-sexo-gênero. E, que por não haver naturalidade nesse processo, mas sim construções sociais, políticas e culturais existe a possibilidade de transformação das hierarquias existentes entre feminilidades e masculinidade, bem como entre heterossexualidade e homossexualidade.

A presente pesquisa se faz importante na medida em que também pretende analisar os livros de literatura infantil acerca de temas relacionados a campos de estudos da diversidade, sexualidade, gênero e parentalidade, tendo em vista que tais campos têm ocupado relevante

espaço dentro das investigações científicas de diversas áreas do conhecimento como a Psicologia, Antropologia, Sociologia, Pedagogia e a Educação.

Além disso, o debate acerca dessas temáticas tem crescido de diferentes formas nos mais variados setores da sociedade e essa pesquisa se torna importante na medida em que propõe um olhar crítico e reflexivo sobre as produções de livros de literatura infantil com intuito de fomentar discursos que estejam voltados para a inclusão da diversidade sexual e combate ao preconceito.

Ao se propor essa investigação, reconhece-se a importância de teorias que concebam o sujeito como sendo um ser histórico, isto é, um ser constituído na complexidade das contradições da sociedade; construído nas e pelas relações sociais no decorrer do tempo; um sujeito que não pode ser pensado fora das condições sociais e culturais formadas pela humanidade. Além disso, afirma a produção da cultura e seus diversos dispositivos como participando de um processo localizado dentro de um contexto histórico permeado por diferentes contingências.

Ainda revela-se como justificativa plausível o fato de investigar, como aparece nos livros de literatura infantil, a homoparentalidade exercida exclusivamente por homens tendo em vista que Zambrano (2008) afirma que os estudos científicos se debruçam na investigação quase que exclusivamente da homoparentalidade feminina.

Esta proposta ainda se constitui importante ao se pensar os apontamentos dos estudos de Xavier Filha (2010) que revelam o quanto a produção de livros para infância com conteúdos relacionados com os temas diversidade sexual, gênero e sexualidade tiveram um aumento significativo a partir de meados da década de 1980. Segundo essa autora, a partir da referida data houve, por parte dos mercados editoriais, uma abertura e maior endereçamento de produções que alcançassem o público infantil.

Como objetivo o presente estudo analisa como a família homoparental é construída em três livros de literatura infantil, a saber: “Olívia tem dois papais”, de Márcia Leite; “Tenho dois papais”, de Bela Bordeaux e “Meus dois pais”, de Walcyr Carrasco. Acerca de tal construção almeja-se analisar a partir de qual prisma essas famílias são consideradas; quem são e quais representações os personagens das obras carregam; qual modelo de família é tomado como referência e como é realizada tal ação.

Especificamente, buscou-se compreender: a) como a família é descrita e ilustrada, como são os personagens, quais são as características deles, que classe social eles pertencem, qual modelo de masculinidade é refletido na caracterização deles; b) quais as alocuções sobre homossexualidade, como as relações amorosas/afetivas entre os dois pais são ilustradas, que tipo de comportamento é characteristicamente adotado pelos homens; e c) quem fala nesse livro de literatura infantil, que discursos são priorizados e quais são silenciados acerca da diversidade sexual.

Essa pesquisa foi desenvolvida a partir de uma perspectiva qualitativa e construcionista social de pesquisa. A pesquisa qualitativa tem como objetivo apreender o universo de significados, sentidos, crenças, valores, aspirações e desejos que geralmente não podem ser pensados a partir de uma lógica que quantifique e os reduza a números (Minayo, 1993). A perspectiva qualitativa também se empenha em entender as questões de um modo mais aprofundado e com riqueza de detalhes tendo como consequência a possibilidade de uma maior aproximação do campo de estudo sem o estabelecimento de categorias pré-definidas a priori, o que possibilita um caráter menos restritivo e aberto para a pesquisa qualitativa (Patton, 2002).

A investigação foi conduzida pelas contribuições do construcionismo social que tem como premissas básicas: a primazia dos relacionamentos sociais nas formas de construção e manutenção do conhecimento; o redimensionamento da relação sujeito-objeto; o

questionamento da natureza do real, bem como, a promoção da discussão da ciência enquanto produto/produção localizada social e historicamente. Ela não tem como foco descrever os fatos como eles são, mas compreender como os sentidos são produzidos nas relações. Sendo assim, o olhar está voltado para o processo de construção dos sentidos, do conhecimento e do mundo (Rasera, Guanaes & Japur, 2004).

Nas três obras, não há uma especificação para qual faixa etária elas são endereçadas, mas no que concerne a percepção dos pesquisadores “Olívia tem dois papais” e “Meus dois pais” são destinados a crianças que já possuem uma maior intimidade com a leitura tendo em vista que esses dois livros possuem textos mais longos, diálogos mais elaborados e palavras mais complexas. Já no livro “Tenho dois papais” as frases são curtas e o enredo mais simples.

No tocante à circulação dessas obras, “Olívia tem dois papais” é um livro de uma editora que está inserida no mercado de produções infantis e que possui ampla divulgação; já “Meus dois pais” é uma obra que faz parte de uma série de livros que foram escritos com o intuito de promover reflexão sobre questões delicadas (conforme está escrito na contracapa do livro). O livro “Tenho dois papais” tem circulação mais restrita, pois foi auto publicado por meio de financiamento coletivo.

A escolha dos livros se deu a partir da revisão bibliográfica que constituiu o corpo teórico dessa dissertação, na qual foram encontradas sugestões de livros de literatura infantil que abordavam a temática. Além disso, houve uma breve pesquisa no Scielo e Google Acadêmico, com as palavras chaves sexualidade, gênero, diversidade sexual, homoparentalidade e literatura infantil e suas combinações, pela qual foi possível escolher os livros nos quais se percebia pela leitura do título a possibilidade de se encontrar um conteúdo que levasse em consideração tanto as temáticas de sexualidade/gênero/diversidade sexual quanto a homoparentalidade. Foi encontrado um número maior de livros infantis que versavam sobre histórias com a problematização das questões de gênero e um número mais

escasso de obras que já em seu título anunciam tratar de temas relacionados à diversidade sexual e à homoparentalidade.

Para análise dos livros infantis e seus discursos, tomamos as contribuições de Spink e Gimenes (1994) e de Spink (2004) no que se refere à compreensão das práticas discursivas. Conforme essas autoras, as práticas discursivas são os elementos fundamentais para o entendimento do conhecimento como produção de sentido. Os passos das análises dos livros seguiram da seguinte forma: a) leitura atenta dos livros, promovendo uma imersão nos conteúdos presentes tanto nas imagens quanto nos discursos escritos nos livros; b) discussão dos enredos dos livros a partir de conceitos relacionados com a temática da diversidade sexual e homoparentalidade.

Para analisar as histórias, foram necessárias leituras constantes dos livros, tendo como objetivo eles se tornaram meus “livros de bolso”. As primeiras leituras buscaram a aproximação do enredo, no sentido de conhecer, de saber quais e quem eram os personagens, quais as tramas dispostas e quais os desfechos de cada livro. Nesses contatos iniciais, alguns diálogos e imagens já “saltavam aos olhos” como numa espécie de estranhamento, como, por exemplo, o modo como todos os personagens homens pareciam pertencer à classe média intelectualizada, bem como o fato de o ambiente escolar estar presente.

A partir da aproximação e reflexão de conceitos como o de diversidade sexual, homofobia, heteronormatividade, família homoparental, direitos da comunidade LGBT os enredos dos livros pareciam ficar cada vez mais cheios de elementos que poderiam ser passíveis de análises. Elementos esses que têm a ver como as famílias homoparentais iam sendo representadas, bem como os relacionamentos homossexuais; se os enredos propunham o rompimento ou a conformação às normas de gênero.

A escolha e utilização dos conceitos discutidos nas análises perpassaram pelo processo de apropriação da temática acerca da diversidade sexual que aconteceu de forma processual,

no sentido de que tais temas eram quase que desconhecidos por mim, por isso cada estudo teórico ganhava um caráter de descoberta e tinha como desdobramento novas leituras dos livros de literatura infantil, o que por sua vez gerava novas reflexões. De forma prática: com e a partir da leitura do enredo um trecho chamava a atenção por envolver a forma como a família homoparental era representada, assim inserimos o conceito de família homoparental e discutimos como ele se faz presente no enredo e quais os desdobramentos possíveis decorrentes do tipo de representação apresentada. A heteronormatividade foi outro conceito escolhido para analisar as três obras pelo fato de ter perpassado, de modos diferentes, a análise dos três livros. Discutimos, por exemplo, as reverberações e alcances sutis que a matriz heteronormativa vai produzindo no modo como os sujeitos se relacionam dentro dos enredos. Outra fonte de discussão se deu a partir das ideias acerca das normas de gênero. A partir desse aporte conceitual foi possível problematizar como as questões de gênero foram representadas nas páginas dos livros.

O texto dessa dissertação e a construção do seu argumento se dá em capítulos. O segundo capítulo apresenta uma contextualização acerca das temáticas da sexualidade, gênero e diversidade sexual. O argumento desse capítulo versa sobre como o entendimento dessas questões acontece dentro das contingências históricas e sociais, ou seja, não há nada de natural nesse processo. Utilizo como sustentação epistemológica a perspectiva do Construcionismo Social que tem como proposta o questionamento de ‘verdades’ construídas. O terceiro capítulo expõe a visão de infância e de literatura infantil (e suas possíveis relações) que tomamos como referência, a saber: a criança que é atravessada por múltiplas facetas em seu processo de constituição, as quais afetam direta e indiretamente o engendramento da sua identidade. No que concerne à literatura infantil discutimos o quanto ela pode ser tanto instrumento disciplinador e normatizador de corpos, gêneros e sexualidades quanto ferramentas de questionamentos e desconstruções.

O quarto capítulo propõe a discussão e desconstrução acerca do conceito de família tomado como tão natural em nossa sociedade contemporânea ocidental, bem como lança o olhar sobre a desmarginalização das ditas ‘novas famílias’. O quinto capítulo apresenta a análise de três livros para a infância que têm como tema central a parentalidade na diversidade sexual. A análise de cada livro, mesmo tendo como eixo central a homoparentalidade, discute diferentes temáticas que estão relacionadas com a diversidade sexual como, por exemplo, a homofobia e homonormatividade. O sexto capítulo, por sua vez, apresenta as nossas considerações finais acerca de como a temática da diversidade sexual e da homoparentalidade foi abordada em cada enredo e quais as possíveis reverberações proporcionadas por essas representações.

## 2. SEXUALIDADE, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A sexualidade, o gênero e a diversidade sexual têm, nos últimos tempos, protagonizado inúmeras discussões que perpassam muitas áreas do conhecimento, bem como em diversas instâncias da vida social, política, cultural e econômica dos sujeitos. Por tais razões muito tem se produzido acerca dessas temáticas que se desdobram em diferentes instâncias como, por exemplo, nas políticas públicas, na legislação, na construção do conhecimento científico e tal produção por vezes naturaliza, cristaliza e normatiza sujeitos, identidades, sociedades. Com o intuito de problematizar esse processo de naturalização e seus desdobramentos este capítulo tem como intuito discorrer sobre tais temas - que se constituem socialmente como sendo de grande importância para a constituição de identidades - de forma que possamos entender como a normatização exclui, marginaliza e violenta sujeitos.

A sexualidade humana está inserida no escopo da experiência social transpassada por várias questões. Ela se relaciona intimamente com o amplo espectro que compreendemos como sendo a nossa identidade, na qual estão mais ou menos articulados crenças, valores e desejos. Tal articulação se faz nas tramas sociais, nas quais acontecem as significações sociais e institucionais que por sua vez levam à criação de posições sociais e, consequentemente, posições identitárias e políticas.

A sexualidade é instrumento de intervenção seja no âmbito social e/ou individual. Ocupa um lugar que pode controlar, emancipar ou violentar o humano. Além disso, ao longo da história, a sexualidade foi e é objeto de disputa, pois ela participa da estruturação das hierarquias sociais (Prado & Machado, 2008).

Compreender a sexualidade de forma abrangente é entendê-la como expressão e vivência de forma original e criativa da dimensão existencial humana. Nesse sentido, a

sexualidade é um fenômeno histórico, processual e mutável. Sendo assim, é negar que ela esteja subordinada ao determinismo natural, que muitas vezes é a hipótese utilizada para manter estruturas de preconceito.

Concordamos com Prado e Machado (2008) ao enfatizar que a sexualidade não é um fenômeno da ordem do natural, mas sim é um fenômeno construído socialmente, difundida e aprendida por meio da inserção em determinada cultura e que dá forma aos nossos comportamentos, bem como ao nosso imaginário. Mesmo quando no seu âmbito privado, vivenciada de maneira singular por cada sujeito, a sexualidade é influenciada pelo contexto histórico, que é marcado pela estruturação social e pelo modo de produção vigente.

No que concerne a produção de discursos envolvendo a sexualidade Louro (2009) comenta que foi na metade final do século XIX que passou-se a dar especial atenção à sexualidade. Foi nessa época que ela passa a ocupar um lugar importante na visão do Estado e na vida dos sujeitos. No entanto, é importante destacar que o processo em que a sexualidade foi colocada como questão central começou ainda no século XVIII impulsionado por diversas transformações políticas, sociais, culturais, sociais e econômicas relacionadas com o industrialismo e ascensão burguesa, articuladas ainda com uma nova divisão sexual do trabalho e pela circulação de ideias de cunho feminista. Tais transformações foram possibilitando a construção de um terreno em que a sexualidade e a existência de homens e mulheres podem ser compreendidas de outra forma.

Intimamente relacionado com as questões relativas à sexualidade e influenciado diretamente com essas está o conceito de gênero. Conceito problematizado ao longo dos anos e que diz respeito a um complexo sistema de significados que se forma e se organiza no bojo das relações sociais e que conduz o acesso a recursos e ao poder. Sendo assim, o gênero não é um fenômeno individual, localizado dentro dos sujeitos, mas construído nas relações sociais.

O gênero e os fenômenos a ele relacionados produzem modos de ser, pensar e agir, bem como influenciam as interações sociais e determinam a organização das estruturas sociais. Pelo seu caráter relacional, o gênero pode em determinadas realidades funcionar a partir de definições contraditórias e simultâneas. O posicionamento pós-moderno, bem como o construcionismo, entendem que tais contradições são partes que integram a realidade social (Nogueira, 2001).

Assim como outros fenômenos sociais, o gênero também pode ser compreendido como um acordo que os sujeitos fazem entre si, nas suas relações, como sendo verdade. De algum modo, os sujeitos traduzem em suas vivências cotidianas posicionamentos acerca de gênero que apreendem a partir de um nível estrutural. Partindo desse pressuposto, o gênero não é algo que está dentro do indivíduo esperando ser desvelado pelo pesquisador social.

Ainda nesse sentido, o gênero é uma construção das sociedades humanas que funcionam para formar padrões do que é ser homem e mulher, bem como formar arranjos sociais que podem determinar a criação do entendimento, por exemplo, do que é público e privado.

Louro (2008) discute gênero e sexualidade a partir da afirmação provocadora da filósofa Simone de Beauvoir que diz ‘Ninguém nasce mulher: torna-se mulher’. Podemos afirmar que tal fato também aplica-se aos homens. Desse modo, tornar-se mulher e homem relaciona-se com as marcas, gestos, comportamentos, preferências que são ensinados e reiterados, cotidianamente, de acordo com os valores e normas de uma determinada cultura.

O processo de construção de gêneros e sexualidades é permeado por incontáveis práticas e aprendizagens, engendra-se nas mais variadas circunstâncias, garante-se de modo explícito ou oculto por um conjunto de instâncias sociais e culturais. Tal processo ainda tem um caráter de acontecer nas minúcias do cotidiano, de maneira sutil e inacabada. É importante

salientar o papel constituidor de instituições sociais como a igreja, família, escola, medicina, ciência nesse processo (Louro, 2008).

Compreendendo que o processo de construção de gêneros por vezes provoca desigualdades, Louro (2008) afirma que transpor os limites impostos pela desigualdade de gênero significa reconhecer o caráter social de sua construção, bem como entender que nossa sociedade antagoniza, hierarquiza e naturaliza as diferenças entre os sexos, tomando como princípio o raciocínio estritamente biológico e anatômico reduzindo toda a questão ao natural e universal. Além disso, significa assumir que tais explicações advêm das ciências biológicas e das instituições sociais, como a família e a escola, que ocultam o processo de produção dessas desigualdades, negando assim o seu caráter passível de transformação.

No campo do gênero e sexualidade, o desafio atual parece não ser mais aceitar que as posições e modos de ser tenham se multiplicado e que os modos binários de compreensão (masculino/feminino, heterossexual/homossexual) não dão conta mais de explicar a realidade. Talvez, então, o maior desafio seja entender que as fronteiras sexuais e de gêneros têm sido constantemente transpostas, bem como admitir que o lugar social que alguns sujeitos escolheram estar e viver é o da fronteira (Louro, 2008). Nesse sentido, é na transposição desses limites que cabe a discussão do conceito de diversidade sexual.

Dinis (2008) aponta que as discussões acerca de gênero e diversidade sexual têm ganhado cada vez mais notoriedade na mídia, por meio das novelas e filmes, bem como das publicidades que são direcionadas, muitas vezes, ao público adolescente. No entanto, tal espaço nos veículos de comunicação não garante a diminuição do sexism e da homofobia. Em contrapartida, essa exposição das diferentes formas de sexualidade pela mídia promove o reconhecimento das causas relacionadas às minorias sexuais e de gênero, provocando assim a reflexão acerca dos padrões normativos que regem as questões da sexualidade.

Mello (2005a) observa que desde o final do século XIX quando a homossexualidade foi sendo construída e ganhou status de uma categoria médico-psicológica, e mesmo na atualidade, quando essa categoria tem ocupado um lugar marcadamente político, muitos mitos e verdades, proibições e punições foram sendo tecidos no que diz respeito ao campo da homossexualidade. No entanto, o autor observa o quanto a possibilidade de se assumir ou não como homossexual ainda é geradora de muitas tensões quando se comparada a ser herege ou não, corrupto, revolucionário ou ainda índio, negro, deficiente físico.

Conforme Prado e Machado (2008), compreender a sexualidade em termos de sua diversidade se constitui como um desafio contemporâneo, pois ganha expressão somente em meados do século XX com o surgimento de grupos sociais mais organizados e a elaboração de estudos científicos menos preconceituosos sobre a homossexualidade. Citando Giddens (1993), os autores afirmam que as mudanças acerca dos discursos sobre a sexualidade estiveram intimamente relacionadas com transformações sociais chamadas de ‘revolução sexual’.

Nesse sentido, a revolução sexual é marcada por uma série de acontecimentos que se desdobraram em transformações sociais que levaram ao questionamento do lugar social das mulheres e dos sujeitos não-heterossexuais, a saber: a) a mudança do papel da família como centro de produção social para o mercado; b) o crescimento do espaço social da homossexualidade masculina e feminina; c) a maior autonomia feminina em consequência da pílula anticoncepcional e a organização política dos movimentos feministas; e d) o questionamento cada vez maior por parte dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada acerca da naturalização das formas de objetivação humana.

Houve também uma ruptura entre sexo e procriação o que teve como decorrência uma autonomização do campo social da sexualidade, provocando assim um enfraquecimento e questionamento dos padrões tradicionais de comportamentos e representações dos papéis de

gênero, bem como a legitimação da homossexualidade masculina e feminina (Prado & Machado, 2008).

Com o processo de cristianização do Ocidente houve concomitantemente a transformação do olhar sobre a relação afetiva-sexual entre pessoas do mesmo sexo, que passou a ser entendida como uma mistura de pecado-crime-doença de modo cumulativo. No entanto, a partir do final do século XX, iniciou-se o processo da desmedicalização e descriminalização do amor e da sexualidade entre pessoas do mesmo sexo (Mello, 2005a).

A homossexualidade como realidade discursiva e como identidade política teve duas modalidades de discursos que deram sua contribuição para sua efetivação, a saber: o médico-psiquiátrico – do século XIX para o XX, no contexto europeu; e o ativista-militante, de meados do século XX de origem dos Estados Unidos e da Europa. Médicos e homossexuais são quase sempre considerados como antagonistas no que diz respeito às lutas de representações sociais da homossexualidade, mas o que também se observa é que esses dois atores sociais já atuaram como parceiros no processo de engendramento de uma identidade homossexual (Mello, 2005a).

Por mais paradoxal que pareça a promoção do desejo e comportamento homossexual para o status de doença, no final do século XIX, foi um avanço político que garantiu aos amantes do mesmo sexo um alívio parcial da perseguição realizada pela polícia e religiosos. Os homossexuais, aliando-se ao discurso médico, acolheram sua condição supostamente patológica, como tática política, com o objetivo de assegurar a descriminalização de suas vivências afetivo-sexuais. Nesse sentido, médicos e homossexuais, como parceiros, utilizaram uma mesma linguagem no processo de construção de uma identidade homossexual (Mello, 2005).

Mello (2005a) salienta que a minoria homossexual é um invento das sociedades capitalistas, tendo em vista que em outras maneiras de organização social, a repressão às

práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo não se conduz a um grupo ou pessoas exclusivas que tinham uma identidade própria, mas se direciona a um conjunto de atos, socialmente entendidos como indesejáveis, mas que poderiam ser praticados por qualquer sujeito.

É a partir da década de 1960 que os homossexuais passam a ser protagonistas na luta para a reivindicação de uma nova identidade homossexual. Mello (2005a) aponta como fator primordial na consolidação de uma nova identidade homossexual como sendo a crescente abrangência daquilo que era considerado como pertencente à esfera da homossexualidade, ou seja, o crescimento do campo semântico da homossexualidade. Nesse sentido, o homossexual não é somente aquele homem emasculado por sua passividade sexual. O autor destaca que se até os anos 70-80 os homens tidos como ‘comedores de viados’ não circulavam dentro do campo semântico da homossexualidade, tal situação passou por uma mudança nos últimos anos graças a alguns fatores, dos quais ele destaca: a intervenção militante do movimento homossexual para garantir que tanto a atividade quanto a passividade sexual fazem parte do campo da homossexualidade; o advento da AIDS que revelou a existência de inúmeras vivências homossexuais dentro de contextos tidos como heterossexuais; e a crescente imagem de um homossexual relacionado a um estereótipo viril, abandonando assim a ideia de homossexual submetido a valores de delicadeza e fragilidade.

Louro (2009) corrobora para esta ideia quando afirma que o sujeito homossexual e a homossexualidade surgiram na arena política do final do século XIX quando as definições do que são verdades ou não sobre o corpo do homem e da mulher serão ditadas especificamente pelas vozes de homens, médicos, filósofos moralistas e pensadores oriundos dos grandes centros urbanos da Europa. Serão essas vozes que classificarão sujeitos dizendo o que é saudável, higiênico e pautado na moral estabelecendo assim as diferenças entre sujeitos e as práticas sexuais. Nesse sentido, inventava-se tipos sexuais, caracterizava-se o que era

patológico e o que era normal e esses tipos tornavam-se passíveis de hierarquização. Os discursos produzidos eram protegidos pelo manto da científicidade - gozando assim de um status de verdade - e muito se misturavam com as verdades da igreja, da moral e da lei.

Práticas sexuais e afetivas entre sujeitos do mesmo sexo ganham um novo lugar social. Passam a não mais ser encaradas como um erro, um acidente, um pecado eventual que qualquer sujeito estaria passível de se submeter. A partir de agora tais práticas eram compreendidas de um modo bem diverso. Elas desvelariam uma verdade oculta do sujeito. O homossexual passava a ser não um sujeito qualquer que cometeu um pecado, mas agora ele pertencia à outra espécie (Louro, 2009).

Devidamente marcados, a homossexualidade e o homossexual, ou seja, a prática e os sujeitos desviantes, se fez necessário dar nome também ao sujeito e a prática tomada como referência. Até esse momento o que era tido como normal não tinha nome. Aconteceu, assim, a nomeação daquilo que era antes considerado como onipresente e evidente por si mesmo.

Constituía-se o par heterosexualidade/homossexualidade e, consequentemente, heterosexual/homossexual como sendo oposição fundamental que definiria sujeitos e práticas. Nessa compreensão, o primeiro termo passava a significar o termo primordial e o segundo como subordinado, num antagonismo que marca sujeitos, práticas, saberes, valores e instituições (Louro, 2009).

Conforme salienta Filho (2009), a heterosexualidade, como sendo uma instituição histórico-social, se concretizou como hegemônica estigmatizando a homossexualidade, fato que se deu com a mesma intensidade com que a dominação masculina se estabeleceu em todas as culturas. É importante notar que a supremacia masculina e a prevalência da heterosexualidade guardam uma importante relação entre si na história das sociedades humanas. A valorização da heterosexualidade em detrimento da homossexualidade aconteceu como se estabelece outros construtos sociais: algo que é uma construção arbitrária,

uma instituição de caráter convencional e histórico, passa, ao longo de um processo histórico, a ter uma aparência e um status de uma realidade natural, universal, necessária e imutável, tornando dispensáveis todas as demais formas que ficaram excluídas do processo de institucionalização. Nesse sentido, a homossexualidade é uma das formas que foram relegadas à exclusão no processo de institucionalização do sexual.

Filho (2009) para explicar a institucionalização do social cita Berger e Luckmann (1985) que afirmam que uma ordem social-cultural (em qualquer tempo e lugar), na medida em que é um engendramento de aspecto convencional, opta aleatoriamente – não totalmente sob um caráter deliberado, e num acontecer inominado, coletivo e impessoal – suas instituições, padrões, crenças e etc. que farão parte da ordem compondo assim uma realidade única, genérica e necessária, anulando as demais alternativas por ela não admitidas.

Para o autor, o processo de institucionalização social produziu um sexual, que antes era polimorfo e diverso, em uma forma única e a heterossexualidade foi a forma admitida e legitimada pela sociedade. No entanto, vale lembrar que a heterossexualidade não é uma forma inata de sexualidade; como uma prática sexual, ela é engendrada nos contornos de um contexto histórico e social, e sua naturalização e prevalência ocorreu devido ao longo processo de domesticação do imaginário social das sociedades humanas, que se sustentou a partir da invalidação da homossexualidade como uma prática sexual (Filho, 2009).

Felipe e Bello (2009) lançam mão de uma comparação para explicar como a matriz heterossexual tem um caráter regulador na vida dos sujeitos assim como um centro de gravidade aprisiona em sua órbita corpos celestes. Tal matriz age delimitando todas as possibilidades de gênero e sexualidade e ainda produz representações fictícias (no sentido de inalcançáveis) de ideais normativos de como devem ser o masculino e o feminino.

Os autores afirmam que assim como a Terra, em sua jornada em torno do Sol que ora está mais próxima e ora está mais distante, os sujeitos ao longo da vida se aproximaram e se

distanciariam das normas sugeridas pela órbita da matriz heterossexual. Desde a mais tenra idade, existem múltiplos investimentos das instâncias sociais para que nos adequemos ao modelo padronizado de masculinidade e feminilidade.

A heteronormatividade é a principal reguladora dos modos como a sexualidade tanto de homens quanto de mulheres é vivenciada. Nesse sentido, a ordem para os meninos é que eles devem ter como objeto de interesse as meninas – e quanto mais cedo isso acontecer mais garantida a norma heterossexual estará. No que diz respeito às meninas, a prerrogativa é que a feminilidade será definida em relação ao modo como ela espera ser objeto de desejo do sexo oposto (Felipe & Bello, 2009). Cabe nesse momento enfatizar a afirmação de Butler (2003 como citado em Vilhena *et al* 2011) quando salienta a respeito do conceito de heterossexualidade compulsória que corresponde ao modelo discursivo/epistemológico hegemonic do modo de compreender o gênero, o qual prevê que, para os corpos serem coerentes e fazer sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é imprescindível haver um sexo estável, manifestado por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade.

Louro (2009) salienta que para manter o privilégio da heterossexualidade, seu status de normalidade e naturalidade, são utilizados diversos mecanismos que se debruçam na repetição e reiteração continuada e agem em diferentes instâncias como, por exemplo, família, igreja, escola, mídia e lei. Por meio de tais mecanismos, sejam eles sutis ou aparentes, reafirma-se a lógica que o sujeito nasce macho ou fêmea e que seu sexo vai recomendar a possibilidade de um de dois gêneros – masculino ou feminino – e direcionará a uma única forma normal de desejo, que é o desejo pelo sujeito do sexo/gênero oposto ao seu.

Esse princípio que alinha sexo-gênero-sexualidade é a base sustentadora da heteronormatividade, que nada mais é do que a produção e repetição compulsória da norma heterossexual (Louro, 2009). Os mecanismos de heterossexualização compulsória promovem

processos classificatórios e hierarquizantes, por meios dos quais os sujeitos ainda muito jovens podem ser vitimas de sentenças que agem como dispositivos que desqualificam e objetificam (Junqueira, 2012).

Um dos mecanismos que mantem a heteronormatividade em seu lugar privilegiado diz respeito a que Junqueira (2009) salienta sobre a homofobia que pautada pelos crivos da heteronormatividade associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões de identidades de gênero que vão além de violência e hostilidade contra pessoas LGBT ou ainda contra aquelas que são identificadas ou percebidas como tal. Por seu caráter regulador, vigilante e estruturante das normas de gênero, a homofobia cumpre um papel na vida de todos os sujeitos. Nesse sentido, os preconceitos, discriminações e violências de gênero estão todos de alguma maneira engajados. O autor localiza a homofobia como sendo a expressão obrigatória da heteronormatividade e que está disposta na ordem dos discursos e das relações de todas as pessoas, inclusive na dos heterossexuais.

Ainda sobre a homofobia Junqueira (2012) propõe que ela não seja considerada apenas como fenômeno localizado no indivíduo, mas sim fenômeno de âmbito e caráter social que interage diretamente com preconceitos, discriminação e violência contra todos aqueles/las que de alguma maneira transgridam ou não se alinhem às normas produzidas pela matriz heterossexual, pela norma de gênero e pela heteronormatividade. Junqueira (2012) afirma que a norma de gênero é mais do que um conceito e se configura no âmbito de uma estratégia política que se baseia na ideologia que afirma a existência natural de dois sexos que corresponderiam de maneira automática em dois gêneros necessariamente complementares conforme uma lógica binária e linear.

Lionço (2009) corrobora para a discussão do conceito de diversidade sexual como sendo possível de ser pensado a partir do binarismo essencialista do gênero relacionado à heterossexualidade. Nesse sentido, isso significa afirmar que é a partir da heterossexualidade

vinculada à bipartição entre masculinidade e feminidade, entendida como referências para normalidade, que as diversas formas de expressões de sexualidade ganham valor. Ainda, o entendimento da diversidade sexual como valor se produz como um contraponto tanto à heteronormatividade quanto à homofobia.

A noção de diversidade sexual é potencializadora do entendimento da variação das orientações sexuais e as expressões de gênero, por meio do pluralismo. Além disso, tal noção propõe a abertura de um espaço que tenha como objetivo a reflexão das afirmações identitárias que carregam em si marcas da essencialização (Lionço, 2009). Seffner (2013) discute que a diversidade é mais que um conceito, mas também diz respeito a uma bandeira de luta.

Rios e Santos (2010) definem a diversidade sexual como manifestação da realidade dispar e indócil que diz respeito às plurais expressões sexuais, tanto no âmbito individual quanto no coletivo, vivenciadas e produzidas no convívio e, simultaneamente, tendo caráter democrático e valor constitucional. Para Coelho e Campos (2015), discutir a respeito da diversidade sexual é defender a legitimação de diferentes maneiras de expressão e vivência da sexualidade, dando ênfase, principalmente, nos modos de expressão de identidade de gênero e orientações sexuais que fujam da regra heteronormativa.

Após a discussão da construção histórica dos conceitos (como sendo realidades discursivas e políticas) da homossexualidade e do sujeito homossexual, abordaremos alguns debates recorrentes sobre essa temática como, por exemplo, o papel da escola no silenciamento da homossexualidade, bem como a busca pela efetivação dos direitos dos homossexuais. Além de serem discussões periódicas no tocante a homossexualidade as temáticas escolhidas também servem com o propósito de enriquecer a discussão que será realizada mais adiante nesse trabalho. No que diz respeito à opção de discutir a escola se relaciona com o fato de ela ter um papel importante na reiteração da heteronormatividade

como norma e o consequentemente silenciamento/submissão da diversidade sexual; além disso, a escola é espaço e agente de socialização primária. Problematizar os significados produzidos historicamente acerca da diversidade sexual de forma dialética implica compreender que eles podem ser transformados. Nesse sentido, a escola pode ser espaço de tensionamento das contradições sociais, tendo como desdobramento o questionamento e a problematização de conceitos e ideias cristalizados socialmente (Coelho & Campos, 2015). Em relação à temática que envolve os direitos dos sujeitos homossexuais, a discussão que faremos a seguir se relaciona com a realidade brasileira em que a busca pelo direito de ser reconhecido como família se sobrepõe a outros direitos – realidade diferente em outros países.

Em relação a busca pela efetivação dos direitos dos homossexuais Prado e Machado (2008) apontam que até o ano de 2008, após um levantamento acerca da legislação brasileira, a existência de 37 direitos a menos dos homossexuais quando comparados aos heterossexuais. No intuito de problematizar e desconstruir o estigma que envolve as relações homossexuais, as minorias sexuais têm se organizado, em diversos países, para garantir igualdade de direitos entre homossexuais e heterossexuais. E é por meio do tensionamento das esferas dos três poderes – executivo, judiciário e legislativo - que os sujeitos homossexuais têm lutado para garantir a implantação de ações de políticas de inclusão.

No que diz respeito à realidade brasileira, o poder Executivo tem criado estratégias políticas que visam tanto a promoção da diversidade sexual quanto contra a violência e discriminação. Têm-se, como exemplos, a criação do programa Brasil sem Homofobia e a criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos. Além disso, também foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, bem como foi implantado o Conselho Nacional LGBT (com representação paritária do governo federal e da sociedade civil) (Mello, et al 2012). Tais ações do Executivo

apesar de terem caráter importante não disfarçam o silenciamento do poder Legislativo que ainda não promulgou nenhuma lei que garanta os direitos civis e sociais da população LGBT (Moraes & Camino, 2016).

No que concerne ao poder Judiciário, essa instância também tem se posicionado a favor de responder as demandas das minorias sexuais, configurando, assim como o Executivo, como um importante veículo de acesso ao exercício da cidadania dos sujeitos homossexuais. Vale destacar que em 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homossexual como entidade familiar. Tal decisão tem como consequência a proibição de discriminar as pessoas em virtude do sexo e a vedação ao preconceito, o que tem como desdobramento o reconhecimento do pluralismo como valor e a liberdade como direito fundamental. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça aprovou proposta proibindo os Cartórios de Registro Civil de se recusarem à realização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (Moraes & Camino, 2016).

Tais mudanças tiveram significativo impacto no que diz respeito a conquistas para os homossexuais. No entanto, é preciso considerar que a ação do STF por mais que tenha efeitos de cunho normativo jurisprudente não garante as mesmas conquistas que uma lei promulgada (Moraes & Camino, 2016). Salientamos que a ação do STF tem um desdobramento que abre o campo da inteligibilidade de família fazendo que tal entidade não seja mais considerada apenas a partir do modelo normativo da família nuclear burguesa, ou seja, passa a ser considerada a pluralidade nos modos de ser família.

Elencar a escola como uma temática a ser tratada torna-se relevante na medida em que a consideramos como espaço social onde as contradições sociais se encontram cotidianamente. Além disso, ela pode ser lugar estratégico para a formação cidadã e transformação social, bem como é recinto no qual se constrói e transmite conhecimento, engendram-se sujeitos, identidades e subjetividades, reiteram-se padrões hegemônicos e

legitimam-se relações de poder (Junqueira, 2009). Por considerar a escola a partir deste prisma salientamos a importância da discussão desse assunto nesta pesquisa, tendo em vista que ela compõe a história dos três livros de literatura infantil e é o lugar no qual os questionamentos acerca da diversidade sexual acontecem nos enredos. Concordamos com Junqueira (2009) quando ressalta que é praticamente unânime em relação à importância da discussão acerca do papel da educação escolar no que tange aos debates acerca da diversidade sexual no cotidiano – se eles acontecem, o que se propõe, quais discursos são produzidos e quais são silenciados.

Felipe e Bello (2009) afirmam que, de forma geral, a escola é um ambiente que a homossexualidade é ocultada e apenas se fala dela (e quando se fala) é a partir do surgimento de problemas visíveis. O silenciamento acerca da sexualidade é comum nas escolas, principalmente na Educação Infantil, em que circula o temor de quanto mais se falar haverá um encorajamento da curiosidade e do exercício de práticas.

Junqueira (2012) observa que o cotidiano escolar é atravessado por situações e procedimentos pedagógicos e curriculares significativamente relacionados a processos sociais que produzem e/ou reforçam diferenças, divergências e clivagens sociais. Ainda conforme o autor o processo de construção histórica da escola brasileira pautou-se quase que exclusivamente em pressupostos que compreendiam o ‘outro’ (percebido como estranho, inferior, criminoso, pecador, doente) como um sujeito que não se alinhava com o referencial que sempre foi – e ainda é – o homem, adulto, branco, heterossexual, burguês e normal mental e fisicamente. A escola configura-se então como espaço onde diferentes preconceitos se instauram e se desdobram na manifestação de discriminações como, por exemplo, classismo, racismo, sexism, homofobia, heterosexismo e outras maneiras de gestão das fronteiras de normalidade.

Seffner (2013) discute que há uma seletividade em qual diferença a escola irá incluir, pois quando há uma associação entre diversidade e inclusão relacionados a gênero e sexualidade o debate é ainda mais problemático. Segundo o autor, uma coisa é incluir e aceitar a diferença de uma criança com alguma deficiência física ou mental, pois apesar dos desafios a aprendizagem já é consenso que esses sujeitos devem ser incluídos porque eles não são ‘culpados’ das características que os diferencia. No entanto, quando se trata de um menino que se veste de menina ou não deseja jogar futebol a crença na inclusão se revela na sua fragilidade podendo se desdobrar em dois posicionamentos: efetiva-se manobras de exclusão desses sujeitos diferentes, pois provocam perturbação no contexto escolar ou ainda busca-se colocá-los nos eixos para que eles tenham comportamentos aceitáveis e adequados para que assim sejam merecedores de inclusão.

Conforme Junqueira (2012), a escola é o lugar no qual os parâmetros da heteronormatividade - discursos, práticas, valores que reiteram que a heterossexualidade é a única possibilidade constituída como legítima e natural no que concerne na expressão da sexualidade (Warner, 1993 apud Junqueira, 2012) - é produzida e reproduzida, bem como atualizada. O autor ainda comprehende a heteronormatividade como sendo organizadora das coisas, bem como estando no centro dos projetos curriculares e a instituição escolar como sendo o principal meio no qual a heterossexualização compulsória acontece, assim como a incorporação das normas de gênero.

Junqueira (2012) denuncia que pela heteronormatividade estar localizada no cerne da construção do currículo e do cotidiano escolar, a escola permite, cultiva e agencia homofobia e heterossexismo, repercutindo o que se produz em outros âmbitos e sendo espaço onde ocorre facilmente a atualização e ou ratificação.

A partir da análise do cotidiano escolar Felipe e Bello (2009) perceberam o quanto a naturalização de determinados comportamentos como exclusivamente masculinos ou

femininos está enraizada em nossa sociedade. As representações essencialistas de gênero são ensinadas no ambiente escolar de forma violenta, tendo como principal alvo de intervenção os meninos, que são constantemente vigiados e cobrados para construir um determinado tipo de masculinidade.

Em muitas famílias, é possível observar que os pais (homens) sentem a sua masculinidade intensamente ameaçada quando seus filhos, embora pequenos, não apresentam sinais evidentes de masculinidade. Meninos que, por exemplo, apresentam voz fina e/ou mostram interesse por brincadeiras de meninas, ou que tem uma postura corporal com traços afeminados são percebidos como homossexuais em potencial e por isso atraem um olhar de vigilância de seus pais (Felipe & Bello, 2009).

No que concerne à homofobia, se faz relevante reconhecer que ela faz parte do cotidiano escolar e que ela não é apenas fenômeno eventual. Enquanto instituição, a escola com suas normas, rotinas, atividades engendra e enraíza concepções homofóbicas (Junqueira, 2009).

É importante reconhecer que a homofobia e o heterossexismo mesmo sendo um fenômeno que todos/as estão sujeitos não significa afirmar que eles afetam os sujeitos da mesma forma. Desse modo, mesmo a norma estando a regular a vida de todos/as os sujeitos e seus mecanismos de controle e vigilância poderem alcançar a qualquer sujeito, a homofobia tem seus alvos principais (Junqueira, 2012).

Junqueira (2012) ressalta a existência de múltiplas e plurais experiências de masculinidades e feminilidades. No entanto, o espaço escolar tem servido a um propósito de generificação das práticas, saberes e corpos e o quanto as fronteiras de gênero são binariamente demarcadas. E é a partir do processo de generificação que ocorre o processo de distinção, classificação e hierarquização.

Sobre o binarismo existente e seus desdobramentos, Tolentino e Silva (2012) afirmam que o processo de nomeação que se dá a partir dele – coisas de menino versus coisas de menina – acontece sustentado no constrangimento e na violência, pois o sujeito já submetido às nomeações não tem a possibilidade de decidir livremente acerca dos aspectos que tangem sua sexualidade.

Junqueira (2012) discorre que a homofobia e o heterossexismo têm ao seu dispor mecanismos de regulação, vigilância e normatização que são utilizados dentro do ambiente escolar (mas não somente nesses ambientes), a saber: as brincadeiras homofóbicas e heterossexistas. Elas são instrumentos por meio dos quais acontece o silenciamento, a dominação simbólica, normalização, condicionamento, marginalização, exclusão, bem como a objetivação heterorreguladora. Tais instrumentos constituem-se como pedagogia do insulto que se desdobra em tensionamentos de inviabilização e revelação que se configuram como sendo experiências do armário.

As brincadeiras/insultos estão dentro de um jogo que ora revelam ora escondem injúrias e ofensas que são instrumentos que marcam a consciência, perpassam o corpo e a memória da vítima e modelam pedagogicamente suas relações no mundo. O autor ainda afirma o quanto o insulto está circunscrito como ameaça a todos os sujeitos que de alguma maneira e em algum momento, porventura, falhe nas demonstrações de masculinidade que lhe são impostas constantemente.

Acerca da alusão ao objeto armário, Junqueira (2012) afirma que ele é um processo de ocultação de dissonância em relação ao padrão heterossexual, e que tal processo não somente direciona a vida de sujeitos que se relacionam com pares do mesmo sexo, mas também coloca esses indivíduos sob um regime de silenciamento, exclusão e segredo. Além disso, salienta o quanto a pedagogia do armário delimita as fronteiras da (hetero)normalidade – a qual todos os

sujeitos estão envolvidos e submetidos – bem como, atua como controladora de todo dispositivo da sexualidade.

Na escola, a pedagogia do insulto e do armário pode aparecer de maneira mais evidente. Docentes, funcionários e estudantes ‘não heterossexuais’ são comumente subjugados a uma condição de menos humanos e que por isso mereceriam receber toda fúria homofóbica de seus pares e superiores.

Junqueira (2009) elenca uma série de consequências que a homofobia tem relação no que diz respeito ao cotidiano escolar, a saber: reflete-se nas interações sociais entre estudantes e demais participantes do ambiente escolar; afeta o bem-estar subjetivo; dificulta o processo de aprendizado; gera insegurança, intimidação e falta de autoconfiança; produz segregação e exclusão; incide sobre o abandono e a evasão escolar.

Seffner (2013) se propôs a analisar as estruturas das políticas de inclusão no âmbito educacional e pôde perceber que elas têm três etapas: da nomeação, do reconhecimento e da inclusão. Geralmente, na execução de programas de inclusão nas escolas, percebe-se: um esforço para nomear (conceituar ou identificar o que é a homossexualidade, qual a sua origem, o que é ser lésbica, o que ser transexual etc.), uma série de estratégias para reconhecer (o que fazem, como são, quais as suas dificuldades, como se organizam e etc.) e os mecanismos de inclusão (aceitar, valorizar, respeitar, observar os direitos humanos, assegurar a permanência na escola, garantir o direito ao acesso a aprendizagem etc.). O autor problematiza que mesmo conduzidas por boas intenções as políticas de inclusão são perpassadas por mecanismos de localização, vigilância e controle.

Seffner (2013) discute que programas de combate à homofobia têm como uma das principais decorrências a promoção da visibilidade da identidade homossexual. Nesse sentido, promovem uma captura dos sujeitos em tal identidade. Dito de outra forma, podem restringir a pessoa a aspectos exclusivos de sua orientação sexual. Além disso, geram uma obrigação de

exposição e reitera o silenciamento da norma – no caso, a heterossexualidade. Conforme o autor, uma das estratégias da norma é não falar de si mesma, pois quem deve explicar-se e responder indagações é quem não se ‘alinha à norma’. Sendo assim, o sujeito torna-se cada vez mais reduzido ao aspecto que o afasta da norma – no fato, a sexualidade.

Ele ainda afirma que uma consequência palpável do delongado período de afirmação da política de identidades que vivemos no Brasil é que a diferença assumiu apenas um caráter de facilitadora na construção de uma nova identidade. Isso significa dizer que a afirmação de um homem que diz que gosta de homens, rapidamente serve para produzir uma identidade, que a partir da diferença é categorizada, recebe nome e qualidades e torna-se algo natural. Enquanto isso, a noção de que a identidade pertence ao âmbito relacional permanece em segundo plano, não sendo alvo de problematizações. Sendo assim, o jogo de poder que perpassa a relação entre norma, identidade e diferença permanece oculto. O que se tem é a colocação de holofotes sobre a nova identidade, seus aspectos, seus modos de ser e suas peculiaridades. Em consequência, o sujeito heterosexual não é visto como diferente, mas utiliza a diferença para definir o ‘outro’ a partir, e somente, de sua identidade, inviabilizando assim a discussão de todos no que diz respeito às possibilidades de posicionamento.

Junqueira (2009) ressalta que devemos abandonar o ingênuo pressuposto que toda educação produzida na escola é libertadora. Para o autor, a escola somente pode ser considerada como espaço estratégico de formação cidadã e transformação social se ela reconhecer o quanto ela é um lugar que fabrica tanto conhecimento quanto subjetividades e identidades e o quanto ela está comprometida com a reprodução de relações de poder opressivas, reitera valores e ideologias hegemônicas e perpetua clivagens sociais e processos acumulativos.

Consoante o autor, para caminhar em direção a uma escola que transforme o social é imprescindível a permanente reflexão de que o campo da educação, historicamente, é um

espaço de reprodução de desigualdades, normatizador e disciplinador para que assim possam ser criadas as bases para os questionamentos das lógicas tradicionais.

### 3. A FAMÍLIA COMO PRODUÇÃO SOCIAL

A compreensão acerca dos conceitos de família e sexualidade é social e historicamente engendrada, por esse motivo traz consigo os desdobramentos dos processos políticos, sociais e culturais. Jurado (2013) observa que a diversidade de arranjos familiares existentes na contemporaneidade tem como consequência amplo debate no que diz respeito a tarefa de conceituar o que é família.

A partir das discussões a respeito dos conceitos de família e sexualidade, a homossexualidade aparece como um tema que tem gerado o surgimento de tensões e novos discursos. É uma das problematizações mais recorrentes acarretada pela homossexualidade diz respeito ao conceito da família tradicional (Santos, Scorsolini-Comin & Santos, 2013).

Palma (2011) discute que ao pensarmos em família surge no imaginário coletivo, quase que automaticamente, a imagem de um homem, de uma mulher e dois filhos – de preferência um menino e uma menina – imagem que refere-se ao ideal de família burguesa ocidental que foi produzido ao longo de um processo histórico. Tal projeção automática é resultado de uma construção cultural que tem como grande disseminadora a mídia. A presença de tal modelo familiar era hegemônica: estava nos desenhos animados, nos livros infantis, nas músicas e nas novelas. Com um olhar mais minucioso, era possível perceber que nessa imagem automática de família havia um elemento a mais que dava os contornos às relações ali estabelecidas. Havia uma relação de poder, na qual o masculino submetia o feminino a um lugar de submissão.

Assim, a família tradicional é um modelo baseado no casamento monogâmico, com a presença de um homem e uma mulher, e com o objetivo de procriação. Tal modelo é o prevalecente na sociedade atual e ocupa um grande espaço no imaginário coletivo apesar de, com o passar dos anos, estar se tornando uma experiência minoritária (Santos *et a.l*, 2013).

Rodriguez e Gomes (2012) ainda salientam que, em se tratando dos diversos modos de ser família, há uma coexistência dos novos e velhos modelos, o que faz com que seja complexa a tarefa de definir e abstrair um sentido único para o que é ser família. Não se pode negar que a dificuldade em admitir integralmente os novos arranjos familiares está profundamente relacionada com o ideal da família tradicional que está no imaginário coletivo, pois essa é tida como norma.

Sobre o modelo de família tradicional, ou seja, da família nuclear (homem, mulher e filhos), Zambrano (2008) discute que ele é sustentado por uma realidade biológica baseada na reprodução em que são necessários o espermatozoide do homem e o óvulo da mulher. A partir dessa realidade, a família procriativa ganha status de verdade absoluta por estar em consonância com o biológico. E ainda mais, com esses elementos ela parece ser um fato que tem suas raízes a-históricas, universal e imutável durante o tempo.

No entanto, a autora elenca alguns pontos que contrapõe essa realidade biológica. Ela comenta que a família passa por variações de acordo com o momento histórico exemplificando que a composição da família na Grécia Antiga se diferencia da família medieval. Afirma ainda que as famílias se diferem de acordo com a localização espacial como, por exemplo, as famílias poligâmicas dos mórmons norte-americanos e as famílias de algumas tribos africanas. E ainda, variações em um mesmo local e época: na sociedade contemporânea ocidental famílias recompostas, monoparentais, adotivas e homoparentais (Zambrano, 2008).

Vilhena *et al* (2011) considera que a família pode ser entendida como uma instituição que pode servir tanto como espaço de aprisionamento quanto de abrigo; que pode ser tanto instrumento de reflexão crítica quanto de alienação. Além disso, fomenta que a família pode ser lugar de trocas afetivas ou ainda espaço de isolamento coletivo.

No que concerne ao conceito de família, Mello (2006) ressalta que essa é uma instituição social que resulta de um acordo entre diferentes atores políticos que decidem que tipos de conjugalidade e parentalidade vão merecer apoio e proteção do Estado e a legitimidade da sociedade.

A ideia da família nuclear data aproximadamente do século XVII. Anteriormente à constituição característica da família nuclear – pai, mãe e filhos – o que se considerava como família era um agrupamento de pessoas em uma mesma casa ligadas por laços sanguíneos, sem existir ainda o amor romântico. Era característica desse tipo de agrupamento a pouca importância dada à concepção de privado e infância (Palma, 2011).

Mello (2005b), ao discorrer sobre o entendimento de família, salienta seu caráter histórico e processual. O autor afirma que foi entre os séculos XV e XVIII que na Europa se desenvolveu uma nova maneira de sociabilidade familiar que teve como consequência o ‘sentimento de família’ (Aries, 1981 apud Mello, 2005b). Mello prossegue dizendo que tal fenômeno era exclusivo da aristocracia e da burguesia e que havia um novo entendimento sobre o casamento e a família que não mais se relacionava com o controle da concupiscência e nem a manutenção dos laços entre as linhagens. A família moderna passava então a ser espaço destinado à socialização amorosa das crianças. Nesse sentido, os cuidados e a educação das crianças ganharam destaque, sendo os pais os principais responsáveis por transmitir os valores, hábitos e tradições socialmente dominantes. Mello (2005b) denuncia o quanto as práticas e os valores da família moderna datada dos anos 1800 foram legitimados até recentemente como absolutos e universais, tanto em análises históricas quanto nos estudos referentes às sociedades contemporâneas.

Nesse mesmo sentido, Zambrano (2008) salienta que foi apenas no século XIX que a família passou a ser pensada em termos de ser local privilegiado da afetividade. Na Roma da Antiguidade, a família era concebida como um lugar que havia um chefe, o pater, e todos os

sujeitos pertencentes a ela estavam submissos a sua tutela e deviam ser obedientes: eram sua família. Nesse momento histórico, não havia a preocupação de que as crianças fossem filhos biológicos, pois ele era o chefe e não necessariamente o genitor.

Durante a Idade Média, pela influência da Igreja e do Direito Canônico, o que fundamentava a família não era mais a ideia de ter um chefe que regia o grupo familiar, mas sim o matrimônio, ou seja, a união entre duas pessoas. Nesse sentido, começou a associação entre a noção de vida conjugal com filiação, passando a importar cada vez mais os vínculos biológicos e afetivos responsáveis pela união dos indivíduos. No bojo das transformações sociais, a família foi ganhando status de ‘centro regulador social’, pois era o lugar onde se exercia o poder, o meio de controle político e econômico (Zambrano, 2008).

A família tem sua importância garantida pelo fato de ela ser considerada uma mediadora entre o Estado e o indivíduo, pois a família é o primeiro grupo educativo alvo do Estado para a formação de cidadãos e cidadãs. Nesse sentido, a família é tida como uma instituição em que cada membro deve assumir seu papel. Tal papel é construído e definido pelas tramas culturais que ditam performances de homens e mulheres perante a sociedade (Palma, 2011).

Em relação à realidade brasileira, a família patriarcal era dirigida pelo pai detentor do poder sobre seus dependentes, agregados e escravos, sobre a casa grande e a senzala. Com a transição do Brasil de monarquia para República, uma série de medidas foi sendo tomada para que o Rio de Janeiro se equiparasse às cidades europeias, o que teve como consequência um significativo rearranjo nas relações familiares. A mudança mais significativa foi a transformação do sentido do público e do privado (Palma, 2011).

Conforme o atual Código Civil brasileiro, uma entidade familiar se configura a partir da união estável ou matrimônio entre um homem e uma mulher, ou ainda como uma comunidade que tenha em sua formação qualquer um dos pais e seus descendentes. No

entanto, é preciso atentar-se para o caráter meramente exemplificativo do conceito de entidade familiar o que passa a incluir, desse modo, qualquer arranjo que esteja dentro dos quesitos de afetividade, estabilidade e ostensividade (Santos *et al* 2013).

No Brasil, a construção de uma noção de família mais flexível e igualitária teve início nas décadas de 1960 e 1970 que foi resultado de desdobramentos de mudanças no âmbito social, cultural e econômico. Dentre essas mudanças pode-se destacar a influência do movimento feminista, o surgimento da pílula anticoncepcional, o divórcio, bem como a entrada da mulher no mercado de trabalho. A partir das consequências dessas transformações sociais ocorreram também mudanças no ambiente doméstico, nos quais as famílias passaram a adotar discursos e práticas mais democráticos (Rodriguez & Gomes, 2012).

Na sociedade brasileira atual, a família se revela como um valor presente em toda sociedade por meio da existência de um código relacional que a institui, que se apoia em princípios de reciprocidade e hierarquia de acordo com posições de classe e de gênero. Dessa forma, o entendimento de família vai variar conforme a categoria social que se analisará. Por exemplo, nas camadas mais populares, a noção de família está apoiada na noção de reciprocidade, solidariedade e de obrigações entre os membros da família; nas camadas médias, aparecem valores mais individualistas e menos relacionados com a ideia da família nuclear; e nas famílias da elite o valor prevalente é o da linhagem e a uma instituição do exercício dos recursos entre os integrantes da parentela (Machin, 2016).

Apesar de a família nuclear, monogâmica, heterossexual, burguesa com finalidade procriativa ser a mais comum não significa que ela é o único tipo de arranjo familiar disponível na sociedade ocidental. Com a possibilidade do divórcio, houve uma ampliação dos modos de composição familiar, garantindo aos sujeitos a possibilidade de novos tipos de relação, como as famílias monoparentais, recompostas e as de acolhimento (Vilhena *et al*, 2011; Zambrano, 2008). E é nessas novas possibilidades que a família homoparental se

apresenta como um modelo alternativo no qual a formação de vínculos afetivos ocorre entre pessoas do mesmo sexo (Zambrano, 2008).

Palma (2011) salienta que não é possível chamar de novas as constituições familiares que se tornaram ‘novidade’ no século XXI, pois elas sempre existiram como, por exemplo, as famílias de gays e lésbicas. O caráter de novidade está relacionado com a transformação que tem passado nos últimos séculos a concepção da homossexualidade.

Nesse sentido, pode-se afirmar que com a ideia da homossexualidade enviesada por rótulos de doença e anormalidade muitos gays e lésbicas não se assumiam publicamente com medo de represálias e violências. Além disso, é possível afirmar que sempre houve a existência de famílias formadas por gays e lésbicas, no entanto, somente com a pluralidade dos discursos relativos à homossexualidade, que esses sujeitos puderam ir a busca de seus direitos e assim a constituição familiar de pessoas do mesmo sexo tornou-se mais visível (Palma, 2011).

Louro (2001) afirma que a homossexualidade assim como o sujeito homossexual são invenções do século XIX. Se as relações homossexuais tinham um status de sodomia – prática indesejável ou pecaminosa a qual qualquer sujeito estaria passível de sucumbir – a partir da metade do século XIX tal quadro mudaria: as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo passariam a caracterizar um tipo novo de sujeito que viria a ser reconhecido e marcado. Compreendido e reconhecido como desvio da norma, esse sujeito teria como condição de vida o segredo ou a segregação.

Com o surgimento e fortalecimento dos movimentos sociais feministas, gays, lésbicos muitos paradigmas foram sendo rompidos e questionamentos sobre a ordem social e familiar ganharam força. Com o advento de tais revoluções e discussões propostas pelos movimentos sociais, a família nuclear burguesa foi enfraquecendo como lugar de modelo e outras possibilidades de constituição familiar foram visibilizadas (Palma, 2011).

Mello (2005a) retoma que lésbicas e gays começam a ter um lugar mais efetivo na cena política ao longo do século XX - e no Brasil nos últimos 25 anos – e é a partir dessa entrada no cenário que tais sujeitos passam a questionar o caráter universal dos valores heterossexistas vigentes. São indivíduos que transpondão as fronteiras de classe, sexo, gênero, raça, etnia, religião, geração, ideologia e que carregam em seus pensamentos e atitudes, ainda que sem intenção e/ou consciência, o sinal - seja ele implícito ou explícito - do questionamento e transgressão, que provoca o abalo dos fundamentos da normatividade social por meio de suas experiências amorosas e sexuais.

Mello (2005b) corrobora nesse sentido quando afirma que a representação social da família tem se transformado profundamente no Brasil e no mundo como consequência das lutas de gays e lésbicas pela conquista da legitimidade de suas relações amorosas estáveis.

Mello (2006) ressalta que nas últimas décadas as transformações da família aconteceram em pelo menos três níveis: abolição de seu papel como unidade produtiva; enfraquecimento da estrutura de poder patriarcal, em decorrência da crescente individuação e autonomia das mulheres e jovens; e a separação entre sexualidade, conjugalidade e procriação. Além disso, Mello (2005b) aponta também que a generalização do divórcio, da monoparentalidade, da autonomização da sexualidade em relação com a conjugalidade e a reprodução, da possibilidade de não-coabitacão, das possibilidades de multiplicidade e simultaneidade de parceiros afetivos-sexuais, da transformação dos papéis de gênero, bem como a perda do caráter sagrado dos vínculos conjugais têm proporcionado uma intensa modificação nas representações sociais da família e casamento. No entanto, foi com a entrada dos homossexuais na arena política que o último pilar de sustentação das ideias de casamento, amor e família passou a ser questionado, a saber: o heterocentrismo compulsório, que nada mais é que a crença de que a família e o casamento são realidades sociais relacionadas quase que exclusivamente à vinculação entre um homem e uma mulher.

Atualmente, a sociedade contemporânea apresenta diversos tipos de composições familiares, alguns com aspectos mais tradicionais e outros mais inovadores, como, por exemplo, a família extensa e a monoparental. No entanto, o arranjo que provoca maior estranheza é aquele formado pelos sujeitos com diversidade sexual: homossexuais, travestis e transexuais. A família composta por tais sujeitos é nomeada de família homoparental (Zambrano, 2008).

O conceito de homoparentalidade é neologismo relativamente recente, datado de 1997, em Paris, que foi cunhado pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL) que elucida a situação na qual no mínimo um adulto declaradamente homossexual é (ou deseja ser) pai ou mãe de, pelo menos, uma criança (Zambrano, 2008).

O termo homoparentalidade tem sido empregado como uma estratégia política no sentido de evidenciar uma situação cada vez mais recorrente em nossa sociedade atual. O ato de nomeação de algo até então sem nome possibilita a existência discursiva, o que por sua vez engendra uma realidade na qual é possível o estudo e as problematizações (Zambrano, 2008).

Amazonas *et al* (2013) problematiza a terminologia usada para denominar as realidades afetivos-sexuais que se relacionam com sujeitos homossexuais. Em relação ao uso do termo homoparentalidade existe polêmicas que giram em torno de uma ‘especificidade’ no exercício da parentalidade marcado pela orientação sexual dos pais. Os autores chamam a atenção que escolher determinada denominação implica em carregar certas justificativas e concepções. A esse respeito, embora haja controvérsia em relação ao uso do conceito de homoparentalidade, por ele vincular o exercício da homoparentalidade com a orientação sexual, bem como poder gerar distorções por salientar diferenças entre o exercício da maternidade/parentalidade, ele é o mais utilizado entre os pesquisadores (as) no Brasil (Machin, 2016). Essa autora ainda destaca o quanto a questão da nomeação se faz importante

na medida em que ela revela classificações e definições parentais e ainda colocam o sujeito em determinadas redes de relações e categorias de pertencimento.

A nomeação homoparentalidade acaba por não abarcar a parentalidade exercida por travestis e transexuais. Isso devido ao fato de como foi pensado o conceito de homoparentalidade se referindo apenas à parentalidade exercida por sujeitos cujos desejos sexuais são dirigidos a pessoas do mesmo sexo, excluindo assim as pessoas com mudança de sexo (transexuais) e de gênero (travestis) (Zambrano, 2008). Vilhena *et al* (2011) também lança uma crítica em relação ao termo homoparentalidade no que diz respeito à lógica na qual ele está inserido, a saber: a lógica binária (heterossexual/homossexual).

### **3.1. A parentalidade no contexto homossexual**

A noção de parentalidade é relativamente nova datando da década de 1960 que foi quando a Psicanálise francesa passou a utilizá-la para referir-se ao processo de construção da relação entre pais e filhos (Zambrano, 2006). A partir da década de 1980, estudiosos (as) passaram a utilizar o termo parentalidade para designar o vínculo parentesco e os processos psicológicos que se desdobram deste. A criação desta nova terminologia se deu em função das transformações na concepção de infância, bem como no entendimento de como os papéis do casal parental interfere no desenvolvimento. O termo parentalidade distingue-se do termo paternidade por este estar associado ao modelo tradicional de família vinculado à biologia. Sendo assim, o conceito de parentalidade dá ênfase ao processo de construção psíquica e vincularidade (Rodriguez & Gomes, 2012).

Mello (2005b) aponta que as dificuldades de reconhecimento jurídico e social da dimensão familiar das uniões homossexuais estão diretamente relacionadas com a ideologia da complementaridade dos sexos e dos gêneros, tendo em vista que as competências relativas à parentalidade parecem ser exclusivas somente de casais heterossexuais. No tocante à

realidade brasileira, o autor afirma que é o não-reconhecimento das uniões estáveis de gays e lésbicas como família o principal impedimento de homossexuais no que diz respeito à socialização de crianças. O autor ainda afirma que no que diz respeito ao cerne da problemática do reconhecimento da legitimidade da conjugalidade homossexual está o embate entre uma concepção de mundo laica e outra religiosa. Além disso, complementa dizendo que as disputas entre os sujeitos sociais que carregam diferentes concepções de família acabam por desvelar embates ideológicos entre visões de mundo includentes e excludentes.

Ainda conforme Zambrano (2006), quatro elementos se fazem necessários para pensar os laços familiares de uma criança com um adulto: o vínculo biológico que tem a ver com origem genética e concepção; o parentesco que se refere à ligação estabelecida entre dois indivíduos com relação a uma genealogia e que está estritamente relacionado com o seu pertencimento a um grupo; a filiação que versa sobre o reconhecimento jurídico desse pertencimento que vai acontecer de acordo com as leis sociais contingentes; e a parentalidade que diz respeito ao exercício da função parental que nada mais é do que os cuidados com alimentação, vestuário, saúde e educação (Santos *et al.*, 2013).

Sustentado pelo conceito da parentalidade supõe-se que o vínculo parental está diretamente relacionado com a filiação psíquica, que não pressupõe a filiação biológica. A filiação psíquica nada mais é do que a realidade psíquica da relação engendrada pelos pais e filhos dentro da família, podendo ser tomada como vital, e sendo podendo ser vista no sentimento de pertencimento e descendência dos sujeitos dentro do grupo (Eiguer, 2010 apud Rodriguez & Gomes, 2012).

Saffioti (1987 como citado em Santos *et al.*, 2013) salienta que a função do pai deveria ser mais do que ser provedor. E ainda que a experiência de ser pai precisaria ser um espaço de reflexão e não somente um lugar no qual o homem pai exercesse um papel de provedor, mas sim daquele que vivencia momentos prazerosos como conviver e participar do processo de

desenvolvimento dos filhos. Ainda segundo a autora, isso possibilitaria ao homem pai repensar sua própria vida podendo levá-lo a uma transformação de sentidos (Santos *et al.*, 2013).

O modo como um homem se relaciona com seus filhos é cercado por fatores econômicos, culturais, sociais, étnicos e de gênero. Tais elementos combinados atestam o que é ser homem, qual seu lugar e função dentro de determinado contexto histórico. Tomando como ponto de partida tais elementos, a paternidade pode ser compreendida como função masculina, no sentido de estabelecimento de identidade, ou seja, se um homem é pai então de fato ele é homem. No entanto, é necessário salientar que essa concepção pode se tornar um atalho que conduz à ideia de que a paternidade confirmaria e afirmaria a masculinidade, pois essa introduz o homem ao mundo masculino adulto. Tal combinação tem por pano de fundo a noção dicotômica que associa homem à cultura e mulher à natureza (Santos *et al.*, 2013).

Machin (2016) denuncia o quanto a literatura acerca das famílias formadas por pessoas do mesmo sexo e seu projeto de parentalidade está marcada pelo silêncio, embora haja uma crescente emergência das configurações desse ‘novo’ tipo de família. A autora questiona também como têm sido pensados os projetos de parentalidade desses sujeitos e que modelos de famílias os sujeitos homossexuais buscam ter.

Amazonas *et al* (2013) problematizam o quanto a homoparentalidade pode ser compreendida como uma tentativa de adequação à norma heteronormativa por parte dos sujeitos homossexuais. Além disso, o quanto o desejo de se tornarem pais/mães poderia levar ao risco de uma invisibilidade social da homossexualidade, pois os sujeitos homo orientados ao conseguir uma parcela dos direitos que são concedidos a toda comunidade poderiam perder o seu caráter de ruptura e questionamentos aos modelos binários e heteronormativos dispostos na sociedade. Esses autores argumentam o quanto após o surgimento da Aids houve uma reorganização dos grupos homossexuais na busca da defesa dos direitos civis como, por

exemplo, casamento gay e parentalidade. O argumento seria que mesmo havendo uma subversão no relacionamento afetivo e sexual, pois se relacionam com pessoas do mesmo sexo, tal relação seria baseada em modelos heteronormativos.

Nesse mesmo sentido, Uziel (2008) afirma que a família, tradicional pilar da sociedade, passou a ser um desejo no imaginário dos sujeitos homossexuais. E lança mão de questionamentos que surgiram a partir da crescente vontade de pessoas do mesmo sexo em terem família: mudança nas pessoas, adequação a padrões que ditam a ‘normalidade’, conquista no direito de escolha, possibilidade de afirmar o desejo de ter um filho com aquele/aquela que ama. A autora aponta que não há respostas definitivas e corretas e que há entendimentos plurais.

Rodriguez e Gomes (2012) levantam a questão de que o desejo do homossexual em constituir família está ligado ao desejo de pertencimento, de estar dentro dos contornos de uma prática social que é aceita e valorizada. A construção de um novo tipo de família pelo homossexual estaria fortemente marcada pelo imaginário tradicional que agrupa e combina aspectos do novo e do velho no que diz respeito ao processo de funcionalidade da família. Bourdieu (1996 apud Rodriguez & Gomes, 2012) chama esse processo de ‘lucro simbólico da normalidade’, no qual existe uma pressão social para se submeter a uma norma familiar cujo ideal está vinculado a uma imagem universal, ahistórica e natural. Trazendo outro ponto para a discussão, Machin (2016) discute o quanto a decisão de casais de ter filhos está relacionada a um contexto social no qual a ideia de que uma família somente é ‘verdadeira’ com a presença de filhos. Na concepção dos operadores do direito, a adoção é um processo no qual procura-se uma família para a criança, enquanto que nas tecnologias de reprodução se procura um filho para o casal (Machin, 2016).

Santos *et al.* (2013), em seu trabalho de revisão da literatura científica acerca da homoparentalidade masculina, afirma que a produção nacional acerca da temática tem

aumentado nos últimos anos, mas ainda não tem expressividade se comparada a contextos internacionais. A maior produção acontece em países como os Estados Unidos, seguido pelo Reino Unido, Bélgica, Dinamarca, França e Canadá. Na revisão feita pelos autores de estudos sobre as famílias homoparentais, constatou-se que não há diferenças significativas entre as crianças criadas por homossexuais gays ou lésbicas ou ainda heterossexuais no que diz respeito ao desenvolvimento psicossocial. Revela-se que estão presentes os mesmos fatores de riscos que podem desencadear uma criança a apresentar problemas comportamentais tanto em famílias homoparentais quanto em heterossexuais.

Em relação ao modo como as pessoas homossexuais podem exercer a parentalidade são dispostos na literatura quatro modos, a saber: a primeira é pelos filhos oriundos de relações heterossexuais anteriores. Essa nova formação familiar será considerada recomposta cujo contexto será o homoparental. A segunda forma é a adoção legal ou informal. A adoção legal é a forma mais buscada por homossexuais, na maioria das vezes é feita de forma individual, pois existe o temor de que se o pedido for feito pelo casal exista a recusa porque assim ficaria explícita a homossexualidade. A terceira maneira é a utilização de novas tecnologias reprodutivas que possibilitam o nascimento de filhos biológicos. A quarta possibilidade é a exercida por meio da co-parentalidade, que se caracteriza pelos cuidados da criança a serem feitos por ambos de forma igualitária e conjunta, podendo haver a relação das outras maneiras de acesso citadas anteriormente.

Perelson (2006) discute que na contemporaneidade a sociedade tem notado novas formas de ser famílias - monoparental e principalmente a homoparental - e que tal fato não está somente relacionado com as práticas sociais no campo da família, mas que está intimamente ligado às inovadoras práticas médicas no campo da reprodução. A autora salienta que para compreendermos os diversos tipos de famílias é preciso entender que existe uma relação dialética entre as novas práticas médicas e as práticas sociais no campo da família, ou

seja, a uma intrínseca ligação entre a produção científica e a transformação social da reprodução e filiação.

Ela argumenta que se na década de 1960 a revolução sexual e a contracepção generalizada questionou o sexo com caráter apenas reprodutivo, na década de 1980 com o avanço nas tecnologias de reprodução houve a reinvindicação (e a realização) da reprodução fora do sexo. A autora ainda salienta o quanto as novas tecnologias reprodutivas ao separar sexo de reprodução, bem como reprodução de filiação tem um caráter questionador e transgressor no que diz respeito aos limites da biologia humana.

Perelson (2006) aponta que a ‘dúvida’ sobre a capacidade dos sujeitos homossexuais de exercer a parentalidade surge por haver um abalo prévio nas representações de maternidade e paternidade, provocado em certa medida pelas diversas técnicas de assistência médica à reprodução. A autora afirma que a partir da desarticulação entre sexo e reprodução, e ao promover a inserção de novos atores na parentalidade, bem como uma transformação no campo da reprodução a área da sexualidade se deparou com demandas atípicas que propiciaram base para alguns questionamentos de sujeitos homossexuais como, por exemplo, como e porquê a sociedade aceita e financia as demandas de casais heterossexuais estéreis e discriminam a demanda de casais homossexuais – fenomenologicamente estéreis, mas pais em potenciais.

Consoante com sua pesquisa, Machin (2016) ainda salienta que os casais gays na busca de um filho adotivo não preconizam a aproximação com o modelo biológico, que tem a ver com as tecnologias reprodutivas que oportunizariam a herança genética com algum dos pais. Os casais gays desse estudo consideram que a adoção é um ato social. No caso das lésbicas, existe a busca por uma criança recém-nascida, pois elas desejam se envolver no cuidado inicial das crianças quando essas ainda são bebês. O cuidado, no caso dos casais gays, ainda é tomado como algo relativamente problemático por haver a possibilidade de

depender do auxílio de cuidadoras o que poderia significar uma menor autonomia do casal. A autora comenta que a narrativa produzida pelos participantes em relação ao desejo de ter filhos, se destaca a noção de que a adoção é um projeto do casal que se relaciona com a experiência pessoal, bem como com o desejo da maternidade/paternidade. Além disso, a decisão de ter um filho se configura como sendo um grande passo para se tornar e ser reconhecida como família (Machin, 2016).

Medeiros (2006) salienta que nas famílias homoparentais há uma maior valorização do aspecto social do parentesco, pois as relações de parentesco se configuram não somente por vias da biologia, mas podem ocorrer principalmente a partir dos caminhos afetivos e relacionais. No que tange à diferença nas habilidades para cuidar de crianças e capacidade parental, não há sinal de existência entre pessoas heterossexuais e homossexuais (Zambrano, 2008). No que diz respeito à atenção e ao tempo passado juntos ou ainda em relação à qualidade das relações, não existem diferenças significativas entre pais/mães homossexuais e heterossexuais (Patterson, 1996; Stacey & Biblarz, 2001 como citado em Zambrano, 2008). A ausência de pais dos dois sexos parece ter nenhuma influência sobre o desenvolvimento da identidade sexual e o desenvolvimento psicológico geral de crianças (Flaks et al, 1995; Chan et al, 1998; Brewaeys et 1997; Kirkpatrick et al 1981; e Golomnok et al, 1997, como citado em Zambrano, 2008).

Essas pesquisas e outros diversos estudos bibliográficos e empíricos foram realizados em resposta e aguçados pelas provocações advindas do imaginário coletivo a partir de uma lógica heteronormativa e preconceituosa de que a parentalidade exercida por pessoas homossexuais causaria prejuízos ao desenvolvimento infantil.

Vilhena *et al* (2011) afirma que existem esses temores acerca da homoparentalidade e que eles são construídos socialmente. Além disso, afirma que no Brasil não é comum

pesquisas com crianças oriundas de famílias homoparentais, pelo fato dos estudiosos acreditarem que pesquisas deste tipo já pressupõe uma diferença o que reificaria estigmas.

Zambrano (2008) aponta que o elemento que ela denominou adulto de dois sexos – fazendo referência aquilo que a psicanálise chama de diferenciação sexual – é ausente nas famílias homoparentais formadas por homossexuais, mas está presente nas famílias transexuais e travestis. No entanto, a autora destaca que mesmo nas famílias formadas por casais homossexuais, o cuidado parental ainda é tomado pela lógica dicotômica dos gêneros, mesmo com a ausência de um deles, a referências aos dois sexos permanece no plano simbólico.

Nesse sentido, a autora afirma que os casais homossexuais relatam que a divisão das tarefas domésticas e cuidado dos filhos é feita de acordo com as preferências de cada um. Entretanto, ela notou que parece haver uma relação entre a parentalidade do pai legal ao prover, à transmissão do nome e patrimônio funções consideradas masculinas e o cuidar bem relacionado ao pai social, que representaria o feminino.

Não há como negar que a reivindicação dos direitos civis por parte de gays e lésbicas, no que concerne à conjugalidade e parentalidade, tem provocado o questionamento e subversão dos valores heterocêntricos do casamento e do parentesco, solicitando assim que sejam criados novos prismas e formas de compreensão das relações sociais que regulam a dependência entre seres humanos, baseadas em laços afetivos ou consanguíneos (Mello, 2006).

Amazonas *et al* (2013) convoca a necessidade de pensar a homoparentalidade para além de ser somente uma paternidade transgressora ou como repetição compulsória de um padrão, mas sim como mais uma forma de relacionamento parental. Rodriguez e Gomes (2012) salientam que diversas estudos(as) têm afirmado que a família homoparental está vivendo tempos de experimentação e construção de diversas formas de ser e relacionar-se na

sociedade, atravessando questões que vão desde as vivências de papéis e funções até como lidar com a influência da sociedade e das redes de apoio. E ainda observam que é preciso lançar mão de estratégias que viabilizem a construção de novos conhecimentos que visem entender a transformação contemporânea da parentalidade exercida no bojo dos novos arranjos familiares.

#### **4. A INFÂNCIA E OS LIVROS DE LITERATURA INFANTIL COMO CONSTRUÇÃO**

Este capítulo será dividido em duas sessões: a primeira parte tratará sobre a conceituação histórica da infância e da criança. A segunda parte versará sobre a literatura infantil como instrumento de produção e transformação de subjetividades.

Uma parte deste trabalho dedicada a discorrer sobre a infância se faz importante na medida em que nos debruçaremos na análise de livros que são produzidos para ela. Entendendo que tais livros são meios que formam e transformam identidades faz-se relevante discutir sobre qual infância estamos levando em consideração. Podemos adiantar que compreendemos a criança como sujeito ativo no processo de sua constituição. Além disso, a infância é fenômeno social que varia ao longo do tempo, bem como pode apresentar características distintas e contraditórias dentro de uma mesma sociedade dentro de um mesmo período histórico. Começaremos esta seção com uma discussão sobre a construção do conceito de infância e do lugar da criança na sociedade ao longo da história. Após essa localização histórica discutiremos as concepções de infância dominantes, na sociedade ocidental ao longo dos últimos séculos, e os seus desdobramentos.

Andrade (2010) alega que a infância, como campo instituído do saber, tem um caráter emergente e que é abordado de diversas maneiras e por distintos métodos e enfoques, o que produz múltiplas imagens sociais da infância. Ao longo da história, as concepções de infância foram sendo engendradas quase sempre a partir de uma perspectiva adultocêntrica, o que por sua vez tem como desdobramento tanto o esclarecimento quanto o ocultamento das realidades sociais e culturais da criança (Sarmento, 2007).

Ariès (1986) afirma que a infância é uma invenção da vida moderna que foi resultado das transformações na estrutura social. Conforme ele, a inexistência do sentimento de infância na Antiguidade é constatada a partir dos altos índices de mortalidade infantil, bem como a indiscernibilidade do estilo de vida de adultos e crianças manifestadas nas roupas, nos

brinquedos, na linguagem e nas situações do cotidiano. Tal indistinção entre criança e adulto revelava uma concepção de criança que não possuía nenhuma singularidade e não se separava do mundo adulto, o que representava que as crianças eram percebidas como adultos em miniatura. Conforme Andrade (2010), é a partir da obra de Ariès que é possível perceber que a infância é um conceito produzido na modernidade e que não pode ser analisado afastado da história da família e das relações de produção.

Foi a partir do século XVI que as crianças passaram a ocupar um novo lugar, pois adultos, mais especificamente as mulheres, começaram a dar maior atenção às crianças que foram sendo consideradas como fontes de distração e relaxamento. Até o século XVII, a vida em família era vivida publicamente, dito de outra forma, não havia privacidade de seus membros. As funções educativas dentro dos grupos familiares eram funções de todos os participantes e se efetivavam desde o processo de socialização até o ensino formal das crianças (Andrade, 2010).

A passagem de conhecimentos e a aprendizagens de valores e tradições eram efetivadas a partir da participação da criança no mundo do trabalho, nos jogos e em outros momentos do cotidiano da vida dos adultos. Nesse momento histórico, a criança era tida como criatura de Deus, dotados de pureza, inocência e bondade que precisavam ser corrigidas e vigiadas. Esse modo de perceber as crianças era influenciado por concepções advindas de pensamentos moralistas e da Igreja Católica.

No entanto, é a partir do século XVIII que lentas transformações passaram a ocorrer no interior das famílias, o que proporcionaram o surgimento do “sentimento de família” que tinha como uma das principais características o desejo e a necessidade de privacidade. Inaugurava-se o modelo da família burguesa, o qual iria trocar as amplas vivências sociais pelo desejo de intimidade, reduzindo, assim, as experiências comunitárias tradicionais.

Com a valorização da intimidade e da vida privada, a família moderna propõe o rearranjo das relações familiares. A criança passa ocupar um lugar central na configuração familiar, pois se antes era cuidada de forma difusa pela comunidade geral agora passava a ser responsabilidade exclusiva dos pais. Com o capitalismo e a propriedade privada, a criança passa a ser encargo dos pais, bem como dona e herdeira das riquezas, valores e misérias da família (Andrade, 2010).

Nesse período, a criança foi ganhando status social sendo considerada como um ser dependente, dotado de fragilidade e ignorância, que requisitaria treinamento para se tornar um bom cidadão, sendo a família a principal responsável pela sua socialização. A burguesia engendrou um novo sentido para o que era ser família, legitimou o modelo nuclear como hegemônico e produziu um novo ‘sentimento de infância’, alocando a criança num lugar distinto em relação ao adulto.

É também nesse período que, no Ocidente, se institui a ideia de infância e o estabelecimento da criança como um sujeito que tem necessidade de ser tratada diferente do adulto, concomitantemente com a premissa da vitória do individualismo e de suas prerrogativas de felicidade e emancipação.

Com o novo modo de produção, o capitalismo, a família passa a ocupar o lugar de principal responsável pelo cuidado da prole e por isso tem como maior função garantir a sobrevivência física, social e psicológica das crianças. Em decorrência dessa nova atenção dada à infância, um novo sentimento surgiu em relação a ela que não mais aquele de proteção, que instituirá a infância como objeto de estudo, instrução e escolarização (Andrade, 2010).

Ainda sob uma ótica histórica e para enfatizar a construção da infância como campo conceitual trazemos Barros (2009) que afirma que o conceito de infância passou a ter um caráter com estrutura social e psicológica a partir do século XVI. A invenção e o surgimento da prensa tipográfica no século XV contribuiu para o desenvolvimento do conceito de

infância do século seguinte. Tal fato se deu porque com a prensa tipográfica a idade adulta ganhou um novo lugar, pois inaugurava-se assim uma nova simbologia que era endereçada aos adultos. Com essa invenção, as crianças foram banidas do universo adulto, o que proporcionou a criação de um novo habitat, a saber: a infância.

A partir das transformações políticas, econômicas, culturais e sociais que aconteceram ao longo da efetivação do capitalismo como modo de produção vigente na sociedade, foram também sendo produzidas diferentes explicações acerca do fenômeno da infância, o que por sua vez gerou (e ainda gera) diversas maneiras de entender, se aproximar e intervir na vida das crianças.

Acerca das concepções dominantes de infância e de criança e as ideologias que a sustentam discutiremos a partir de Dahlberg *et al* (2003) o quanto cada concepção cria um projeto de criança e infância e como tal projeto influencia no modo pelo qual moldaremos nossas relações com as crianças.

Conforme Dahlberg *et al* (2003), a modernidade compreende tanto um momento histórico quanto um projeto e que teve sua expansão garantida a partir do desenvolvimento e estabelecimento das ideias iluministas no século XVIII. Nesse período histórico, a modernidade tornou-se uma espécie de projeto cultural, ou, ainda, uma maneira de vida socialmente consumada.

A modernidade buscava revelar a realidade sobre o homem e para isso ela procurava transcender o lugar, a cultura e a singularidade da experiência histórica retirando assim o sujeito de seu contexto. Como base de sustentação dessa busca pelo real havia a certeza de essências universais, de propriedades passíveis de conhecimento e mensuração que sustentariam um mundo atemporal, descontextualizado e com leis gerais.

A partir dos métodos e concepções da modernidade foram sendo engendradas algumas visões sobre a infância e a criança que estão disponíveis até hoje nas práticas e ações voltadas

para esse público. Acerca dessas visões de infância e criança, Dahlberg et al (2003) elencam e dispõem de modo didático as suas principais características.

A criança como reproduutora de conhecimento, identidade e cultura é concebida como iniciando a vida como sendo uma tábula rasa ou um vaso vazio e a implicação dessa concepção é forjar estratégias que a preparem para ficar apta a aprender e pronta para estar na escola na idade do ensino obrigatório. Essa visão alimenta a concepção que a primeira infância é o alicerce do progresso bem-sucedido do decorrer da vida, bem como sustenta que a infância é o início da fase que contempla a transposição da incompletude da infância para a maturidade da vida adulta.

No que diz respeito à perspectiva que comprehende a criança como um ser inocente carrega tanto o receio do desconhecido quanto uma forma de sentimentalismo, que nada mais é que uma visão utópica, na qual a infância é pensada como os anos dourados. Como desdobramento dessa visão, cria-se a necessidade de adultos protetores de crianças contra o mundo corrupto que as cerca.

O entendimento da criança como natureza lança mão da explicação de que ela possui uma essência com propriedades universais e capacidades intrínsecas, cujo desenvolvimento é algo inato – determinado biologicamente – que não acontece caso a criança tenha alguma anormalidade. A criança produzida por essa visão é mais natural do que social, fenômeno retirado do contexto, essencializado e normalizado (Dahlberg *et al* 2003). Reiteramos que o que essas três visões acerca da infância e da criança têm em comum é a sua relação com um projeto de indivíduo autônomo, unificado e centralizado preconizado pela modernidade.

Como um dispositivo advindo da maneira de pensar da modernidade e do Iluminismo, a psicologia do desenvolvimento exerce um papel importante na formação de um sistema de classificações e conceitos acerca da primeira infância. As concepções produzidas pela psicologia do desenvolvimento ajudaram na divulgação de uma ideia de desenvolvimento das

crianças como se fossem verdadeiros modelos da realidade, ou seja, como se eles representassem um mapa abstrato que corresponderia exatamente ao processo de desenvolvimento e formação das crianças. O olhar atento somente para os mapas abstratos faz com que haja uma descontextualização da criança, perdendo de vista suas experiências concretas, suas habilidades reais, suas teorias e sentimentos. O que tem como consequência é uma mensuração de até que ponto esta ou aquela criança se adequa tendo como referência os mapas utilizados.

Nesse mesmo sentido, Rezende, Ferreira e Araújo (2010) afirmam que a infância pensada a partir da perspectiva moderna ficou entendida como categoria que não se relaciona com o processo de construção do social, o que ocasiona a descrição de crianças como sendo tabulas rasas, adultos em miniaturas, seres simplesmente reprodutores da ordem social, bem como sujeitos que têm estágios de desenvolvimento que obedecem a uma lógica da biologia.

Dahlberg *et al* (2003) afirma que, desde o final do século XIX, o projeto da modernidade tem sido alvo de críticas e questionamentos, pois ele não consegue compreender e dar lugar à diversidade que envolve a complexidade e as contingências humanas e que a chamada perspectiva pós-moderna tem se tornado o desafio mais persistente que se apresenta à modernidade e ao Iluminismo e as suas concepções. O projeto da pós-modernidade valoriza, reconhece a incerteza, a complexidade, a diversidade, a não-linearidade, as múltiplas perspectivas e as particularidades temporais e espaciais.

Dahlberg *et al* (2003) discute que o projeto pós-moderno concebe a criança a partir de seus relacionamentos com outros sujeitos, levando em consideração as singularidades dos contextos no quais elas estão inseridas. Ainda conforme essa perspectiva, não existe ‘a criança’ ou ‘a infância’ como um fenômeno em si passível de ser descoberto. O que essa perspectiva propõe é que existem diversas crianças e diversas infâncias, cada uma engendrada a partir dos entendimentos disponíveis da infância e da criança.

A concepção pós-moderna proposta por Dahlberg *et al* (2003) considera a criança como co-construtora e se baseia na ideia de que as crianças são parte da família, mas que também são separadas dela, que possuem seus próprios interesses que por vezes não são similares aos dos pais ou de outros adultos. A criança ainda é entendida como tendo um lugar reconhecido e independente na sociedade, possuindo seus próprios direitos. Sendo assim, a infância não é mais concebida como um estágio preparatório ou à parte, mas como fazendo parte da estrutura da sociedade.

Além disso, compreender a criança como co-construtora da cultura, do conhecimento e da identidade implica afirmar que a infância é uma construção social, produzida pela e para as crianças, em uma teia ativa de relações sociais. E por ser uma construção social, a infância é sempre analisada a partir de um contexto que leva em consideração o tempo, o local, a cultura e que varia de acordo com a classe, gênero e outras condições socioeconômicas. Por fim, as crianças são atores sociais, pois participam da construção e determinação da própria vida, bem como da vida daqueles que as cercam e das sociedades em que vivem.

Essa última concepção que percebe a criança como co-construtora tem se fortalecido a partir de vários estudos advindos de perspectivas construcionistas e pós-modernas na filosofia, sociologia e na psicologia, bem como do questionamento das proposições da psicologia do desenvolvimento.

Concordamos com Kramer (2007) ao dizer que o próprio conceito de infância passa e passou por transformações ao longo da história e o quanto ele pode variar de acordo com a classe social e a ideologia que o sustenta. É importante salientar que o modo como concebemos a infância tem uma implicação direta nos modos como direcionamos as nossas ações às crianças. Sendo assim, é preciso ter clareza de que a maneira como interagimos com as crianças está intrinsecamente relacionada com o modo que compreendemos o fenômeno da infância.

Loponte (2008) propõe a infância como sendo algo da ordem do fraturado, fragmentado e descontinuo e cita Larrosa (2001) para completar seu entendimento de infância como acontecimento que não cabe em qualquer integração ou identidade; ou ainda que não possa ser prevista e que pode ser caracterizada como algo ininterrupto, novo, surpreendente. A autora ainda salienta que uma infância entendida a partir de uma perspectiva que a considera como um acontecimento não é passível de discursos e práticas de prescrição e controle aprisionadas em uma linha de tempo linear e progressiva.

Kohan (2003) problematiza a concepção de infância derivada dos achados da psicologia do desenvolvimento e bem propagada na educação que costuma considerar a infância associada à primeira idade. Como consequência dessa concepção de infância compreendemos o ser humano por meio de uma travessia de etapas, fases e/ou estágios. E o processo de travessia vem acompanhado de uma ideologia de progresso. Em tal travessia, a infância corresponderia ao primeiro degrau. Este primeira etapa tem a ver com um ser em potência – e não em ato – ou seja, daquilo que pode vir a ser, mas que ainda não o é. Nesse sentido, as crianças são potenciais cidadãos, potenciais seres éticos. As crianças são, assim, pura potência. Como exemplificação dessa concepção de infância temos a eventual pergunta que se coloca para crianças tanto no contexto escolar quanto em outros, a saber: ‘o que vai ser quando crescer?’. Tal questionamento revela uma relação com a infância: o ‘vai ser’ diz respeito à potencialidade – do que pode vir a ser - e denota uma ausência, pois revela algo que ainda não é no presente. Sendo assim, essas são formas de negar a infância, pois afirma o seu caráter de potência, bem como a ausência do ser em ato. Kohan (2003) propõe, uma concepção de infância em que ela é pensada a partir dos termos que ela é e não mais no que ela pode ser ou não é. Nesse sentido, essa visão de infância é apoiada na afirmação, na figura do novo, espaço de liberdade.

Tanto a conceituação proposta por Loponte (2008) quanto a de Kohan (2003) parecem problematizar as questões relativas à criança e à infância por um viés mais filosófico e poético, o que supõe uma maior liberdade em poder pensar os aspectos relacionados a esses fenômenos, o que por sua vez dá a impressão de uma maior abrangência em relação aos desdobramentos desses conceitos.

Com base na discussão realizada nos parágrafos anteriores a respeito das diferentes concepções de infância, seus desdobramentos e embasamentos, nos posicionaremos acerca de qual criança e infância estamos levando em consideração ao realizar essa pesquisa. Utilizaremos as proposições da pós-modernidade, pois compreendemos a criança como sujeito ativo, o que significa dizer que ela atua no processo de construção da sua subjetividade e singularização enquanto sujeito. Ainda entendemos a criança a partir de um prisma que a considera como co-construtora no sentido de que é por meio da participação nas relações sociais, dentro de contextos socioculturais, que elas dão significados para as suas vivências. No que diz respeito a visão de infância que preconizamos nesta pesquisa, ela se fundamenta também nos pressupostos pós-modernos que a consideram como um conceito advindo de uma construção social, o que significa dizer que ela é produzido e por ter esse caráter é passível de transformação, bem como precisa ser analisada a partir das contingências sócias, econômicas e culturais que lhe dão contorno.

Como mencionado no início deste capítulo abordaremos não somente a construção da noção de infância e criança, mas também discorreremos acerca da literatura infantil e suas obras no processo de formação e constituição do sujeito. Para tal, acreditamos ser relevante a contextualização da literatura infantil como campo de investigação científica ao longo da história. Escolhemos trazer a discussão sobre a literatura infantil próxima a de infância e criança pelo fato de a primeira ter suas fronteiras delimitadas a partir do estabelecimento de uma estrutura mais palpável do conceito de infância e criança. Sendo assim, há uma grande

intercessão na afirmação dessas disciplinas como campos do saber. Para este trabalho ainda se justifica a discussão de literatura infantil entendendo que os livros que serão analisados são instrumentos que podem produzir ‘novas crianças’, ou seja, novos sujeitos.

Concordamos com Louro (2008) quando ela diz que múltiplas instâncias – como as novelas, as revistas, a internet, os sites de relacionamentos, as músicas populares e a cultura de consumo de uma forma geral - quase sempre possuem proposições e delineamentos contraditórios e nem todos têm o mesmo poder de influência, mas todos eles têm em comum um caráter de pedagogia cultural no sentido de ser formador de modos de ser.

Felipe e Ferreira (2011) afirmam que a literatura infantil ganha seu lugar dentro dos gêneros literários a partir do século XVII. Desde o seu surgimento, esse tipo específico de literatura teve como proposta divulgar e reiterar os valores da burguesia. Foi somente no século XVIII que a literatura infantil passou a cumprir o papel que faz atualmente de poder representar as diversas camadas sociais. Ainda acerca dos primórdios da literatura infantil, Kirchof *et al* (2013) afirmam que ela teve seu início no século XVIII e que concebia a criança como um recipiente de inocência, candura, inocência e como fonte de distração e alegria para os adultos, bem como sujeitos que deveriam ser disciplinados e educados. E por tal comprometimento com essa concepção de infância, a maioria das obras endereçadas às crianças advindas do século XVIII até o século XIX carregavam a presença forte de um caráter pedagógico e didático, que tinham como objetivo pulverizar determinados valores morais. Nesse sentido, a literatura infantil emerge e tem seus delineamentos influenciados por campos diversos e interrelacionados, como os novos valores de família e uma crescente ‘definição’ de infância.

Acreditamos que é importante refletir que as representações sociais divulgadas pela literatura infantil daquela época provavelmente não eram realizadas de uma posição neutra e

que tais representações eram feitas a partir de um referencial que versava sobre uma hierarquia social (Felipe & Ferreira 2011).

A partir do século XX há uma intensificação do olhar voltado para a criança por diversas áreas do conhecimento. Apesar do entendimento da infância ser produto de uma construção histórica, foi no século XX que a infância ganhou status de área de conhecimento que merecia intensos investimentos de diversas disciplinas. A partir de tais contornos, engendrou-se a produção de políticas de proteção e amparo, bem como o surgimento de uma intensa produção cultural.

Silveira (1997) aponta que desde que a produção de livros ficcionais para crianças se ampliou quantitativamente houve também um aumento significativo da reflexão acerca da mesma. Reflexão que ora versa sobre aspectos mais gerais do gênero literário, ora versa sobre a análise de obras específicas.

A autora comenta que muitas análises se propõem a denunciar a disparidade desse gênero literário que, ao longo da história, serviu mais como um instrumento pedagogizador do que como de fato literário. O caráter pedagógico que a literatura infantil assumiu tem relação com a consolidação da noção de infância que de alguma forma necessitava da instrução e intervenção de um adulto, que geralmente aparece nos livros como alguém que detém o saber ou tem a intenção de formar as crianças. Desse modo, um discurso utilitário-pedagógico marcou (e ainda marca) a literatura infantil.

Silveira (1997) comenta que em meados dos anos de 1970 houve uma guinada no modo como estas obras eram pensadas, no sentido de que os autores passaram a romper cada vez mais com padrões conservadores e moralistas – que se relacionavam com a adequação das crianças aos padrões sociais vigentes – para a produção de livros que versavam com temáticas que se ligavam a educação como, por exemplo, a valorização da criatividade, da independência e da emoção infantil.

A autora salienta que mesmo com o rompimento com padrões tradicionais moralistas, a literatura com seu caráter de produção cultural carrega em suas obras representações tanto de sociedade quanto de criança, de comportamentos, de escola, classe e gênero que podem ser vistos por meio dos enredos, dos personagens, das soluções e das caracterizações ficcionais.

A partir desse rompimento com padrões tradicionais é possível perceber o que Silveira e Kaercher (2013) problematizam quando afirmam o quanto a literatura para crianças esteve relacionada com fins de cunho formativo e pedagógico ao longo do tempo, e que recentemente tem se aproximado de temas que emergem das atuais conjunturas sociais. Nesse sentido, somente nas últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI que a literatura infantil tem tratado de temas como preconceitos contra diferentes, desigualdades sociais, separação dos pais, problemas familiares entre outros. Embora, o preconceito contra alguns diferentes já circula com mais facilidade entre tais livros – índios, negros, velhos e deficientes – outros tipos de diferentes como, por exemplo, os homossexuais somente atualmente têm estado entre os temas abordados pela literatura para crianças. E vale salientar que a presença da temática homossexual é bastante rara.

Silveira (sem ano) enfatiza que mesmo as obras em literatura infantil que não pretendam alguma ação pedagogizante possuem uma ideologia demonstrada na forma como são escolhidos os personagens, suas características, seus conflitos, comportamentos e atitudes. Mesmo que a renovação da literatura infanto-juvenil dos últimos anos tenha se proposto a se afastar do modo como as obras eram produzidas – explicitamente tinham um cunho pedagógico e moralista – ainda sim elas são produtos culturais, o que significa dizer que elas são engendradas dentro de contextos específicos em que um certo tipo de referência é tomada e consequentemente uma(s) verdade é produzida.

Kirchof *et al* (2013) apontam que recentemente os livros para as crianças têm sido perpassados pelo viés do ‘politicamente correto’, o que significa dizer que as obras destinadas

às crianças têm servido como veículo para circulação de informações, para o enraizamento de regras morais e de prescrições de como agir frente a esta ou aquela diferença - o que tem se configurado como a nova roupagem da ligação entre um caráter pedagógico e moralista e a literatura infantil.

Silveira (1997) ainda salienta que o objeto ‘livro infantil’ fazendo parte de uma lógica capitalista na qual ele torna-se mercadoria a ser comercializada, frequentemente se relaciona com o que as editoras costumam chamar de interesses de compras dos clientes, ou ainda, interesse de compra dos que compram para os clientes, tendo em vista que os livros infantis, geralmente, são comprados por mães, pais e professores.

Acerca do caráter de pedagogia cultural, de produto cultural que alguns autores/as vão tecendo acerca das obras da literatura infantil pegamos emprestado a discussão realizada por Filha (2010) que propõe que olhemos para os livros como um artefato pedagógico e cultural. Nesse sentido, os livros como artefato cumprem um papel que produz certos significados, ensinam algumas condutas e podem assim revelar-se como instrumentos para instituir e indicar modos de menino, menina, homens e mulheres, a forma ‘adequada’ de se vivenciar a sexualidade, feminilidade e masculinidade. Tal autora faz esse debate quando vai problematizar e pesquisar os livros para a infância – que são um tipo de livro que tem uma intenção explícita de educar as crianças.

Filha (2014) ainda discute que existe uma preocupação entre estudiosos/as acerca de que se esses livros sobre gênero, sexualidade, diversidade/diferença seriam ou não considerados literatura. Ela argumenta que alguns pesquisadores/as da área sugerem a separação entre o que seria literatura, ou seja, livros que não tenham pretensão educativa explícita, e livros categorizados como didáticos e paradidáticos cuja finalidade educativa estivesse clara. A autora chama a atenção para o fato de que mesmo que não haja uma intenção explícita de educar sobre algum tema específico os livros para crianças de certa

maneira educam. Concordamos com a autora no que diz respeito à ação educadora dos livros sejam eles considerados como literatura infantil ou não, mas aqui não os chamaremos de livros para a infância.

Ramos (2008) discute a ideia de que os livros de literatura infantil são instrumentos de constituição de poder sobre as crianças, sendo um meio pelo qual é veiculada uma cultura – a dos adultos – que objetiva a constituição do sujeito infantil. A autora ainda salienta que o livro pode ser, muitas vezes, o mediador entre a criança e a cultura, sendo que por meio da leitura a criança passa a compreender o mundo a partir dos parâmetros do adulto.

Outro aspecto que merece destaque é a compreensão dos livros como artefatos culturais que propagam pedagogias significa analisá-los de forma integral, levando em conta as ilustrações e os textos para poder assim questionar conceitos e promover a autorreflexão dos leitores e leitoras (Filha, s/d).

A literatura pode ser considerada como um importante artefato cultural que produz identidades de gênero. É comum encontrar em obras literárias uma representação bastante desigual e diferente para mulheres e para homens. Seguindo uma lógica binária dos gêneros, a literatura para crianças comumente reserva aos homens um lugar daquele que age no mundo enquanto a mulher cabe um lugar de passividade (Arguello, 2005).

Ainda sobre o entendimento das obras de literatura infantil serem pensadas como artefatos culturais e por isso instrumentos de constituição de subjetividades, Arguello (2007) também salienta o quanto os livros, como artefatos culturais, podem servir ao propósito de questionar os mecanismos sutis utilizados pela cultura na produção e legitimação de masculinidades e feminilidades, bem como servem para problematizar as relações de poder existentes entre homens e mulheres. Essa autora ainda aponta que ao colocar as crianças em contato com histórias que tenham temáticas relacionadas ao gênero é possível que não haja

uma transformação nos comportamentos delas, mas que no mínimo será ofertada a possibilidade de reflexão.

Pires (2009) ainda salienta que entender as obras literárias como artefatos culturais é compreender que além de legitimadoras de identidades de gêneros elas ainda garantem uma relação de poder existente entre leitores/as e escritores/as de tais textos, estabelecendo assim um circuito produtor e reproduutor de modos de ser homem/mulher como ideais. A partir dessa compreensão, uma obra de literatura infantil pode ser passível de análise nas seguintes instâncias: estabelecimento de relações sociais e subsequentemente relações de poder; instrumento de significação de práticas sociais, bem como instrumento balizador na produção de identidades de gênero.

A literatura é um dos instrumentos sociais pelos quais os sujeitos são atravessados. E, ao mesmo passo que é discurso também é criatura do discurso, exercendo assim uma função de reguladora de certos discursos sociais, bem como sendo regida pelos discursos hegemônicos. Por ser um veículo da linguagem, a literatura também atua na construção de identidades, pois por meio dela também se produzem sentidos e significados permeados pelas relações de poder existentes na sociedade; provocando dessa maneira a alocação dos sujeitos em diferentes e desiguais lugares sociais (Arguello, 2005).

Daros (2013) ressalta a relevância da acessibilidade das crianças a uma literatura infantil que seja atravessada por um discurso que não seja binário e regido pela lógica não-sexista o que geralmente acontece com os livros para tal público. Tal fato tem como consequência a construção e manutenção do status de certas identidades e de determinadas maneiras de enxergar o mundo e as relações de poder nele vigentes.

Essa autora ainda propõe que com a leitura de obras literárias que abordem a temática de maneira não sexista e binária será possível a discussão das desigualdades de gêneros, os marcadores de gêneros, identidade de gênero que levarão a problematização das verdades

estabelecidas que conduzem a educação das crianças e além disso, proporcionará o fomento da discussão de uma educação que inclua a diversidade como sendo parte constituinte de uma sociedade plural.

Após a apresentação e discussão a respeito da literatura infantil e suas diferentes nuances ao longo da história, nos posicionaremos ancorados na concepção de que os livros, mesmo sem intenção explícita, carregam em si representações de sujeitos, de sociedades, ou seja, apresentam uma concepção de mundo sustentado por uma ideologia. Levando em consideração esses fatores que envolvem a literatura infantil e suas produções esperamos contribuir para a problematização e questionamento dos comprometimentos ideológicos com quais os livros que aqui serão analisados estão vinculados. Ao fazermos tais apontamentos pretendemos desvelar o projeto de sujeito e sociedade com os quais eles estão relacionados, pois assim saberemos se eles compactuam com um projeto sustentado por ideais de igualdade, respeito e diversidade ou se escoram em concepções normatizadoras, hierárquicas e marginalizadores ou ainda em noções silenciadoras.

## 5. LANÇANDO UM OLHAR SOBRE FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS DE TRÊS LIVROS DE LITERATURA INFANTIL

Apresentamos nesse capítulo as análises de três livros de literatura infantil que têm como característica comum o fato de seu enredo ter a presença de famílias formadas por pais homossexuais. As análises estarão dispostas da seguinte maneira: Olívia tem dois papais, Tenho dois papais e Meus dois pais.

Apesar de terem alguns aspectos comuns como, por exemplo, o fato de se tratarem de livros sobre famílias com pais gays alguns aspectos se destacam nas estórias. Em Olívia tem dois papais o enredo é analisado a partir dos conceitos de família homoparental e masculinidade; no que diz respeito a Tenho dois papais a análise se dá por meio da problematização da presença de aspectos (hetero)normativos no enredo; e Meus dois pais a análise se dá a partir do conceito de silenciamento e da homofobia. Salientamos que as análises, por vezes, encontram pontos de sobreposição pelo fato de se tratarem de enredos que são atravessados por dilemas comuns (mesmo os abordando de maneiras diferentes) como, por exemplo, a heteronormatividade, o questionamento das normas de gênero e a homofobia, entretanto prezamos por evidenciar em cada análise os conceitos que mais nos chamaram a atenção. A opção por considerar cada livro utilizando alguns conceitos se deu também pelo fato de tentarmos contemplar todo o livro, pois poderíamos, por exemplo, ter elencado trechos dos três livros e analisar como o conceito de homofobia, heteronormatividade e outros eram representados em cada enredo. Além disso, a decisão de analisar cada livro a partir de determinados conceitos tem como razão o fato de evitar a repetição de temáticas, tendo em vista, como já foi mencionada, a equivalência dos assuntos.

Os conceitos que serviram de balizadores das discussões realizadas nas análises foram escolhidos mediante as reflexões e problematizações (como, por exemplo, a importância da representatividade das famílias homoparentais) dos pesquisadores deste trabalho ao se

lançarem na leitura dos conteúdos de cada enredo, o que significa dizer que tais livros devem e poderão ser olhados a partir de diversos prismas e perspectivas o que por sua vez gerará novas reflexões.

### **5.1. Olívia tem dois papais: reposicionando os conceitos de família e masculinidade**

A análise a seguir versa sobre como o conceito de família homoparental pode ser discutido a partir do enredo, bem como aparecem e podem ser vivenciadas as performances de gênero, mais especificamente as masculinidades, dentro de uma família com pais gays.

O livro *Olívia tem dois papais*, da escritora Márcia Leite lançado no ano de 2010, conta a estória do que parece ser um dia comum de uma garotinha filha de dois pais. O caráter rotineiro se dá pelo fato de que a narrativa acontece a partir de situações que, geralmente, parecem compor o cotidiano de algumas crianças como, por exemplo, brincadeiras e diálogos interrogativos com pessoas que compõe sua família. O que também revela o aspecto comum é o modo como os personagens vão interagindo e quando eles vão fazendo isso, pois grande parte do enredo acontece quando os pais estão envolvidos em seus respectivos trabalhos e a garota no seu brincar.

A obra da literatura infantil, logo no seu título, já propõe uma discussão acerca do conceito de família. Na sociedade ocidental contemporânea a família tem sido tomada como a mais natural das instituições, pois é a partir dela que os sujeitos são organizados e recebem os valores mais importantes da cultura (Zambrano, 2006). Conjugada com o ideal de naturalidade vem o aspecto de universalidade. No entanto, conforme a autora os estudiosos da área da antropologia afirmam que a instituição familiar é encontrada em quase todas as sociedades, entretanto o modo como elas se configuram são diversos, o que leva ao entendimento que a ideia de universalidade vai estar relacionada com o modo como for definida (Zambrano, 2006).

O modelo de família mais encontrado na sociedade ocidental é o da família nuclear composta pelo pai, mãe e filhos. Tal modelo nuclear se sustenta pela afirmação da biologia na qual se assegura que é necessário um homem e uma mulher para a procriação. Por estar subsidiada pelas noções biológicas, a família nuclear ganha socialmente o status de única possibilidade (Zambrano, 2006). Além disso, não se pode negar que o conceito de família sustentado pela biologia encontra apoio no ideal cristão que tem a ver com a premissa de que Deus criou o homem e a mulher para procriação e povoação da Terra (Torres, 2010). Nesse sentido, o título da obra analisada provoca a desestabilização do conceito de família nuclear formada por sujeitos heterossexuais, pois a garotinha Olívia está inserida em uma família que é composta por dois sujeitos do mesmo sexo, os seus pais Luís e Raul. Além disso, o livro também passa a difundir outro tipo de família em detrimento daquela que é a mais difundida como válida socialmente. Com tal difusão abre-se espaço para o questionamento de aspectos naturalizados e naturalizadores.

Logo nas primeiras páginas do livro, uma ilustração na qual os personagens estão reunidos numa espécie de expectativa para uma foto onde alguns personagens estão sentados e outros estão em pé atrás desses últimos. A ilustração é composta por oito personagens que tem diferentes idades, o que pode ser percebido pela roupa utilizada e pela cor do cabelo de alguns deles (alguns apresentam cabelos grisalhos, outros cabelos crespos e outros ainda calvos). Os personagens estão dispostos em um abraço que os une com expressões bem sorridentes e descontraídas, o que dá a impressão de estarem compartilhando um momento alegre. Compõe também a foto dois animais, um cachorro e um gato, que estão no colo de dois componentes da foto. Percebe-se uma diferente configuração de família, na qual estão presentes mais pessoas do que as preconizadas pela família nuclear (pai, mãe e filhos). Por meio da ilustração, não se pode *a priori* inferir que haja ou não laços estabelecidos por consanguinidade, mas o que leva essa ilustração ser alvo do olhar mais atencioso é o fato de

ela difundir a possibilidade de uma nova configuração familiar. Tal configuração também questiona o molde preconizado pelo modelo nuclear.

Vilhena *et al* (2011) lançam provocações acerca do conceito de família nuclear afirmando que essa instituição pode ser pensada tanto como prisão ou lugar de abrigo, um espaço onde há fomento de trocas ou de isolamento coletivo, um dispositivo de mudanças ou um agente de alienação. Nesse mesmo sentido, salientam que a família pode ser concebida a partir de diferentes prismas: como unidade doméstica que assegura minimamente as condições necessárias à sobrevivência, como instituição que serve de referência e ponto de segurança, como formadora que promove e contesta determinados valores, como laços de parentesco, como um grupo de afinidades e de inumeráveis formas. Concordamos com os autores acerca de que a família pode ser espaço de vivências múltiplas e que como instituição ela carrega a possibilidade da experiência da contradição e de paradoxos.

Após discorremos acerca do conceito tradicional de família e de como ele pode ser questionado a partir dessa primeira imagem do livro aqui analisado, passaremos a tratar de outro tipo de família que tem ganhado espaço nos debates acadêmicos nos últimos anos e que é o abordado na estória de Olívia tem dois papais, a saber: a família homoparental.

O conceito de homoparentalidade é relativamente novo, sendo cunhado no ano 1997 pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas, de Paris, tendo como definição o sujeito adulto que se reconhece como homossexual que é ou tem a intenção de ser pai ou mãe de uma criança (Zambrano, 2006). Grossi (2003) afirma que essa temática é de vital importância política na apropriação da cidadania daqueles que se reconhecem como sendo sujeitos homossexuais. Entendendo que a invenção e divulgação de um conceito cria uma realidade discursiva e por isso um fenômeno “passa a ser olhado”. Acreditamos que as famílias homoparentais não se originam somente a partir do ano que o conceito foi cunhado,

mas que esse tipo específico de família, por razão do preconceito e perseguição, viveu na clandestinidade.

Deteremos nos agora ao modo como Olívia se dirige aos seus pais. Tanto ao se referir ao pai Raul quanto ao pai Luís a garota os chama de ‘papai’. Nos diferentes momentos em que ela está na presença de um ou do outro, a menina se dirige a eles de modo igual. No desenrolar da estória, parece não haver uma diferenciação por parte da personagem na figura dos pais, no sentido de um desempenhar um papel mais importante do que o outro, pois ambos parecem ter igual importância. Tal aspecto vai se revelando com a busca da garota por ambos para brincar e fazer questionamentos semelhantes acerca da infância deles. O fato da garotinha se endereçar aos dois pais de maneira equivalente provoca a desestabilização de aspectos naturalizados em relação a relações de poder que se desdobram na criação dentro da família de lugares com status hierárquicos; além disso, a relação de Olívia com seus dois pais inaugura um novo tipo de enlaçamento familiar.

Zambrano (2006) traz a discussão de que o vínculo que associa uma criança a um adulto pode ser relacionado a quatro elementos que nem sempre são concomitantes, a saber: o vínculo biológico, que tem a ver com a concepção e origem genética; o parentesco, que se relaciona com o fator que une dois sujeitos em relação a uma genealogia, garantindo assim seu pertencimento a um grupo; a filiação, que está relacionada com um reconhecimento jurídico que pode variar de acordo com as leis que regem o grupo em questão; e a parentalidade, que se estabelece à medida que há os cuidados que se relacionam à alimentação, vestuário, educação e saúde, ou seja, o exercício da função parental que ocorre na vivência do cotidiano em torno da relação de parentesco. Tais elementos podem ser combinados de diferentes maneiras entre si e tal variação vai acontecer a partir da importância que cada grupo social vai atribuir aos elementos.

Nesse sentido, podemos compreender que pelo fato de haver diferentes formas de exercício dos papéis sociais parentais a noção de parentalidade não é correspondente a de parentesco e filiação, pois a parentalidade pode ser exercida por uma pessoa que não tenha um vínculo legal ou de consanguinidade (Zambrano, 2006). Sendo assim, apesar de o livro contar a sua estória sem enfatizar como a criança foi inserida na família e por isso não se sabe se um dos pais é o pai biológico de Olivia, o que queremos apontar é o fato de o livro enfatizar que os personagens estabelecem relações de parentalidade sem haver necessariamente o conhecimento da existência de relações de sangue.

O apontamento que fizemos referente ao modo igual que Olívia se direciona aos dois pais se contrapõe a um achado na pesquisa realizada por Paiva e Rodriguez (2009) no qual as autoras perceberam que, em alguns casos, a criança se dirige e considera a mãe biológica com sendo a figura de autoridade em relação à parceira da mãe. Nesse caso, é importante salientar que a presença da criança nessa família homoparental pesquisada por Paiva e Rodriguez (2009) se deu pela forma do que alguns autores chamam de “família reconstituída” em que a criança é filho/a biológico/a de um relacionamento heterossexual anterior à relação homossexual.

Outro fator que merece atenção é o modo como as performances de gênero são abordadas no enredo. Após inventar algumas brincadeiras como a cabaninha que estava no meio da floresta, Olívia chama seu pai Raul para brincar de boneca e que o narrador (do tipo onipresente) conta ““Entediada” era uma palavra que fazia com que o pai parasse imediatamente de trabalhar e levasse a sério o pedido da filha. Tão sério que, quando percebia, já estava no chão ao lado de Olívia, brincando de mamãe e filhinho, ou cercado por um monte de bonecas’. Não fica claro com a leitura, quem desempenha o papel de mamãe e nem o de filhinho e escolhendo interpretar que não há uma designação ‘natural’ pela qual a mãe seria a Olívia por ser mulher e Raul seria o filhinho por ser homem, tal cena levou-nos a

indagar se dentro de uma família homoparental um homem tem um trânsito mais fácil no que diz respeito ao desempenho de diferentes papéis de gênero. Dito em outras palavras, no enredo, parece abrir-se uma possibilidade de que um homem possa tranquilamente desempenhar um papel comumente ocupado por uma mulher. Interessante também problematizar se o fato de o pai Raul poder ser a mamãe na brincadeira está relacionado ao fato de o cuidado – tanto da casa quanto dos filhos – não está estreitamente vinculado ao feminino, podendo ser desempenhado também por um homem.

Zambrano (2006) pontua que ainda ocorre o questionamento às famílias homoparentais sobre quem será o pai e quem será a mãe. Esses questionamentos são oriundos de perspectivas heteronormativas e os estudiosos consideram tais perguntas como inadequadas, pois um homem gay não se torna uma mulher pelo fato de seu desejo sexual ser orientado a uma pessoa do mesmo sexo ao mesmo passo que uma mulher lésbica não se torna homem. Passos (2005) corrobora afirmando que a família na contemporaneidade impõe no lugar da rigidez da hegemonia de papéis e dos lugares fixos uma maior flexibilização no engendramento das posições e funções dos membros do grupo.

Merece destaque o seguinte diálogo de Olívia com um dos seus pais em que a garota pergunta para o pai Raul a respeito de suas brincadeiras na infância: ‘ – Papai Raul, você também brincava de boneca quando era do meu tamanho?’. Diante da negativa do pai ela prossegue: ‘ – Então você nunca brincou de boneca? Nunca brincou de mamãe e filhinho? Que intrigante!’. Mais adiante a menina ainda questiona: ‘- Se você nunca brincou de boneca ou de casinha, como foi que aprendeu a cuidar tão bem de uma filha menina?’. Nesse diálogo, estão presentes as chamadas performances de gênero amplamente arraigadas no imaginário coletivo. Nesta conversa, pelas perguntas da garotinha percebe-se uma noção cristalizada dos papéis de gênero na qual há uma separação e consequente naturalização daquilo que é de menino e aquilo que é de menina. E, mais importante do que isso está em jogo a noção de que

pelo fato de ser homossexual as suas preferências estejam relacionadas com aquilo que é dito como sendo de mulher, ou de outra forma, pelo fato de ser gay ele necessariamente gosta de brincar de bonecas o que o levaria a ser ‘mulherzinha’. Outro ponto interessante é o quanto as noções cristalizadas dos papéis de gênero são reiteradas desde a tenra idade, o que denota a sua profunda articulação no imaginário social por meio de inúmeras práticas sociais.

Retomo aqui o que foi dito por Oliveira, Pastana & Maia (2011) quando afirmam que padrões e normas são transmitidos e reiterados por brincadeiras, filmes e músicas com um propósito aparentemente de lazer, mas que na verdade disciplinam e ensinam formas naturalizadas e naturalizadoras das questões de gênero. Louro (2000) ainda pontua que as mulheres e os homens são formados tanto por mecanismos de repressão, coerção quanto por táticas de instituição de gestos, maneiras de ser e estar em sociedade, de se portar e comportar adequadamente.

No diálogo citado anteriormente Olívia diz se surpreender pelo fato de o pai nunca ter brincado de mamãe e filhinho e nem de boneca e mesmo assim saber cuidar tão bem de uma filha menina. Acredito que, nesse momento do enredo, abre-se espaço para debate a questão de uma preocupação difundida pela ciência no senso comum acerca da necessidade da presença dos dois gêneros para o desenvolvimento da criança, bem como está em jogo a questão da paternidade e a desnaturalização da maternidade como uma premissa do feminino.

No que concerne a questão da masculinidade e de sua relação com a paternidade, Santos *et al.*(2013) afirmam que o relacionamento de um pai com seus filhos/as é contornado por elementos culturais, econômicos, étnicos, sociais e de gênero, que afirmam e estabelecem o que é ser homem, quais seus papéis e responsabilidades dentro de determinados contextos sócio históricos. Um dos elementos que compõem e atestam a identidade do que é ser homem diz respeito à paternidade, pois está no imaginário social que se é pai então é homem de verdade. Tais construções acerca da masculinidade são importantes para a atual discussão que

é feita na literatura científica sobre parentalidade homossexual pelo fato de indagarem as concepções hegemônicas sobre o que é ser homem nos tempos modernos.

Além disso, a família homoparental promove reposicionamento do que é ser homem e ser mulher, bem como sugere uma flexibilização no exercício dos papéis e relações de gênero, que por sua vez gera uma questionamento desses papéis (Rodriguez & Paiva, 2011); ao mesmo tempo em que possibilita renegociações no conceito de família. Pensando nesse caráter inovador, a família homoparental desestabiliza o princípio fundamental da constituição familiar que seria a diferenciação sexual. Dessa forma, a família não é constituída com o intuito de gerarem filhos, mas devido ao afeto (Oliveira & Lessa, 2011). Nesse sentido, a família homoparental traz para a discussão acerca do conceito de família novos elementos no que concerne a sua constituição e formação como, por exemplo, uma família não ser considerada como tal somente por existir laços sanguíneos, mas passa a ser primordial os laços afetivos. Tal fato contribui para a ressignificação de como é compreendida a família.

Nesse sentido, a autora do livro Olívia tem dois papais parece lançar mão de um novo conceito de masculino, de ser homem, pois o papai Raul se apresenta como um homem preocupado e comprometido com o cuidado de sua filha mesmo tendo sido criado dentro da lógica que naturaliza os gêneros. Em resposta a pergunta de Olívia de como ele aprendeu a cuidar de uma filha menina Raul responde: ‘- Ah, minha querida, tem coisas que a gente não precisa aprender, já nasce sabendo. E cuidar de você é muito fácil!’. Ela prossegue perguntando; ‘ – Você queria ter uma filhinha assim como eu? E tem como resposta de seu pai Raul: ‘Era tudo o que eu sempre quis’. Mais adiante na continuação desse diálogo Olívia diz que acha charmoso quando o seu rabo de cavalo feito pelo pai Raul fica um pouco torto e uma maria-chiquinha fica mais alta que a outra e tem como resposta do pai: ‘ Charmoso, é? Sei...Sabe, Olívia, acho que preciso tomar uma aulas de como pentear filhinhas.’. O comprometimento e a preocupação do personagem Raul podem ser vistos no envolvimento

dele na brincadeira com a filha ao se dispor a encarnar o papel de uma boneca. Além disso, diante de algumas falas de Olívia como, por exemplo, quando ela diz estar aborrecida e entediada, ele investe atenção para entender o sentimento da filha, bem como propor alguma alternativa.

A questão das novas masculinidades também aparece no diálogo que Olívia estabelece com seu pai Luís, no qual pergunta para ele se na infância ele brincava de casinha e comidinha. O contexto dessa conversa se dá quando a garota pede para que seu pai prepare uma refeição para ela e em que a autora o descreve como melhor cozinheiro da família: ‘Papai Luís, você brincava de casinha quando era do meu tamanho?’. O próprio narrador do texto comenta que essa pergunta da garotinha era bem parecida com aquela que ela fizera ao pai Raul. Diante da negativa de seu pai Luís Olívia prosseguiu dizendo: ‘- Que intrigante! Se você nunca brincou de casinha nem de comidinha, como foi que aprendeu a fazer umas comidas tão gostosas para a sua filha?’. Trago para discussão o que Louro tece sobre a questão do estabelecimento dos padrões. Tais padrões aparecem na fala de Olívia quando ela pergunta para os pais acerca das brincadeiras de sua infância, pois ela pressupõe que os pais estavam envolvidos em ‘coisas de meninas’ por saberem manejar tais coisas na vida adulta.

Louro (2007) ao fazer um jogo com a palavra excêntrico – que significa aquele ou aquilo que está fora do centro – propõe uma reflexão acerca de como se dá o processo que demarca as posições-de-sujeito no interior de uma cultura. A posição central é a considerada referência, a não problemática; todas as outras posições-de-sujeito de algum modo estão relacionadas e submissas a ela. Práticas sociais, conceitos, modos de fazer e pensar funciona a partir da lógica que estabelece o centro e o excêntrico. A posição central, geralmente, está associada às ideias de universalidade, de coesão e estabilidade. Sendo assim, os indivíduos e as práticas culturais que não estão de acordo com a posição central ganham o status de diferente, instável e particular. Tais posições somente têm a ver com as mulheres, negros/as,

os sujeitos homossexuais ou bissexuais. Pois, como sendo o centro a identidade masculina, branca e heterossexual é uma identidade sólida, constante.

Tomando como referência tal lógica, a identidade central está presente nas escolas, no modo de fazer ciência, nas narrativas históricas, bem como nos textos literários. Os mecanismos que afirmam e reiteram tal posição central como sendo lugar privilegiado transmite a ideia de universalidade e constância e, além disso, faz com que lhe atribuímos um caráter natural. Ao mesmo tempo, tudo que é produzido culturalmente que não está na posição central ocupa um lugar ora na exclusão, ora no lugar de exótico, alternativo, diferente.

Partindo dessa reflexão proposta por Louro, podemos afirmar que os pais de Olívia são excêntricos, pois fogem da norma em que dita que a mulher é quem sabe cuidar das crianças e que ela assim o sabe por ter brincado de boneca, de casinha e comidinha na sua infância. Entendo que a norma, no caso dessa estória, aparece e cobra seu lugar nas indagações da menina que demarcam a diferença das ações dos pais.

Ainda a respeito da construção de masculinidades a partir de uma relação com os padrões citando Connell (1997) Seffner, 2003, salienta que existem três maneiras de construção. A primeira maneira se refere às masculinidades subordinadas. Partindo do pressuposto que a heterossexualidade é o pilar central da masculinidade hegemônica, as masculinidades bissexuais e as masculinidades homossexuais somente podem ocupar um lugar de subordinação, ou seja, estão em um nível hierárquico inferior.

A segunda forma de estabelecer relação com a masculinidade hegemônica tem a ver com a cumplicidade que os sujeitos guardam com os traços que representam a forma dominante. Entendendo as exigências da masculinidade hegemônica como sendo praticamente inalcançáveis os sujeitos procuram manter alguma forma de conexão com tais atributos, pois tal ligação garantiria o desfrute de alguns privilégios concedidos à forma hegemônica. Vale salientar que tais privilégios perpassam tanto a ordem simbólica quanto a

ordem social, cultural e material. A terceira maneira de relação se dá por meio da negação da relação, ou seja, a marginalização.

No encerramento do enredo, Olívia conta sobre os preconceitos a que é submetida por um colega que a provoca dizendo que ela não tem mãe e que tal fato a deixa triste por esse colega não fazer o mesmo tipo de indagações a colegas que não tem pais. Em resposta, o pai Luís diz que esse colega somente conhece um tipo de família e que existem vários de tipos de famílias. As provocações do tal colega da garota e a resposta do pai trazem à tona as transformações que a família homoparental provocam no interior das relações, bem como o preconceito a que elas são submetidas.

Santos *et al.*(2013) dizem que a família nuclear com seus aspectos monogâmicos, heterossexuais e procriadores têm se tornado cada vez mais uma experiência reduzida dada a formação de novos arranjos familiares. No entanto, tal modelo ainda permanece muito presente no imaginário coletivo o que tem como consequência a classificação dos outros tipos de família feita a partir desse referencial. Tal modelo marca presença nas provocações do colega de Olívia que parece estranhar e indagar somente o fato da garota que tem dois pais.

Nesse sentido, concordamos com Passos (2005) ao afirmar que a família homoparental é subversiva por vários aspectos, mas talvez o principal deles seja o de questionar o princípio direcionador da constituição familiar, a saber: a diferenciação sexual. É preciso ter clareza de que muitas vezes debruçamos as nossas análises sobre os novos arranjos familiares a partir das concepções oriundas da noção patriarcal e isso pode nos levar a incorrer em graves erros, pois as relações homoparentais solicitam diferentes formas de compreensão.

De maneira geral, a estória de Olívia e seus papais denota o quanto as famílias homoparentais questionam e desestabilizam conceitos e realidades que estão enraizadas no imaginário coletivo. Realidades e conceitos como, por exemplo, do que é ser homem e de como sê-lo em uma sociedade cujos contornos são heteronormativos e marginalizadores. As

perguntas que Olívia vai direcionando aos pais acerca dos cuidados básicos de uma criança e da casa parecem dar a voz a heteronormatividade compulsória, traduzida nas normas de gênero, que reclama seu espaço e seus contornos, mas encontra nas respostas dos pais da garotinha uma desestabilização e desconstrução da ‘ordem natural’ das coisas. Salientamos que as perguntas da garotinha promovem a introdução de um novo discurso que amplia e questiona verdades estabelecidas, ao mesmo passo que evidencia os elementos contraditórios que compõem a construção de sua subjetividade.

É preciso lançar mão de um novo tipo de olhar e análise sobre as famílias com pais homossexuais, pois corre-se o risco de tomar como direcionamento as noções heteronormativas para tentar compreender como se dão as relações dentro das famílias com pais gays. Particularmente, nesse enredo nota-se que mesmo com seu caráter inovador e questionador a família homoparental ainda é atravessada por questões heteronormativas que segregam e produzem relações de opressão e submissão como nos papéis de gênero.

A família homoparental representada no enredo de Olívia tem dois papais, revela que o grupo familiar formado por um casal de homens pode se constituir e se relacionar de maneira em que os entraves das relações de hierarquia de gênero tem menor influência, tendo em vista o modo igualitário que Olívia se endereça aos pais. Não negando a possibilidade da existência de hierarquias revestidas de outros aspectos.

O livro ainda veicula o discurso dominante da heteronormatividade, principalmente por meio das indagações realizadas por Olívia aos seus pais que contêm elementos que naturalizam as performances de gênero. As perguntas da menina parecem supor a existência de uma ligação direta entre o cuidado atual com uma introdução a ‘coisas de meninas’ nas brincadeiras de infância. É importante salientar que essa relação direta é preconizada pelas premissas da heteronormatividade. No entanto, as respostas que ambos os pais concedem a Olívia provocam o abalo de tais certezas; além disso, elas apresentam um novo tipo de

masculinidade protagonizada pelo homossexual, pois ele transita e borra as fronteiras das normas de gênero.

### **5.2 Tenho dois papais: perigos da normatização**

*Tenho dois papais*, de Bela Bordeaux, conta a estória de um garotinho que foi adotado quando ainda era um bebê por Léo e Beto. O enredo elenca situações que podem ser consideradas como cotidianas de uma família como, por exemplo, a refeição matinal, a ida para a escola, a prática de esportes.

A narrativa inicia-se pela voz do garoto contando que ele reside em um prédio com varanda, que possui um carro amarelo e uma estante cheia de livros. Em seguida, ele faz a afirmação “Vivemos muito bem, nós três, juntos.”. Ilustrando tal afirmação segue-se o desenho do garotinho com dois homens. A nomeação de elementos banais como a cor do carro, o lugar da moradia e, logo em seguida, contar ao leitor de que tipo de família se fala parece querer garantir a trivialidade dessa informação. Em outras palavras, a proposta é de pensar essa formação familiar como qualquer outra possível. Entendemos tal fato como uma boa estratégia para garantir que o grupo familiar seja legitimado como mais uma possibilidade entre tantas outras.

Queremos destacar que a caracterização dos personagens (brancos, usando camisas polo, sendo jornalista e engenheiro ou arquiteto) e a composição do ambiente familiar não descrevem uma família qualquer, mas uma que representa um tipo específico, a saber: branca e que parece ser de classe média intelectualizada, o que sugere relativa normatização. Relativa pelo fato de o trecho propor a quebra de um paradigma que seria a da família heterossexual como única possibilidade, no entanto, a escolha dos elementos que formam essa família ainda remete ao quadro da família tradicional. Tais elementos podem ser percebidos, por exemplo,

por meio da ‘estante cheia de livros’ que não é um elemento comumente encontrado na casa das famílias populares da sociedade brasileira. Em relação à caracterização dos personagens do livro, o casal homossexual é composto por dois homens brancos e com aparência de aproximadamente trinta anos de idade, dada a jovialidade do rosto e das vestimentas, bem como a cor do cabelo.

Louro (1997) faz uma discussão acerca de que os indivíduos são, ao mesmo tempo, homens ou mulheres, de certa etnia, classe, sexualidade, nacionalidade; professam ou não uma crença religiosa ou de um partido político. Essas diversas identidades não podem ser compreendidas como algo a ser somado ou agregado, ou seja, o sujeito não pode ser como constituído por camadas. É preciso perceber que essa multiplicidade se interfere mutuamente, se articula; se contradiz e se opõe; por fim pode garantir ao sujeito a ocupação de lugares diferentes. Tal compreensão nos leva a entender que se os sujeitos são formados por múltiplas identidades e que essas são parciais e não unitárias o que provoca um desmoronamento da visão de um sujeito com uma identidade explicativa universal. Nesse sentido, o livro combina elementos que remetem à composição familiar heterossexual ao mesmo tempo em que garante a hegemonia da família formada por pessoas brancas de classe média e esses elementos compõendo uma família homoparental. Tais elementos evidenciam a complexidade da tarefa de analisar a composição das identidades do sujeito.

Na cena em que o garotinho, que é o narrador do enredo, apresenta a sua moradia, o automóvel que a família possui, a estante cheia de livros e quando ele usa a expressão ‘muito bem’ para descrever como ele e os pais vivem está associada com a ilustração que se caracteriza pela imagem dos três personagens numa espécie de abraço com um sorriso estampado no rosto como se esperassem uma fotografia a ser tirada. Essa imagem se contrapõe e questiona as preocupações de setores conservadores da sociedade que temem um ambiente familiar não favorável e respeitoso para crianças que compõe famílias

homoparentais, mas ao mesmo tempo reitera os valores burgueses sobre o que seria viver bem e quem deve viver bem.

A esse respeito salientamos que existe um crescente afastamento do ideal da família baseado no estereótipo de um instinto materno feminino cuidador e o pai masculino provedor. Isso se deve ao fato de que tanto o feminino quanto o masculino constituem-se cada vez mais na relação com o outro que fortalece a noção do gênero socialmente formado em detrimento de uma naturalidade e predisposição inata. Ou seja, em relação à imagem descrita se reforça a ideia de que homens podem ser cuidadores de criança, a despeito das normas de gênero.

Entendendo a família homoparental como um tipo de família que se distancia do estereótipo da mulher cuidadora e do homem provedor, Butler (2003 como citado em Vilhena *et al* 2011) questiona o termo homoparentalidade - que nomeia as famílias formadas por homossexuais -, pois tal termo se insere dentro de uma lógica binária na qual a família homossexual é pensada a partir de uma referência diretamente oposta à heterossexual. O problema dessa lógica binária é que ela concebe os sujeitos e suas identidades como estáticas e naturalizadas. Mais uma vez, o enredo traz aspectos contraditórios, pois de um lado lança mão da estratégia de mostrar que uma criança pode estar bem em um contexto familiar homossexual, no entanto usa de meios que se remetem a uma família modelo. Em relação aos meios que são utilizados, eles estão relacionados aos elementos que configuram essa família, como, por exemplo, os pais serem brancos, eles terem carro e uma estante cheia de livros. Elementos estes que geralmente configuram famílias tradicionais, de classe média. Entendemos que não há ingenuidade na escolha dos elementos e nem na ordem que eles são dispostos no enredo. A menção de que os dois homens adotaram e são pais do garotinho se faz somente após uma caracterização financeira, bem como profissional dos dois homens. A sequência dos elementos parece querer garantir um tipo de sensibilização gradual, pois primeiro apresenta-se o que a família possui para depois dizer que família é.

Nesse sentido, para não compactuar com práticas identitárias que atuam conforme normas sociais, a família será compreendida como um constructo social, na qual nenhum arranjo será tomado como única possibilidade. Butler (2003) ainda afirma que a família atualmente passa por um processo de desinstitucionalização, no sentido de estar tornando-se cada vez mais uma realidade privada, diminuindo assim o seu significado público. É nessa desinstitucionalização que a conjugalidade e parentalidade homossexual ganham espaço, pois o parentesco não se desdobrará na formação de estruturas, mas precisará ser tomado e analisado como uma prática realizada em si mesma.

Sequencialmente, o garoto conta que Beto desenha casas e que Leo é jornalista. As ocupações dos pais do garoto corroboram para afirmação feita anteriormente acerca do tipo de família que o enredo está tratando: é uma formação familiar que tem estreita relação com uma elite intelectual. A informação das profissões dos homens ainda se dá antes de dizer ao leitor que eles são pais do garoto, o que também acreditamos ser uma estratégia para legitimar a família homoparental.

Após apresentar os pais, o garotinho prossegue dizendo que foi adotado quando ainda era um bebê. Vilhena *et al.* (2011) pontuam que os filhos de homossexuais podem ser crianças oriundas de relacionamentos heterossexuais anteriores, criação de crianças que chegam espontaneamente em suas vidas, tecnologias de reprodução assistida, combinações de filhos com amigos gays e lésbicas e adoção.

No tocante à adoção que é temática do enredo, é interessante destacar que a adoção legal por homossexuais é geralmente buscada individualmente. O medo de ter o pedido negado pelo casal homossexual é a justificativa para que se busque a adoção por vias individuais. A lei brasileira permite a adoção por solteiros maiores de 18 anos e o impedimento por parte do Estado fica a mercê tanto da avaliação técnica (psicológica e social), quanto da declaração ou não da homossexualidade do requisitante. Caso haja

declaração da homossexualidade do requisitante pode haver por parte dos operadores e juízes preocupações quanto ao desenvolvimento da criança (Zambrano, 2008).

Zambrano (2008) ainda afirma que a adoção tem passado por um processo de transformação ao longo do tempo. De instituição de filiação, na qual se adotava alguém com o objetivo de situar o sujeito dentro de uma família para a sucessão genealógica, para uma instituição de família, na qual os indivíduos fazem parte de uma família para que receba cuidados e amor. Medeiros (2006) enfatiza que nas famílias homoparentais há um maior realce para o aspecto social do parentesco, tendo em vista que as relações de parentesco podem se configurar a partir de relações afetivas e sociais, e não exclusivamente por vias da biologia.

O garotinho continua sua contação com a afirmação ‘Eu tenho dois papais’. Diz também que ainda é filho único, mas que não vê problemas em tal fato por entender que assim recebe toda atenção e amor dos pais. Além disso, conta que eles, toda manhã, comem cereal juntos e que Beto o leva para escola e depois Leo joga futebol com ele.

Por meio da fala do garotinho, percebemos que a questão que interessa para ele não é o fato de ter dois homens como pais, mas o fato de que com eles pode ter uma relação cotidiana onde há cuidado e afetos. Ao dizer sobre esses fatos do dia a dia, ele elenca aspectos importantes na criação de uma criança que tem a ver com afeto, promoção de um lar saudável, suprimento de necessidades básicas como alimentação e educação.

A enumeração desses elementos que compõem o cotidiano dessa família também parece remeter a um esforço da autora do livro em garantir a legitimidade da imagem de dois gays que conseguem oferecer cuidados a uma criança. Tal fato parece relacionar-se com uma preocupação em responder aos mitos e preconceitos que circulam no imaginário social. Nesse sentido, Vilhena *et al.*(2011) apontam que, o que realmente importa na constituição dos relacionamentos entre pais e filhos não deve ser atravessado pela orientação sexual dos pais.

Ainda a respeito da adoção existe uma maior facilidade para as mulheres, pelo fato de em nossa sociedade a maternidade ser considerada como natural, em relação aos homens, quando desejam adotar uma criança na condição de estarem sozinhos, sem que a orientação sexual seja um quesito a ser avaliado. Para os homens, o direito à paternidade acontece regido pela conjugalidade (Vilhena *et al.*, 2011). Concordamos com a contribuição de Vilhena *et al* (2011) acerca do papel da conjugalidade, no entanto, gostaríamos de acrescentar que a adoção para homens se vê com mais entraves por estarmos regidos, em nossa sociedade, por normas de gênero que designam o homem como maior responsável pelos provimentos financeiros da família e não pelos aspectos relacionados ao cuidado da casa e das crianças.

Na sequência do enredo, o garotinho afirma que tem dois pais de verdade. A expressão ‘de verdade’ ganha destaque por estar impressa de maneira diversa em comparação ao restante da frase. Lemos a afirmação da criança a partir de uma lente relacionada ao fato da implicação de ambos os pais em seu cuidado. A expressão ‘de verdade’ ganha e/ou expressa um caráter de legitimidade ao lugar dos pais como iguais no desempenho de sua parentalidade. Aliado a isso, na continuação dessa parte, o menino os descreve como ora legais e ora bravos, podendo se constatar que a expressão em destaque diz respeito tanto ao aspecto de serem pais quanto ao de serem homens implicados em seu cuidado. Além disso, pode-se supor que assim como quaisquer outros pais, os do garoto ora são bravos ora são bons, o que tem a ver com o desempenho do cuidado não importando o gênero que se efetiva nessas tarefas.

A esse respeito, Zambrano (2008) constata que na literatura existe um maior número de estudos que se debruçam a pensar sobre a homoparentalidade por parte das mulheres em detrimento da dos gays. Ela explica que esse fato não está exclusivamente relacionado com um maior desejo por parte das mulheres e nem por um avanço nas tecnologias de reprodução, mas tem relação estreita com as questões de gênero que circulam no imaginário social. É

socialmente estabelecido que a masculinidade não garante que os homens sejam bons cuidadores enquanto que a feminilidade das mulheres seria um dom natural para tal função.

Estudos antropológicos salientam o quanto as representações sociais da parentalidade materna estão vinculadas com o feminino. Em outras palavras, é como se a mulher tivesse uma capacidade inata de prover os cuidados cotidianos somente pelo fato de ser mulher. Nesse sentido, a parentalidade masculina é colocada em xeque pelo fato de o homem não apresentar essa capacidade inata.

Zambrano (2008) percebeu que no que concerne ao exercício das funções maternas e paternas elas são exercidas de acordo com a preferência de cada um, não existindo assim, nos casais homossexuais, uma rigidez nos papéis de gênero: feminino para quem exerce uma função considerada materna e masculino para funções ditas paternais. O que pode acontecer é que um tenha mais autoridade sobre a criança e ser considerado como verdadeiro pai pelo fato de ser o pai biológico ou por ser o pai adotante. Tal fato pode levar o companheiro do pai ou o segundo pai a estar em um lugar mais relacionado com os cuidados domésticos, o que geralmente é entendido como função maternal não pelo fato desse segundo pai ser mais feminino. Nesse sentido, a constatação da autora vai ao encontro do que é proposto no enredo do livro, pois a divisão dos cuidados e das tarefas não apresenta uma rigidez e parece estar regida conforme as características de cada um pois. Na continuação da estória de *Tenho dois pais*, o garotinho conta que Leo confere seu dever de casa e que Beto lava as roupas. Anteriormente, ele conta que Leo joga futebol com ele e Beto o leva para a escola. O garoto também conta que quando ele se machuca os dois pais se incumbem do cuidado.

O desfecho do enredo começa a se dar quando o garoto anuncia que na escola, às vezes, os colegas acham estranho o fato de ele ter dois pais e que de imediato ele responde que sim e que os dois são tudo para ele. A estranheza dos colegas da escola remete ao fato do

quanto as famílias homoparentais ocupam um lugar excêntrico, não pelo fato de não existirem mas por serem silenciadas e negligenciadas.

Mello *et al.* (2009) abordam uma nova modalidade de preconceito e discriminação que envolve sujeitos homossexuais, mas que tem como alvo as crianças em idade escolar que são filhos de tais sujeitos. Os autores/as afirmam que essas crianças têm se tornado um número crescente de alunos e alunas nas escolas brasileiras, mas que essas famílias ainda são praticamente invisíveis. Por medo de atitudes violentas e preconceituosas, em muitos casos, há a orientação dos próprios pais/mães de que as crianças não revelem a colegas, professores e demais funcionários da escola a composição não convencional de sua família.

Mello *et al.* (2009) salientam que a partir das grandes transformações sociais que ocorrem na modernidade, os sujeitos passaram a entender que a família continua sendo um componente básico da vida social, no entanto, puderam compreender que mesmo dentro de uma mesma sociedade estariam disponíveis inúmeros modelos familiares e não mais somente um único tipo para todos.

Um ponto interessante é que o garoto não se silencia ao ser perguntado sobre a sua família e conta que tem dois pais diferentemente do que acontece com grande parte das crianças oriundas de famílias homoparentais (Mello *et al.*, 2009). Mello *et al.* (2009) afirmam que quando a família decide contar ao corpo escolar a sua constituição homoparental não tem como garantia compreensão e acolhimento imediato, podendo ocorrer situações de exclusão de atividades escolares da família e dos alunos sob a falsa alegação de estar protegendo eles de ações preconceituosas por parte das outras famílias.

O livro *Tenho dois papais*, de maneira geral, pode ser considerado um enredo simples, mas que aborda elementos delicados e problemáticos acerca da temática que envolve a homoparentalidade. A complexidade reside no fato de que o enredo parece estar na maior

parte do tempo tentando enquadrar a família homoparental nos moldes da família normativa, a heterossexual.

Além disso, há uma tentativa de garantir a ‘normalidade’ da família homoparental, sendo tal fato percebido na escolha dos elementos que compõem o cotidiano, bem como a caracterização dos personagens. Apesar de lançar mão de uma estratégia que visa garantir à família homoparental um lugar possível, isso é feito por meio da tentativa de adequação às normas sociais, o que pode gerar efeitos de submissão e preconceito. O desafio parece se dar no sentido de pensar e analisar a família com pais gays de maneira diversa, que garanta seu caráter de experiência singular e que transpõe os limites da universalidade preconizados pela heteronormatividade. O projeto de legitimar uma normalidade, preconizada pelos mecanismos da heteronormatividade, pode ser fator que não contribui para a desconstrução dos padrões, pelo contrário, pode servir para a naturalização de um modelo de família homoparental o que pode gerar a marginalização e estigmatização de famílias composta por homossexuais. Como exemplo da tentativa de normatização o enredo não revela o nome da criança, mas sim o dos dois pais, Leo e Beto, o que pode parecer um mero detalhe, mas nessa análise lemos esse fato como uma manobra pela qual qualquer criança caberia numa família com as características da preconizada no livro.

O enredo também busca propor o quanto homens podem estar implicados no cuidado de crianças promovendo seu ‘adequado’ desenvolvimento. A esse respeito o livro permite uma reflexão acerca da desconstrução das normas de gênero a qual todos os sujeitos estão submetidos. No entanto, não há uma discussão profunda acerca desses elementos somente há a menção de alguns aspectos que podem conduzir nessa direção.

### 5.3. Meus dois pais: marcas do silenciamento e da homofobia

*Meus dois pais* é o livro elencado para essa pesquisa que carrega tensionamentos, acerca do debate da homoparentalidade, mais condizentes com as realidades de homossexuais que decidem constituir uma família com filhos, ou seja, o enredo abordará o quanto casais homossexuais ainda estão sob o olhar vigilante e preconceituoso da sociedade no que diz respeito a manifestações públicas de afetos, bem como na participação de crianças no cotidiano que envolva um casal homossexual. Além disso, o livro terá como pauta de alguns diálogos entre os personagens mitos que assolam o imaginário social como, por exemplo, se quando um casal gay cria (no sentido de ser provedora dos cuidados básicos) uma criança necessariamente ela se tornará um homossexual.

O livro *Meus dois pais*, de Walcyr Carrasco, conta a história de Naldo, um garotinho que aparenta ter na faixa etária de nove a dez anos de idade e que acompanha a separação de seus pais. Naldo, sua mãe e seu pai parecem pertencer a classe média, pois o garoto conta que a mãe era gerente de uma grande empresa de cosméticos e que passaria a ser diretora, já seu pai trabalhava em um escritório. O garoto ainda diz que fazia natação duas vezes por semana e ia de van para a escola. Tais elementos remetem a uma situação financeira que se diferencia das classes populares. Com o decorrer do enredo, o menino percebe que após a separação, seu pai se envolveu em um relacionamento homossexual. Nesse sentido, a obra conta os desdobramentos e os atravessamentos do relacionamento do pai de Naldo na vida e na família do menino, bem como em sua escola.

A estória se inicia com a constatação por parte de Naldo que o relacionamento dos pais não estava muito bem e tal dedução se faz pelo fato de o garoto presenciar inúmeras brigas dos dois, até que um dia eles comunicam a separação ao menino. Em sequência, na hora do recreio, em sua escola, Naldo se dá conta da diversidade que compõe as famílias dos colegas ao afirmar que muitos deles têm pais separados e que sua família seria mais um tipo em meio ao diverso. O garoto diz “Boa parte dos meus colegas da escola tem pais separados.

A mãe da Noemi já casou três vezes e está solteira de novo.”. Mais adiante ele exclama: “São tantas famílias diferentes!”. A imagem que dá pano de fundo a essa reflexão de Naldo é composta pelo garoto sentado no banco de madeira observando alguns de seus colegas brincando, outros conversando ou ainda lendo.

O enredo traz como decorrência da separação a ida de Naldo aos finais de semana para a casa que agora seria somente do pai. Como parte da rotina diária, o pai de Naldo, nesses dias em que o menino estava com ele, era quem ficava com a responsabilidade de providenciar as refeições. No entanto, levando em consideração os relatos de Naldo, seu pai não demonstrava muitas ou quase nenhuma habilidade culinária. É nesse momento em que entra em cena a figura de Celso que é descrito como amigo do pai da criança.

Fica perceptível que Celso passa a fazer parte dos finais de semana em que Naldo está com o pai. Tal percepção se dá pelo fato de que Naldo diz que toda semana Celso inventa algo diferente para comer e que bolo de chocolate havia virado rotina. Nesse momento do enredo, Naldo fica sabendo pelo pai que Celso e ele estão morando juntos: “O papai me contou que o Celso e ele estavam morando juntos. Senti o maior alívio! Com Celso por perto, bolos não iam faltar!”. Queremos destacar essa fala do garoto, pois ela mostra a percepção da criança sobre o fato de Celso morar junto com o pai. Diferente de possíveis pensamentos preconceituosos de muitos adultos, o foco na percepção de Naldo é nos bolos que Celso fará. Há uma abertura do menino para a convivência a partir dos cuidados de Celso.

Um elemento sutil que pode passar despercebido na leitura da obra: o fato de o personagem Celso ser caracterizado como amigo do pai de Naldo. O fato da presença de Celso estar cada vez mais constante no cotidiano relacional de Naldo e do pai e não ser mencionado que eles estão em um relacionamento que vai além da amizade é um fator que merece análise. Será que se o pai do garoto estivesse em um relacionamento com outra mulher, ela não seria apresentada como namorada dele já em um primeiro momento? Por que

ocultar essa informação da criança? O que isso diz sobre a visão da capacidade da criança entender o que ocorre? O que isso diz sobre a visão da homossexualidade? Acreditamos que descrever Celso como amigo é legitimar a não possibilidade de um relacionamento amoroso/sexual entre pessoas do mesmo sexo.

Tomando emprestado o que afirmam Pocahy *et al* (2009), o *silenciamento* sobre a diversidade sexual não é simplesmente um esquecimento acidental, mas uma manutenção dos discursos heteronormativos e heterossexistas, que subordinam a diversidade sexual a lugares invisíveis e com vieses patologizantes. O silêncio é uma manobra política que visa garantir à heteronormatividade um status de única possibilidade de expressão e vivência de experiências sexuais e afetivas. Como tática discursiva, o ocultamento da diversidade sexual não é simplesmente um ímpeto de calar, mas a intencional manutenção de um discurso heteronormativo que visa a produção e reiteração de um sentido que se coloca como inquestionável, hegemônico e normalizador.

Nesse sentido, em seu aspecto político, o silêncio engendra desdobramentos sociais e subjetivos ao reiterar a manutenção de um sentido invariável para a sexualidade e gênero, que se torna matriz inteligível a partir da qual os sujeitos passam a significar a si mesmos e aos outros (Pocahy *et al.*, 2009). Desse modo, o não falar nada ao garoto produz uma série de condições em que a homossexualidade é mantida na ordem do secreto e que é sustentada por concepções que garantem à heteronormatividade o status de expressão da sexualidade legítima. É importante salientar que embora a princípio não haja uma apresentação formal de Celso como namorado do pai, o garoto já conhece Celso configurando assim um silenciamento.

Além desse aspecto do silenciamento presente nesse trecho, pode-se também discutir aquilo que Fontes (2009), lançando mão do conceito de *passing* e *covering* de Kenji Yoshino, discute em seu estudo sobre como a diversidade sexual tem sido veiculada nos meios de

comunicação e em especial nas novelas brasileiras. No que tange ao conceito de *passing*, é como se houvesse um encobrimento, ou seja, a pessoa se reconhece como homossexual, mas age como se fosse heterossexual. Já o *covering* diz respeito ao passo que vai além do se reconhecer e assumir a condição homossexual, pois nesse conceito o sujeito já se assumiu, no entanto não há, por exemplo, uma demonstração de carícias para com o namorado/a em locais públicos; ação comum em relacionamentos heterossexuais. Fontes (2009) salienta que o modo *covering* representa as relações homoafetivas presentes nas novelas brasileiras, pois os repertórios amorosos aparecem de uma forma marcadamente contida e sutil.

Na obra analisada, não há ilustrações que demonstrem que Celso e o pai de Naldo estão em um relacionamento amoroso; o que pode ser visto em uma ilustração que faz referência ao novo namoro da mãe de Naldo onde ela aparece beijando um rapaz. Desse modo, concordo com Fontes (2009) quando afirma que a noção veiculada de diversidade sexual ainda está longe de promover a igualdade.

Na sequência do enredo, a mãe de Naldo é promovida no emprego e precisará mudar de cidade o mais rápido possível. Ela entende que a mudança de cidade pode prejudicar o desempenho escolar do filho e por isso se vê em uma situação conflituosa. Em uma determinada cena em que a mãe e o pai de Naldo discutem sobre essa situação da mudança, o conflito se instala na decisão se o pai pode ou não ficar com a guarda do filho. Parece que o argumento que sustenta o conflito não é em relação a se o pai de Naldo tem condições de ser um bom cuidador, mas tem a ver com a sua orientação sexual, pois no trecho a mãe de Naldo faz a seguinte fala: ‘Ainda é cedo. ’ E, tem como resposta do pai do garoto: ‘Eu não vou deixar você pôr o Naldo contra mim!’. O diálogo ainda segue com a mãe ameaçando, dizendo que vai desistir da promoção e o pai em contrapartida afirma que é o pai e tem direitos. O garoto ouvia parte da discussão, de outro cômodo da casa, e ao dividir o mesmo espaço que os pais pode perceber o quanto a mãe estava nervosa com a discussão. O garoto, ao dar

continuidade à narrativa, diz que os pais tiveram essas discussões por semanas e que nas vezes que sua mãe encontrou seu pai pessoalmente voltou ainda mais nervosa.

Com base nesse trecho, nota-se que há um impedimento ou uma resistência ao fato de o pai assumir os cuidados de Naldo por ele ser e estar em um relacionamento homoafetivo, pois a mãe não diria ‘ainda é cedo’ pelo fato de ele ser pai, tendo em vista que ele está nessa condição desde o nascimento de Naldo. Além disso, nesse momento do enredo, a homossexualidade é algo que pode ser usada como argumento que impede o pai de cuidar da criança, ou seja, é algo de cunho negativo e incapacitante. Pode-se inferir que a preocupação da mãe tenha relação com os temores sociais que envolvem as famílias homoparentais como, por exemplo, a ideia de que uma criança dentro de uma família homossexual também se tornará homossexual ou ainda temores relacionados a violências sexuais. Tais temores são desdobramentos de visões preconceituosas que tem influências de base científica que preconizam a presença de dois sexos para o desenvolvimento adequado da criança.

Acerca desses temores, Palma (2011) afirma que, na última década, as famílias constituídas por gays e lésbicas ganhou a atenção dos pesquisadores em diversos países devido ao aumento significativo de tais famílias. Com essa atenção, ocorreu também crescentes indagações acerca de como essas crianças seriam criadas e como se desenvolveria a identidade sexual de uma criança em uma família composta por dois pais ou duas mães. A grande preocupação em relação ao desenvolvimento de crianças no interior de famílias homoparentais seria a falta de referenciais masculinos e femininos, o que as pesquisas já demonstraram ser uma falsa preocupação pelo fato de que tais crianças têm acesso a essas diferentes referências na família ampliada, na vizinhança, na escola, na igreja e por meio dos meios de comunicação de massa. Alguns pesquisadores ainda afirmam que crianças oriundas de famílias homoparentais tendem a ser mais tolerantes a diferentes expressões de gênero e sexualidade e menos preconceituosas (Mello, Grossi & Uziel, 2009).

O recorte dessa discussão entre os pais de Naldo vem ao encontro daquilo que Pocahy *et al.* (2009) afirma que a heterossexualidade é colocada como autêntica expressão do humano a partir das práticas e discursos heteronormativos. Entendimentos normativos da anatomia, da vivência diversa do gênero e do desejo têm engendrado um discurso que demarca o que seria humano, ao mesmo passo que cria lugares de exclusão e inferiorização do status de humanidade para sujeitos e grupos que não se enquadram na norma. Essa normalização de subjetividades e de corpos produz valores e determina condições de vida.

Os diálogos subsequentes da obra ainda revelam o quanto a homossexualidade do pai de Naldo está no lugar daquilo que faz mal. Tal fato pode ser percebido quando o pai diz a seguinte frase para Naldo: ‘Naldo, tem muita gente contra mim’. Um questionamento de Naldo quando diz ‘O que o papai fez de tão errado? Por que não querem que eu fique com ele?’ sugere o quanto ainda precisamos discutir a naturalização da heterossexualidade em nossa sociedade para podermos encarar tal orientação sexual apenas como uma das possibilidades de manifestação e não a única. Concordamos com Borrillo (2009) quando ele salienta que a homossexualidade nada mais é do que uma das variantes constante e regular da sexualidade humana, ou seja, um dos modos do pluralismo sexual.

É importante salientar que esse lugar de estranheza em que a homossexualidade foi submetida é uma construção histórica. Conforme afirmam Palma e Levandowski (2008), as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo ao longo da história da humanidade foram compreendidas, analisadas e admitidas de diversas formas. Em algumas civilizações antigas, tal prática somente era questionada quando ameaçava subverter a hierarquia social da época. Foi, no entanto, a partir da ideologia judaico-cristã, que valoriza a culpa, que a homossexualidade ganhou o status de uma relação pecaminosa. Ainda conforme as autoras, outra característica que as relações homossexuais passaram a ter, foi garantida pela medicina do século XIX, quando tal disciplina imputou-lhe o aspecto de doença. E, logo no início do

século XX, a psicologia tratou de conceber a homossexualidade como sendo uma prática desviante. Desse modo, o sufixo ISMO – que se refere a aspectos patológicos - ganhava total sentido na palavra homossexualismo, pois tal denominação revelava o caráter desviante ou anormal dado às relações homossexuais. Somente em 1973 que a Associação Psiquiátrica Americana passou a desconsiderar a homossexualidade como doença e em 1987 o DSM-III já não incluía a homossexualidade como uma parafilia. No Brasil, apenas em meados da década de 1980 que o Conselho Federal de Medicina deixou de considerar a homossexualidade como sendo uma categoria de desvios sexuais. E, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia por meio da resolução 01/99<sup>1</sup>, classificava como antiética a postura de psicólogos que consideravam a homossexualidade como um transtorno passível de cura (Palma & Levandowski, 2008). Desse modo, a homossexualidade, ao longo desse doloroso processo histórico, foi ocupando um lugar ora de pecado, ora de prática desviante e anormal, ora de doença que teve como consequência um silenciamento de sujeitos e práticas que estavam a ela relacionados. Tal silenciamento pode ser entendido como efeito e consequência da homofobia e da heteronormatividade.

Nesse sentido, trago para a discussão aquilo que Diniz e Lionço (2009) pontuam quando salientam que a heteronormatividade é o dispositivo regulador no qual a ideia de diversidade sexual garante o seu sentido. Em outras palavras, que é a partir de uma lógica heterossexual, considerada como padrão, que toda e qualquer manifestação da sexualidade é valorada. Assim, a heterossexualidade é tida como a norma, a matriz reguladora com a qual a pluralidade das experiências sexuais ganha significado.

---

<sup>1</sup> Salientamos que essa resolução do CFP tem sido alvo de questionamentos, bem como de Ação Civil Pública como a realizada por Procuradores da República do Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro, que de uma maneira geral deslegitima e nega o documento do CFP no âmbito da regulamentação da prática do psicólogo em relação à orientação sexual (Teixeira, 2014).

Na sequência do enredo, a mãe de Naldo acaba se mudando e apesar de um clima de desconfiança por parte da mesma o garoto passa a morar com pai. Para o garoto, a mudança para a casa do pai somente trouxe alguns aspectos que lhe causava estranhamento como, por exemplo, quando ele ia visitar a avó, ela fazia o seguinte questionamento: ‘Você viu alguma coisa esquisita?’. Essa pergunta genérica e ao mesmo tempo desqualificadora da avó tem como pressuposto que pais gays trazem riscos as crianças em relação ao seu bem-estar, segurança e desenvolvimento. No que diz respeito ao processo de socialização da criança, Mello *et al.* (2009) afirmam a influência de diversas variáveis (classe social, nível de escolaridade e idade dos pais, local de moradia, nacionalidade, religião entre outros), tendo a orientação sexual como apenas mais uma dessas variáveis. E, é preciso argumentar que a orientação sexual não é a mais fundamental das variáveis tendo em vista a centralidade do tipo de relação que une o casal, bem como a qualidade da relação estabelecida entre pais e filhos. Entendendo que a pergunta da avó de Naldo tem um sentido de desqualificação da homossexualidade e acerca dessa prática, Mello *et al.* (2009) discutem que a lógica que sustenta a rejeição social de pessoas homossexuais é sustentada por pré-conceitos e pré-juízos, sem nenhuma fundamentação teórica-científica, mas que está associada diversas vezes a fundamentalismos religiosos que acabam por atribuir a gays e lésbicas características de cunho inferior, degradante e humilhante que por sua vez questionam a capacidade de conviver em sociedade, bem como a saúde psíquica desses sujeitos. Salientamos também que além dos aspectos religiosos que atuam para marginalizar a homossexualidade, a ciência, por um longo período, contribuiu para a deslegitimação dos sujeitos homossexuais. A indagação da avó de Naldo pode também estar qualificando a própria expressão da homossexualidade de Celso e seu pai (por meio de carícias, palavras, beijos e etc.) como esquisita o que nos leva a afirmar que a voz da avó representa as exigências e os mecanismos heteronormativos que classificam como estranho e esquisito tudo aquilo que ultrapassa seus contornos.

Além disso, Naldo percebeu que na escola começaram a falar sobre ele e isso se acentuava quando Celso ia buscá-lo na escola e as mães de seus amigos ficavam cochichando. Ele afirma: “Um dia, cheguei a ouvir um pedaço de frase. ‘– Pois é. Nem parece! ’ ”. Em uma cena em que Naldo vai convidar alguns amigos para ir para sua casa, um deles diz que a mãe o proibiu de fazer tais visitas, o garoto fica intrigado e deseja saber o motivo e o colega diz: ‘- É por causa do seu pai. O Fê se afastou sem querer falar muito. Fui atrás. – O que o meu pai tem de errado? Os dois ficaram sem jeito, até que o Fê disparou: - Seu pai é gay, Naldo!’. Nesse trecho, podemos perceber certo receio em nomear o pai de Naldo como homossexual, o que se relaciona com o que já tratamos anteriormente como a manobra política do silenciamento em relação a diversidade sexual

A partir da negativa da mãe de Fê em deixar o filho ir para a casa de Naldo, do olhar vigilante da avó, e dos questionamentos dos colegas da escola, se revela um dos dispositivos crueis da heteronormatividade, a saber: a homofobia. No que concerne à discussão sobre a homofobia, Borrillo (2009) pontua que a homofobia é caracterizada como sendo uma atitude hostil em relação a sujeitos homossexuais. É uma atitude que tem como premissa qualificar o outro como diferente, anormal e inferior. Mesmo sendo considerada por muitos como sendo um ódio ou rejeição irracional a gays e lésbicas, a homofobia não pode ser compreendida como sendo somente isso. Condenado ao papel marginal, o sujeito homossexual é pensado pelos parâmetros sociais normatizadores como sendo o bizarro, esquisito. Assim como acontece com o negro, o judeu ou o estrangeiro, o homossexual é tido como o outro aquele que não se pode identificar/igualar.

Nessa mesma direção, Diniz e Lionço (2009) afirmam que a homofobia é um fenômeno sociológico que compreende as distintas manifestações de hostilidade à diversidade sexual. As autoras discutem que a homofobia é resultado da heteronormatividade e como prática de discriminação é sustentada por uma lógica que legitima a normalidade da

heterossexualidade e dos estereótipos de gênero. Apontam ainda a estreita relação da homofobia com o sexismo e que ambos são desdobramentos de uma maneira binária de pensar a sexualidade humana. Borrillo (2009) discute que assim como qualquer outra forma de intolerância, a homofobia se constrói a partir de emoções (crenças, preconceitos, convicções), de condutas (atos, práticas, procedimentos, leis), e de um artefato ideológico (teorias, mitos, doutrinas).

A homofobia é um fenômeno complexo e variante. Por se tratar de uma forma de excluir, a homofobia, além de revelar a pretensa diferença, ela também a interpreta e tira conclusões materiais. A homofobia é o receio que a igualdade entre a homossexualidade e a heterossexualidade seja reconhecida e legitimada. É também o medo que as fronteiras e a hierarquia da ordem heterossexual sejam derrubadas (Borrillo, 2009). Com base nessa afirmação, tanto a postura vigilante da avó quanto os seus questionamentos parecem se alinhar com as piadas banais proferidas contra um indivíduo efeminado, enquanto que a fala da mãe de Fê parece estar mais de acordo com as manifestações brutais de violência e segregação.

Após descobrir sobre a homossexualidade de seu pai, o personagem Naldo também assume uma postura homofóbica que se traduz em falas do tipo: “Era como se eu estivesse no meio de um terremoto. Já tinha ouvido falar de gays.” Mais adiante ele prossegue: “Mas meu pai? Não podia ser! O papai tinha sido casado. Como podia ser gay?”. Além de outras como: ‘- Eu tenho vergonha de você!'; ‘- Ele estragou a vida da gente!'; ‘ – Não quero que o Celso fique morando aqui. ’. Além das falas do garoto, também se faz presente uma postura de repulsa a Celso proferidas por meio de gritos, recusas de conversar e a decisão de ir morar com a avó. Notamos que nesse momento do enredo Naldo significa a experiência de convivência com o pai e com Celso a partir de um discurso sobre “gays” que ele tinha

aprendido anteriormente e é esse discurso que trará sentidos de problema, vergonha e infortúnio.

Outro momento importante para ser discutido por se referir à questão das diferenças se dá quando a mãe de Naldo, na preparação de sua festa de aniversário, conversa com o garoto acerca do sofrimento do pai do garoto devido ao afastamento de ambos. A mãe explica que é possível que alguns homens e mulheres amem seus iguais e que não há problema nisso. Usando uma comparação entre os doces – amêndoas e brigadeiro – salienta que ambos são doces, mas diferentes entre si e com isso afirma que não é errado ser diferente. Com base nesse diálogo entre Naldo e sua mãe, pode-se notar uma transformação na postura da mãe que reconhece e legitima aquilo que é diferente: inicialmente, ela assumira uma postura hesitante e desconfiada com relação a delegar o cuidado do filho a um homossexual e, mais ao final do enredo, por meio de sua conversa demonstra assumir uma postura de aceitação e legitimação da diversidade sexual como um lugar possível.

O enredo tem seu fim com a preparação da festa de aniversário de Naldo com a presença de membros de sua família e de colegas de escola. No momento de cantar os parabéns, o garotinho se dá conta de que não há bolo e é nesse instante que ele escuta uma freada brusca de um carro. O pai de Naldo juntamente com Celso adentram o local da festa e este último traz em suas mãos o bolo que acabara de preparar. Celso diz a Naldo que o bolo é o seu presente. Após cantarem os parabéns e o garoto receber abraços, ele corta o primeiro pedaço de bolo e decide entregar a Celso dizendo a ele ‘Você também é meu pai’.

A aceitação do garoto parece mágica e instantânea o que pode remeter a uma idealização de que o preconceito e a homofobia é um problema simples e que não envolve uma rede complexa de fatores sociais e psíquicos e que sua resolução acontece a partir de um diálogo.

Apesar de a diferença ter conseguido, minimamente, ocupar um lugar nesse enredo se faz importante discutir como se estabelece aquilo que é diferente. Nesse sentido, Louro (2000) afirma que o processo de instituição e reconhecimento de identidades ocorre ao mesmo tempo em que há atribuição de diferenças. E, isso quer dizer que acontece o estabelecimento de desigualdades, de hierarquias, processo esse que está intimamente relacionado com as redes de poder que estão disponíveis na sociedade. Tal processo projeta o ‘outro’ que é aquele ou aquela que não partilha das características centrais. Desse modo, as sociedades engendram os limites e contornos das fronteiras que ficam entre aqueles/as que representam a norma e os que estão fora dela.

Os que representam a norma não são nomeados, enquanto ‘os outros’ sujeitos serão marcados e denominados a partir dessa referência. Tendo em nossa sociedade a heterossexualidade branca, masculina, de classe média urbana e cristã como a norma restará para a mulher o lugar de segundo sexo e para os gays e lésbicas o lugar de anormalidade.

É a partir da categorização dos sujeitos que se inicia o processo de estabelecimento de divisões e atribuição de rótulos que garantem a fixação das identidades. Sendo assim, as sociedades definem e segregam, bem como diferenciam e discriminam. E no estabelecimento das representações pode ocorrer de algumas delas ganharem um maior destaque e força que deixam de ser entendidas como uma possibilidade de representação e passam a se configurar como a realidade. Em decorrência disso, os sujeitos que se sentem *representados* por essas posições centrais passam a *representar* não só a si mesmos como também *representar* os outros.

Acreditamos que se faz importante notar que as identidades marginalizadas tornam-se fundamentais no processo de afirmação e definição das identidades normalizadoras, pois à medida que essas rejeitam e contrariam as primeiras acontece a sua afirmação. Nesse sentido, mesmo subjugadas e excluídas, as identidades sexuais alternativas permanecem ativas e

necessárias porque elas se engendram como referência para a identidade heterossexual, pois é por meio de um processo de contraposição que ela se declara e se sustenta.

A partir dessa compreensão de como algo e/ou alguém torna-se diferente podemos tomar como exemplificação que o pai de Naldo e seu relacionamento com Celso ocupa esse lugar de ser o ‘outro’. Ao longo do enredo, o casal homossexual passa por situações contingenciadas pelas estratégias heteronormativas e homofóbicas que colocam em xeque a validade e autenticidade de seu relacionamento. Sendo assim, apesar de ter seu lugar de diferente conquistado e garantido, ele ainda é atravessado pelos processos que segregam, dividem, diferenciam e discriminam.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da sexualidade nos termos de sua diversidade tem se tornado imprescindível nos tempos contemporâneos tendo em vista a crescente multiplicidade de formas de se tornar sujeito e assim expressar e vivenciar sua sexualidade. Apesar das diversas maneiras de expressão da sexualidade terem ganhado espaço social nos últimos anos, ainda vivemos em uma sociedade baseada nos princípios de uma matriz sexual que é tomada como única possibilidade e que por consequência relega as outras sexualidades ao lugar da exceção, da diferença e da anormalidade, a saber: a heterossexualidade compulsória.

Os sujeitos que se reconhecem fazendo parte do espectro da diversidade sexual, a despeito de inúmeros impedimentos, têm empreendido grandes esforços para terem suas vivências - seja do âmbito sexual e/ou afetivo, social, relacional – legitimadas socialmente no sentido de garantir a igualdade de direitos, ou seja, poderem exercer sua cidadania.

Acerca do desempenho do papel de cidadão por parte dos sujeitos LGBT, ele adquire diferentes formas de acordo com diferentes variáveis. No Brasil, por exemplo, os homossexuais encontraram na via da constituição familiar um jeito de buscar a efetivação dos direitos enquanto cidadão. Em outros países ocidentais, a concretização da cidadania se dá mais pela luta contra a restrição da liberdade sexual. Tal fato pode indicar que pelo Brasil estar sob o regime de uma ideologia cristã, que considera a família como um pilar central da constituição do sujeito e da sociedade, os homossexuais brasileiros encontram na formação de uma família o modo de garantir o status de respeitabilidade e legitimação. A problemática dessa questão seria o fato de os homossexuais estarem se submetendo a um tipo de adequação para serem visto como ‘normais’.

No que tange a questão de que a vontade de exercer a parentalidade por parte dos homossexuais seja um direito ou uma adequação a uma ideologia da normalidade entendemos

que os sujeitos são movidos por diversas intenções particulares que compõem a singularidade de suas vivências, mas que todas elas são atravessadas por condições históricas, sociais, culturais e materiais e que tal atravessamento molda, engendra, produz e reproduz práticas e sujeitos que podem se desdobrar em uma sociedade mais igualitária ou mais marginalizadora. Nesse sentido, compreendemos a homoparentalidade como um direito do sujeito homossexual e sendo assim uma possibilidade do exercício de sua cidadania. No entanto, não desconsideramos a linha tênue da possibilidade de adequação a normalidade que a contorna.

A partir do surgimento do conceito da homoparentalidade, em 1997, muitas ações se direcionaram a ele com o objetivo de estuda-lo. Ações do tipo científicas por meio de pesquisas, elaborações de artigos e estudos de casos, bem como do tipo artísticas como, por exemplo, a criação de filmes e obras literárias que abordassem essa ‘nova’ forma de parentalidade. No que concerne às obras literárias que abordam temáticas que envolvem a diferença, houve um crescimento na sua produção, mas tratando-se mais especificamente da diversidade sexual a aproximação ainda pode ser considerada pouco notória. Vale salientar que consideramos os livros de literatura infantil como um instrumento pedagógico o que significa dizer que eles transmitem, reiteram, ensinam, produzem valores, modos de ser, ou seja, eles engendram subjetividades.

Levando em consideração o comprometimento que outrora a literatura infantil firmara com a veiculação de valores morais de certo tipo de modelo de sujeito e visão de mundo, bem como entendendo que mesmo que não haja uma intenção explícita de pedagogizar os sujeitos os livros na escolha das personagens, dos diálogos, nos modos como eles se relacionam e se comportam estão tomando como referência um tipo específico de sujeito, de sociedade e de ideologia.

Nesse sentido, compreendemos que os três livros analisados nesta pesquisa estão comprometidos com determinados valores e visões de mundo, de sujeito e mais

especificamente de família. Logo no título ao se proporem a contar ao leitor o tipo de configuração familiar que se encontrará – uma composta por dois pais – já denota que a concepção de família não é aquela regida pelos aspectos da família tradicional preconizados pela heteronormatividade compulsória, na qual a unidade familiar é formada a partir da união do homem e da mulher com o objetivo da procriação. Apesar de entendermos que os livros em seus títulos já provocam um questionamento, de maneira geral, os enredos lançam mão de mecanismos para a criação do que podemos chamar de ‘família tradicional gay’, na qual há um engendramento sutil e implícito de referências e características que sustentam a ‘fórmula da normalidade’.

Acerca de como os homossexuais são representados, notamos que existe um critério similar ao que rege as características de uma normalidade hegemônica com exceção do relacionamento afetivo/sexual, pois os personagens são homens, brancos e pertencentes à classe média. Tal fato significa que o discurso sobre a diversidade sexual veiculado nas tramas dos enredos é o discurso higienista que escolhe características que seriam mais passíveis de aceitação no crivo da normalidade. Entendemos que a maneira como os homossexuais são representados nos livros atravessa a forma como as famílias serão caracterizadas.

Os livros abordam a questão da parentalidade gay de maneira relativamente diferente. *Olívia tem dois pais* tem um enredo pacato e que de maneira leve vai tratando do cotidiano de uma garotinha que está envolvida em brincadeiras e que ao desempenhar tais tarefas vai tentando abarcar seus pais. O enredo aborda por meio dos questionamentos da garota endereçados a seus pais a visão tradicional das normas de gênero, na qual há uma correspondência direta entre sexo-gênero-brincadeiras. As perguntas para ambos os pais mostram o quanto as normas de gênero estão naturalizadas no imaginário da sociedade na qual uma garotinha que aparenta ter menos de dez anos de idade já supõe que exista uma

associação entre determinados tipos de brincadeiras e gênero. A homoparentalidade somente é abordada na reta final por meio de uma fala de um colega de escola de Olívia, o que entendemos como uma estratégia para garantir que a família homoparental seja olhada por outros aspectos que a compõem e não especificamente o fato de terem duas pessoas do mesmo sexo como responsáveis pela parentalidade. Ao mesmo tempo em que a indagação do colega da garota ainda denota o quanto tal tipo de família passa por questionamentos e é acompanhada por olhares vigilantes de alguns setores da sociedade.

O livro *Tenho dois papais* conta a vida de um garoto que aparenta ter entre seis a oito anos de idade. São elencados elementos que compõe tanto o ambiente que o garoto se encontra quanto aqueles que tratam do cotidiano da criança. O enredo carece de uma continuidade, pois dá impressão que ele é composto de recortes da vida familiar do garoto. Não há, por exemplo, uma trama que permeie o livro, mas sim uma sucessão de elementos que caracterizam a vida dessa família. O enredo, dentre os analisados, é o único que fala explicitamente sobre o modo como a criança passou a compor o quadro familiar. A ausência de elementos que configurem o enredo como uma narrativa mais complexa e a maneira como é contado sugere um aspecto de ‘manual’ ou um ‘álbum de fotografias’ onde podem ser encontradas características recomendadas. O aspecto referido anteriormente vem ao encontro do que acreditamos ser o atributo que mais nos chamou a atenção nesse enredo, a saber: a normalização. Para tentar garantir o aspecto ‘normal’ e trivial da família homoparental o livro vai utilizando recursos que são atravessados pela normalização, o que pode ser visto por meio da caracterização da casa, da escolha da profissão dos pais, bem como as caracterizações físicas dos personagens. A escola também aparece como o lugar no qual a família homoparental é questionada.

O enredo de *Meus dois pais* é o que apresenta o enredo com uma trama mais complexa e com uma maior variedade de personagens. Naldo percebe que sua vida está mudando

quando entende que os pais estão prestes a se separar. Aliada à separação conjugal dos pais, Naldo também vê sua rotina diária se transformar ao ter que ir morar com o pai pelo fato da mãe ter sido transferida para outra cidade em seu emprego. A decisão de ir morar com o pai é rodeada por discussões e preocupações, por parte da mãe, que parecem estar enlaçadas com um segredo que o garoto não pode descobrir. O aspecto de segredo que contorna a homossexualidade do pai de Naldo também aparece quando ele apresenta seu companheiro, Celso, como um amigo. O segredo pode ser traduzido como o silenciamento que desqualifica e relega a homossexualidade e suas expressões a um lugar de anormalidade, diferença e marginalidade. É também nas relações escolares que a homossexualidade é desvelada para o garoto por meio da interpelação de um colega de sala de Naldo. A partir da revelação do segredo, há uma mudança de posicionamento de Naldo em relação ao pai e a Celso, na qual o garoto assume uma postura e comportamento homofóbicos. O desfecho do enredo se dá a partir de uma conversa da mãe com Naldo, na qual podemos perceber a mudança no discurso da mãe que antes se atemorizava com a possibilidade de Naldo ficar com o pai e que no final assume uma fala por meio da qual afirma que não há problemas em amar/relacionar com pessoas do mesmo sexo. Não há menção ao que poderia ter provocado a mudança de discurso da mãe, contudo é a partir do diálogo dela com o filho que nota-se a mudança do garoto - o que pode incorrer no erro de que a homofobia e o preconceito são fenômenos simples e que podem encontrar resoluções fáceis.

Os três enredos apresentam temas que se repetem como, por exemplo, as normas de gênero, a questão com o cuidado de crianças desempenhado por homens, a homofobia e a escola como lugar onde a parentalidade gay aparece como uma preocupação. A presença da escola nos três livros revela o quanto tal instituição é regida por valores e diretrizes preconceituosas e heteronormativas que se desdobram nos chamados armários para as famílias (Mello, Grossi & Uziel, 2009). Tais armários relegam às famílias homoparentais um

lugar de silêncio e inexistência e colocam as crianças em lugares de exclusão, pois suas famílias não são representadas nas diversas atividades escolares.

Os livros apesar de lançarem mão de questionamentos de conceitos que foram naturalizados ao longo do processo histórico da humanidade como, por exemplo, família e parentalidade utilizam de estratégias de cunho normalizador. Tais estratégias aparecem na escolha das características dos personagens que compõem os diferentes enredos: a grande maioria é branca, com exceção de Olívia que é negra (qualidade que somente é percebida por meio da imagem); as profissões dos pais estão associadas à classe média, pois eles são engenheiro, jornalista, empresário, gerente. A parentalidade é garantida por meio exclusivamente de um relacionamento estável, ou seja, os enredos mostram um ideal de família que é sustentado por um casamento monogâmico atravessado pelo conceito do amor romântico. Utilizando tais recursos os livros parecem querer garantir a aproximação da família homoparental a um status de normalidade. Concordamos com Silveira e Kaercher (2013) que analisaram de maneira mais geral livros com temática da diversidade sexual, quando afirmam que esses enredos se debruçam na tarefa de explicar as relações entre homossexuais e as suas formações familiares como numa espécie de didatismo formativo pelo qual explanam e buscam garantir a normalidade dessas famílias.

Tendo como suporte para essa pesquisa a perspectiva pós-moderna e por isso entendendo a fluidez e a transformação dos sentidos atribuídos nas interações sociais, das noções que integram o espectro que compõem o que convencionamos chamar de identidade e até mesmo dos conceitos que utilizamos para analisar os livros queremos salientar que não pretendemos aqui ter a palavra final sobre as obras analisadas, nem mesmo dar a entender que essa é a única verdade sobre homoparentalidade e diversidade sexual presente nesses três livros de literatura infantil. Trouxemos a nossa interpretação como uma das possibilidades, como um dos prismas que elas podem ser encaradas, pois a nossa análise versou ancorada em

determinados conceitos o que se desdobra em certa abrangência, ao mesmo tempo em que limita a compreensão do fenômeno. Dito de outra forma, ao optarmos por alguns conceitos nos ateremos a um tipo de análise que produzirá um tipo de verdade e que estará limitada pelas contingências conceituais que caracterizam a produção do conhecimento. Outro fator limitante diz respeito à quantidade pequena de livros que tratam sobre temas envolvendo a diversidade sexual e consequentemente a produção de poucos estudos científicos que se debrucem a compreender o que está sendo (re)produzido acerca desses sujeitos.

Levando em consideração a pluralidade que alicerça a diversidade sexual e entendendo a liquidez dos conceitos nas atuais conjunturas sociais, compreendemos que uma análise futura desses livros de literatura infantil balizadas por diferentes conceitos poderia gerar novas e frutuosas discussões acerca da homoparentalidade exercida por homens, bem como os seus desdobramentos nas diversas esferas da vida social como, por exemplo, na escola. Além disso, se faz relevante também pensar e questionar os enredos dos livros que versam sobre a parentalidade das mulheres homossexuais (que estão em menor número quando comparados com o dos homens) tendo em vista a maior ocorrência desse tipo de família na sociedade.

A temática da homoparentalidade (e da diversidade sexual em geral) tem se tornado cada vez mais pertinente tendo em vista a onda conservadora que tem assombrado o momento histórico brasileiro. Desse modo, acreditamos ser importante o investimento em ações de cunho científico que viabilizem a construção de um lugar que não o das margens, da estranheza para as famílias homoparentais. Para que tal construção aconteça se faz necessário que estudos e pesquisas continuem a problematizar os mitos acerca da parentalidade homossexual. Além disso, é preciso continuar investindo no questionamento das ações que visam divulgar esse tipo de família por meio dos livros, séries de TV, novelas, filmes e outros

veículos de comunicação para que se aprofunde o questionamento de certas normalidades que insistem na promoção de realidades (e famílias) ainda restritivas, limitantes e excludentes.

## 7. REFERÊNCIAS

- Aguiar, W. M. J., Bock, A. M. M., & Ozella, S. (2007). A orientação profissional com adolescentes: Um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia* (3a ed., p. 163-178). São Paulo: Cortez.
- Amazonas, M. C. L. A., Verissímo, H. V & Lourenço, G. O. (2013). A adoção de crianças por gays. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 631-64. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300017>
- Amorim, M. & Salej, A. P. (2016). O conservadorismos saiu do armário!: A luta contra a ideologia de gênero do movimento escola sem partido. *Revista Ártemis*, 22, 32-42. <https://doi.org/10.15668/1807-8214/artemis.v22n1p32-42>
- Andrade, L. B. P. (2010). *Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.
- Arguello, Z. E. A. (2005). *Dialogando com crianças sobre gênero através da Literatura Infantil*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Arguello, Z. E. A. (2008). Representações de gênero no discurso de crianças pré-escolares. Problematisando as questões de gênero com crianças através da literatura infantil. *Revista Ártemis*, 8, 68-83.
- Ariès, Philippe. (1986). *História social da criança e da família*. (2.ed). (Dora Flaksman, Trad.). Rio de Janeiro: Guanabara.

- Barros, F. C. O .M. (2009). *Cadê o brincar?: da educação infantil para o ensino fundamental* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- Bordeaux, B. (2015). *Tenho dois papais*. [S.l.: s.n.].
- Bortolini, A. (2008). Diversidade Sexual na escola. Rio De Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ. Recuperado em 27 julho, 2015 de [https://social.stoa.usp.br/articles/0037/3024/diversidade\\_sexual\\_na\\_escola.pdf](https://social.stoa.usp.br/articles/0037/3024/diversidade_sexual_na_escola.pdf)
- Borrilo, D. (2009). A homofobia. In: T. Lionço & D. Diniz. (Orgs). *Homofobia & Educação: Um desafio ao silêncio* (pp. 15-46) Brasília, DF: Letras Livres.
- Burr, V. (1995). *An Introduction to Social Constructionism*. Nova Iorque: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203299968>
- Carrasco, W. (2010). *Meus dois pais*. (1ª Edição). São Paulo: Ática.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Coelho, L. J., & Campos, L. M. L. (2015). Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos. *Ciênc. Educ., Bauru*, 21(4), 893-910. <https://doi.org/10.1590/1516-731320150040007>
- Coelho, F. M. F., & Santos, N. P. (2016). A mobilização católica contra a “ideologia de gênero” nas tramitações do plano nacional de educação brasileiro. *Religare*, 13(1), 27-48.
- Dahlberg, G., Moss, P., & Pence, A. (2003). *Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas*. Porto Alegre: Artmed.
- Daros, T. M. D. (2013). Problematizando gêneros e a sexualidade através da literatura infantil. *Revista Práticas de Linguagem*, 3(2), 172-186.
- Dinis, N. F. (2008). Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educ. Soc., Campinas*, 8(103), 477-492. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000200009>

- Felipe, J., & Bello, A. T. (2009). Construção de comportamentos homofóbicos no cotidiano da educação infantil. In R. D. Junqueira (Org). *Diversidade Sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 141-158) Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco.
- Felipe, J., & Ferreira, S. (2011). Literatura infantil e relações de gênero: o tema do amor romântico. *Textura*, 24, 37-51.
- Filha, C. X. (2014). Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância. *Educar em revista, Edição Especial 1*, 153-159. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.36546>
- Filha, C. X. *Livros como instrumentos de dispositivos pedagógicos para a educação da infância*. Recuperado em 27 julho, 2015 de [http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao\\_e\\_Genero/Trabalho/12\\_29\\_14\\_LIVROS\\_COMO\\_INSTRUMENTOS\\_DE\\_DISPOSITIVOS\\_PEDAGOGICOS\\_PARA\\_A\\_EDUCACAO\\_DA\\_INFANCIA.PDF](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_e_Genero/Trabalho/12_29_14_LIVROS_COMO_INSTRUMENTOS_DE_DISPOSITIVOS_PEDAGOGICOS_PARA_A_EDUCACAO_DA_INFANCIA.PDF).
- Filho, A. S. De. (2009). Teorias sobre a gênese da homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In R. D. Junqueira (Orgs). *Diversidade Sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 95-124). Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco.
- Fontes, M. (2009). Ilustrações do silêncio e da negação. In: T. Lionço & D. Diniz. (Orgs). *Homofobia & Educação: Um desafio ao silêncio* (pp. 99-114). Brasília, DF: LetrasLivres.
- Frota, A. M. M. C. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1) Recuperado em 27 de setembro de 2016, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812007000100013&lng=pt&tlang=es](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100013&lng=pt&tlang=es).

- Furlani, J. (2005). *O bicho vai pegar! – um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Gato, J., & Fontaine, A., M. (2010). Desconstruindo preconceitos sobre a homoparentalidade. *LES Online* 2(2). 14-21.
- Grossi, M. P. (2003). Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. *Cadernos Pagu* 21, 261-280. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000200011>
- Junqueira, R. D. (2009). Diversidade sexual e homofobia: a escola tem tudo a ver com isso. In: Xavier Filha, Constantina (Org.). *Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual* (pp. 111-142). Campo Grande, MS: UFMS.
- Junqueira, R. D. (2012). A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. *Revista Educação On-line PUC- Rio*, 10, 64-83.
- Jurado, T. (2013). *Produções imaginativas sobre a homoparentalidade por meio de narrativas interativas*. Dissertação de mestrado, PUC- Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Kramer, S. (2007). Pesquisando Infância e Educação: Um encontro com Walter Benjamin. In S. Kramer, & M. I. Leite (Orgs.). *Infância: Fios e desafios da pesquisa* (pp. 13-38). Campinas, SP: Papirus.
- Kirchof, E. R., Bonin, I. T & Silveira, R. M. H. (2013). Literatura infantil e diferenças. *Educação & Realidade*, 38(4), 1045-1052. <https://doi.org/10.1590/S2175-62362013000400002>
- Kohan, W. O. (2003). Imagens da infância para (re)pensar o currículo. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/5409>>. Acesso em : 14 jun. 2017.
- Leite, M. (2010). *Olívia tem dois papais*. (1<sup>a</sup> Edição). São Paulo: Companhia das Letrinhas

- Lionço, T., & Diniz, D. (2009). Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual (pp. 47-72). In: T. Lionço & D. Diniz. (Orgs). *Homofobia & Educação: Um desafio ao silêncio*. Brasília, DF: LetrasLivres.
- Lionço, T. (2009). Atenção Integral a Saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasse e desafios. *Revista de Saúde Coletiva*, 19(1), 43-63. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100004>
- Loponte, L. G. (2008). Arte e metáforas contemporâneas para pensar infância e educação. *Revista Brasileira de Educação*, 37(13), 112-122. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000100010>
- Louro, G. L. (2000). Pedagogias da sexualidade. In: G. Louro (Orgs). *O corpo educado Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Louro, G. L. (2001). Teoria Queer – Uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, 9, 541-553. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>
- Louro, G. L. (2003). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Louro, G. L. (2007). Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: G. L. Louro & J. Felipe & S. V. Goellner (Orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo* (pp. 41-52). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Louro, G. L. (2008). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, 19(2), 1-7. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>
- Louro, G. L. (2009). Heteronormatividade e homofobia. In R. D. Junqueira (Org). *Diversidade Sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 85-94). Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco.

- Machin, R. (2016). Homoparentalidade e adoção: (re) afirmando seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 350-359. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p350>
- Martins, G. C. (2004). *O menino que brincava de ser*. 4ª Edição. Editora DCL.
- Medeiros, C., P. (2006). “Uma família de mulheres”: Ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. *Estudos Feministas* 14(2) 535-547. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200013>
- Mello, L. (2005a). *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Mello, L. (2005b). Outras famílias: A construção da conjugalidade homossexual no Brasil. *Cadernos Pagu* (24)- 197-225.
- Mello, L. (2006). Familismo (Anti)Homossexual e regulação da cidadania no Brasil. *Estudos Feministas*, 14(2),497-508. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200010>
- Mello, L., Grossi, M., & Uziel, A. P. (2009). A escola e @s filh@s de lésbicas e gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In R. D. Junqueira (Org). *Diversidade Sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 159-182). Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco.
- Mello, L., Brito, W., & Maroja, D. (2012). Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidade. *Cadernos Pagu* (39)- 403-429. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000200014>
- Miguel, L. F. (2016). Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”- Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis Rio de Janeiro*, 07(15) - 590-621. <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>

- Minayo, M. C. S. (1994). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec-Abrasco.
- Moraes, R., & Camino, L. (2016). Homoafetividade e direito: um estudo dos argumentos utilizados pelos ministros do STF ao reconhecerem a união homoafetiva no Brasil. *Revista de Direito GV*, 12(3), 648-666. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201627>
- Nogueira, C. (2001) Construcionismo Social, Discurso e Gênero. *Psicologia*, 11(1), 43-65.
- Oliveira, A. G., Pastana, M., & Maia, A. C. B. (2011). Padrões normativos de gênero em livros infanto-juvenis sobre educação sexual. *Revista de Psicologia da UNESP*, 10(2), 80-90.
- Palma, Y. A., & Levandowski, D. C. (2008). Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. *Psicologia em Estudo*, 13(4), 771-779. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000400015>
- Palma, Y. A. (2011) *Mamãe e mamãe? Apresentando as famílias homomaternais*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Passos, M. C. (2005). Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. *Psic. Clín.*, 17(2), 31-40. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652005000200003>
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative Research & Evaluation Methods*. 3<sup>a</sup> ed. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Perelson, S. (2006). A parentalidade homossexual: uma exposição do debate psicanalítico no cenário francês atual. *Estudos Feministas*, 14(3), 709-730. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000300008>
- Peret, L. E. N. (2005). De “O Rebu” a “América”: 31 anos de homossexualidade em telenovelas da Rede Globo (1974-2005). *Contemporânea* 3(2), 33-45.

- Pires, S. M. F. (2009). Amor romântico na literatura infantil: uma questão de gênero. *Educar, 35*, 81-94. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000300007>
- Prado, M. A. M., & Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidade. A hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez.
- Pocaby, F., Oliveira, R., & Imperatori, T. (2009). Cores e dores do preconceito: entre o boxe e o balé. In: T. Lionço & D. Diniz. (Orgs). *Homofobia & Educação: Um desafio ao silêncio* (pp. 115-132). Brasília, DF: LetrasLivres.
- Ramos, J. B. O. (2008) *A construção do gênero e da sexualidade na literatura infantil*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Rasera, E.F., Guanaes, C. & Japur, M. (2004). Psicologia, Ciência e Construcionismos: Dando Sentido ao Self. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 17, 157-165. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000200004>
- Rasera, E. F. & Japur, M. (2003). Grupo de apoio aberto para pessoas portadoras do HIV: a construção da homogeneidade. *Estudos de Psicologia*. 8(1), 55-62. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100007>
- Rezende, P. C. M. Ferreira, L. D. P. M. & Araújo, M. O. (2010). As infâncias e suas crianças: Jogando conversa (séria) fora. *Gerais: Revista interinstitucional de Psicologia*, 3(2), 149-159.
- Rios, R. R., & Santos, W. R. dos. (2009). Diversidade sexual, educação e sociedade: reflexões a partir do Programa Nacional do Livro Didático. In: T. Lionço & D. Diniz. (Orgs). *Homofobia & Educação: Um desafio ao silêncio* (pp. 133-160). Brasília, DF: LetrasLivres.
- Rodriguez, B. C., & Paiva, M. L. S. C. (2009). Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental. *Vínculo – Revista do NESME* 1(6), 13-25.

- Rodriguez, B. C., & Gomes, I. C. (2012). Novas formas de parentalidade: do modelo tradicional à homoparentalidade. *Boletim de Psicologia, LXII*(136), 29-36.
- Santos, Y. G. S., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2013). Homoparentalidade Masculina: revisando a produção científica. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 26*(3), 572-582. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000300017>
- Sarmento, M. J. (2007). Visibilidade social e estudo da infância. In: Vasconcellos, V. M. R. (Org.). *Infância (in)visível* (pp. 25-53).. Araraquara, SP: Junqueira & Martin.
- Seffner, F. (2003). *Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Seffner, F. (2013). Sigam-me os bons. *Educ. Pesqui., São Paulo, 39* (1), 145-159.
- Silveira, R. M. H. (1997). “Ela ensina com amor e carinho, mas toda enfezada, danada da vida”: representações da professora na literatura infantil. *Educação & Realidade, 22*(2), 147-161.
- Silveira, R. M. H. (2003). Nas tramas da literatura infantil: Olhares sobre personagens “diferentes”. Disponível em : <[http://pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo3/Literatura\\_InfantoJuvenil\\_Aprendizagem/bloco8/nas%20tramas%20da%20literatura%20infantil.pdf](http://pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo3/Literatura_InfantoJuvenil_Aprendizagem/bloco8/nas%20tramas%20da%20literatura%20infantil.pdf)>. Acesso em : 14 jun. 2017.
- Silveira, R. M. H., & Kearcher, G. E. S. da. (2013). Dois papais, duas mamães: novas famílias na literatura infantil. *Educação & Realidade, 38* (4), 1191-1206. <https://doi.org/10.1590/S2175-62362013000400010>
- Spink, M. J. (2004). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.

- Spink, M. J., & Gimenes, M. G.(1994). Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. *Saude soc.*, 3(2), 149-171. <https://doi.org/10.1590/S0104-12901994000200008>
- Spink, M. J. (2003). *Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos*. Petrópolis: Vozes.
- Teixeira, N. B. V. (2014). “Cura gay é o meu caralho!”: A normalização da homossexualidade e a resolução do CFP 1/99. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Tolentino, L. L. R., & Silva, V. N. da. (2012). Faz de conta na educação infantil: Aguçando o olhar sobre o comportamento de meninos e meninas. In: Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Org.) *Experiências em educação e diversidade sexual*. (pp. 23-46). Belo Horizonte, MG: MJR.
- Torres, M. A. (2010). *A Diversidade Sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Uziel, A. P. (2008). Conjugalidade, parentalidade e homossexualidade: rimas possíveis. In: Conselho Federal de Psicologia (CFP) *Adoção: um direito de todos e todas*. (pp. 17-21). Brasília, DF: CFP.
- Vianna, C. & Finco, D.(2009). Meninos e meninas na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. *Cadernu Pagu* 33, 265-283. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332009000200010>
- Vilhena, J. de., Souza, A. C. B. de., Uziel, A. P., Zamora, M. H., & Novaes, J. V. (2011). Que família? Provocações a partir da homoparentalidade. *Revista Mal-estar e subjetividade* 11(4) 1639-1658.

- Zambrano, E. (2006). Parentalidade “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos* 12(26). 123-147. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000200006>
- Zambrano, E. (2008). “*Nós também somos família*”: *Estudos sobre a parentalidade homossexual, travesti e transexual*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.